

2014
A



Relatório e Contas 2014



Transportes de Lisboa

2 0 4
A

Handwritten blue ink marks, possibly initials or a signature, located in the top right corner of the page.

Relatório e Contas 2014



2 5 6
A

Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração.....	6
Análise do ano 2014.....	7
Empresas do Grupo ML.....	8
Indicadores chave.....	9
1. Desempenho.....	11
1.1. Marketing e comercial.....	11
1.2. Exploração operacional.....	15
1.3. Recursos humanos.....	16
1.4. Recursos materiais e tecnológicos.....	23
1.5. Expansão, modernização e reabilitação da rede.....	26
1.6. Relações internacionais.....	28
1.7. Qualidade do serviço.....	30
2. Gestão económica e financeira.....	34
2.1. Análise económica.....	34
2.2. Gestão financeira.....	37
3. Governo Societário.....	43
4. Cumprimento das orientações legais.....	46
5. Perspetivas para 2015.....	61
6. Proposta de aplicação de resultados.....	63
7. Demonstrações financeiras.....	64
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.....	68
Parecer do Conselho Fiscal.....	114
Certificação legal de contas.....	117
Siglas e Acrónimos.....	120

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



Este relatório refere a atividade do METROPOLITANO DE LISBOA e os resultados obtidos no exercício de 2014.

O METROPOLITANO DE LISBOA, no quadro de uma administração comum à CARRIS, desenvolveu, em 2014, uma estratégia cujos resultados positivos têm sido reconhecidos, designadamente no tocante ao aumento dos níveis de eficiência da empresa, que a colocam num lugar destacado, em comparação com os demais operadores de transporte urbano que atuam nas várias cidades europeias.

Na generalidade, os principais objetivos definidos foram alcançados, conforme o relatório evidencia.

No exercício de 2014 foi possível continuar a integração operacional do METROPOLITANO DE LISBOA e da CARRIS, iniciada em 2012, bem como desenvolver as ações necessárias que permitam a abertura da gestão e das atuais concessões à iniciativa privada, o que levou à adoção de um conjunto diversificado de trabalhos técnicos e jurídicos, cujo resultado terá acrescida visibilidade no exercício de 2015.

Relevantes foram, também, as medidas para a integração dos grupos METROPOLITANO DE LISBOA e CARRIS, nomeadamente, ao nível da homogeneização dos procedimentos, tendo-se procurado identificar as melhores práticas de cada empresa, que, de seguida, foram transpostas para as restantes empresas de ambos os grupos.

No sentido da progressiva integração dos dois grupos empresariais e, atualmente, destas empresas com o novo grupo Transtejo no âmbito da nova empresa Transportes de Lisboa, estamos conscientes de que há muito trabalho a desenvolver para tornar a Empresa sustentável.

Assim, continuamos a otimizar a utilização dos recursos, quer externos, quer internos, procurando eliminar algumas ineficiências ainda existentes, bem como procurar a integração operacional plena.

Este é um processo complexo e exigente para o qual o Conselho de Administração está fortemente empenhado e motivado, apoiado neste desiderato por muitos colaboradores que sabemos disponíveis para participar nesta mudança.

O Conselho de Administração, nomeado para o triénio 2015–2017, está ciente de que todas as medidas que venham a ser adotadas visam alcançar a concretização da missão principal do METROPOLITANO DE LISBOA no sentido de assegurar a mobilidade dos seus clientes com sustentabilidade ambiental e económica.

As pessoas e a sua capacidade para, com ambição, trabalharem em equipa, têm sido o fator determinante para a construção de uma Empresa mais sustentável. Serão estas mesmas pessoas, com as suas capacidades, que, na sua grande maioria, irão construir o futuro das empresas do novo Grupo Transportes de Lisboa.

O Presidente do Conselho de Administração

Eng.º Rui Loureiro

Análise do ano 2014

- Enquadramento macroeconómico

O ano de 2014 foi marcado por uma recuperação continuada da confiança dos consumidores e no mercado de trabalho houve igualmente alguns sinais de melhoria do emprego.

No que respeitou ao investimento público, depois de uma queda cumulativa muito acentuada nos últimos anos, o ano de 2014 apresentou uma taxa de variação positiva.

Deu-se continuidade à missão de concretização dos objetivos definidos no PET e PETI 3+ - Plano Estratégico de Transportes, para o transporte urbano na Área Metropolitana de Lisboa.

Neste sentido, manteve-se a lógica de gestão integrada CARRIS | METROPOLITANO DE LISBOA, a consolidação e o desenvolvimento da qualidade do serviço de transporte público que é prestado em Lisboa, de modo a reforçar a complementaridade modal e a intermodalidade, tendo em vista a obtenção de importantes ganhos de eficiência e de produtividade.

No plano tarifário, foram concretizadas, durante o ano de 2014, medidas adicionais de reestruturação, que permitiram o aumento do preço dos passes intermodais e outros passes (navegante), com o consequente reflexo positivo nos proveitos tarifários, obtidos na Empresa.

Ao nível da procura, o ano de 2014 caracterizou-se pela inversão da tendência de decréscimo, verificado a partir do ano de 2011, tendo os passageiros transportados, apurados pelas validações, aumentado 2,25%.

Ao nível dos resultados no ML, verificou-se uma manutenção de um EBITDA positivo de 12,95 milhões de euros, que face a 2013 representa um agravamento de 11,68 milhões de euros.

No que respeita às indemnizações compensatórias, o montante recebido sem IVA ascendeu a 27.950.104 euros, menos 36,5% que no ano anterior.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, continuou-se a sua política de redução, passando de 34 dias para 17 dias.

Durante o ano de 2014, o ML e a CARRIS, mantiveram a partilha de meios humanos e materiais, a contratação partilhada do fornecimento de bens e serviços, maximizando assim o efeito de escala de gestão integrada.

Em termos de enquadramento de diplomas que regulamentam a atividade do ML destacam-se:

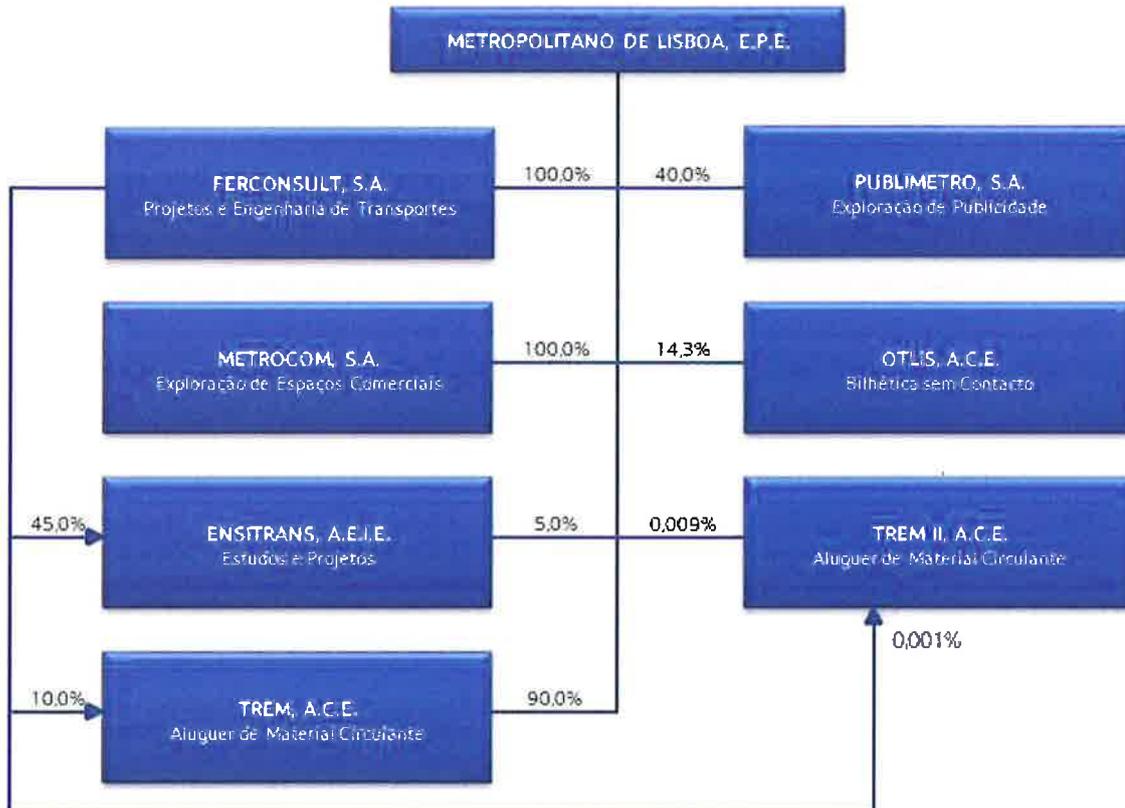
- O Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da Transtejo - Transportes do Tejo, S.A., e da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio.
- O Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, abrangidos pela respetiva área correspondente ao nível III da Nomenclatura para Fins Territoriais e Estatísticos (NUTS), sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML, E.P.E.).

Em suma, pode-se concluir que o ML prosseguiu a sua responsabilidade enquanto agente económico e social no domínio da mobilidade urbana, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento e para a sustentabilidade da cidade de Lisboa e da sua área metropolitana.

Espera-se, que o próprio processo de integração operacional que prosseguirá e se consolidará em 2015, venha a resultar num acréscimo da eficiência e de produtividade com impactos positivos na diminuição dos custos operacionais e na melhoria do desempenho, de modo a beneficiar o cliente do transporte público.

Empresas do Grupo ML

As participações do ML, em 31 de dezembro de 2014, eram as seguintes:



Indicadores chave

Indicadores		2010	2011	2012	2013	2014	Var. %
							2014/ 2013
Procura							
Passageiros com título pago	10 ³	170 858	164 845	141 382	129 625	129 815	0,15
Passageiros transportados	10 ³	182 642	178 774	154 005	140 435	140 090	-0,25
Passageiros x km	10 ³	865 521	857 101	745 589	678 528	675 173	-0,49
Oferta							
Carruagens x km	10 ³	27 649	26 467	21 339	21 498	21 893	1,83
Lugares x km	10 ⁶	3 511	3 361	2 730	2 752	2 802	1,83
Qualidade de serviço							
Regularidade	%	92,3	89,4	84,9	87,8	86,5	-1,48 p.p.
Ocorrências com atrasos ≥ 10 min.	n.º	147	202	245	185	222	20,00
MKBF	km	13 932	14 373	12 639	13 616	14 381	5,62
Disponibilidade das infraestruturas	%	n.d.	99,90	99,88	99,61	99,59	-0,02 p.p.
Frota							
ML 90	n.º	57	57	57	57	54	-5,26
ML 95	n.º	114	114	114	114	114	0,00
ML 97	n.º	54	54	54	54	54	0,00
ML 99	n.º	113	113	113	113	113	0,00
Total	n.º	338	338	338	338	335	-0,89
Recursos humanos							
Áreas operacionais	n.º	1 437	1 365	1 289	1 230	1 206	-1,95
Serviços corporativos	n.º	235	225	236	221	220	-0,45
Efetivo total	n.º	1 672	1 590	1 525	1 451	1 426	-1,72
Rendimentos e gastos							
Receitas de tráfego ¹	10 ³ €	62 530	66 794	80 341	78 546	88 104	12,17
Indemnização compensatória ²	10 ³ €	26 503	42 000	44 000	44 000	27 950	-36,48
Rendimentos operacionais	10 ³ €	114 645	136 069	148 298	183 657	152 086	-17,19
Rendimentos totais	10 ³ €	114 910	136 082	148 298	184 536	159 611	-13,51
Gastos operacionais	10 ³ €	210 752	206 840	150 417	161 033	187 714	16,57
Gastos totais	10 ³ €	263 030	282 018	225 533	199 757	210 381	5,32
Resultados operacionais	10 ³ €	(96 107)	(70 771)	(2 118)	22 624	(35 628)	-257,48
Resultados líquidos	10 ³ €	(148 337)	(146 052)	(77 332)	(15 308)	(50 838)	232,10
EBITDA	10 ³ €	(31 833)	4 638	20 878	24 635	12 952	-47,43

Legenda: n.d. - dados não disponíveis.

¹ Foram incluídas, nas "Receitas de tráfego", quer as receitas obtidas com a venda dos cartões "Lisboa viva" e "7 colinas", quer as verbas recebidas do O.G.E., a título de compensação pelos descontos efetuados nos títulos 4_18@escola.tp, sub23@superior.tp e Social +.

² Valores líquidos de IVA.

1. Desempenho

1.1. Marketing e comercial

1.1.1. Procura



Apesar do clima de instabilidade social sentido na Empresa ao longo dos dois últimos anos, o ano de 2014 caracterizou-se pela inversão da tendência de forte decréscimo da procura que se verificava desde 2011.

A comprová-lo está o indicador de passageiros com título pago, calculados a partir das vendas, com um acréscimo, embora ligeiro, de 0,15%, face ao ano transato.

Foi, no entanto, ao nível do indicador de passageiros, apurados pelas validações do sistema de bilhética que se verificou de forma mais significativa o aumento da procura, com um acréscimo de 2,3%. Este indicador, que representa os passageiros efetivamente transportados na rede do Metro, é tanto mais relevante, quanto o facto de no

próximo ano ser a base para a repartição das receitas entre os vários operadores de transporte.

Quadro 1 – Evolução do número de passageiros transportados³

Passageiros		2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2013/12
Títulos ocasionais	10 ³	36 637	33 681	31 847	31 439	33 720	7,26
Bilhetes simples / Bilhete Viagem Metro	10 ³	25 549	22 640	19 862	318	0	-
Bilhete Viagem Carris Metro	10 ³	0	0	0	17 292	18 281	5,72
Zapping	10 ³	8 142	7 949	8 507	10 607	11 538	8,77
Outros títulos ocasionais	10 ³	2 946	3 092	3 478	3 223	3 902	21,07
Passes	10 ³	134 221	131 164	109 534	98 186	96 095	-2,13
ML	10 ³	29 947	31 320	20 673	293	0	-
Navegante urbano	10 ³	0	0	27 738	35 918	35 835	-0,23
Navegante rede	10 ³	0	0	3 256	4 884	5 906	20,91
Intermodais	10 ³	27 616	25 395	20 243	22 017	21 319	-3,17
Combinados	10 ³	76 658	74 449	37 624	35 074	33 035	-5,81
Total com títulos pagos	10 ³	170 858	164 845	141 382	129 625	129 815	0,15
Transporte gratuito e fraude	10 ³	11 784	13 929	12 623	10 810	10 275	-4,95
Total transportados	10 ³	182 642	178 774	154 005	140 435	140 090	-0,25
Passageiros com título pago das validações	10 ³	143 819	137 252	127 037	122 178	124 923	2,25
Percurso médio por passageiro	km	4,739	4,794	4,841	4,832	4,820	-0,25
Passageiro x km transportados	10 ³	865 521	857 101	745 589	678 528	675 173	-0,49

³ Em 2013, foram acrescentados à rubrica "Outros" os passageiros correspondentes aos títulos vendidos em *back office*. Também no mesmo ano, e devido à aplicação do inquérito de 2007 para que possam ser comparáveis com 2014, foram alterados os passageiros dos Intermodais com base nos coeficientes de utilização resultantes do inquérito de 2007.

Em 2014 foi aplicado o inquérito de 2007 aos Passes Intermodais. Deste modo, e para que sejam comparáveis, os passageiros destes títulos foram recalculados em 2013, com base nos coeficientes de utilização resultantes daquele inquérito.

1.1.2. Receitas de tráfego

As receitas tarifárias, sem as participações do Estado referentes aos títulos 4-18/Sub23 e Social +, situaram-se significativamente acima das receitas do ano transato, apresentando um acréscimo de 9,4%.

Para este acréscimo, contribuíram os títulos ocasionais que contribuíram com uma variação positiva de 6,5% e os passes com um aumento de 12,2%.

Numa análise mais detalhada, deve salientar-se o facto de o acréscimo de receita dos títulos ocasionais ter sido na sua totalidade à custa das quantidades vendidas, uma vez que, em 2014 estes títulos não sofreram qualquer aumento tarifário.

No que se refere aos passes, o aumento deveu-se essencialmente ao elevado acréscimo da receita dos Intermodais, resultante da aplicação da chave de repartição do inquérito de 2007, com efeitos a janeiro de 2014.

Quadro 2 – Evolução das receitas de transporte⁴

Títulos de transporte		2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Passageiros	Títulos ocasionais	n.º 31 847 253	31 439 102	33 720 341	7,26
	Bilhetes simples / Bilhete Viagem Metro	n.º 19 861 847	317 673	0	-
	Bilhete Viagem Carris Metro	n.º -	17 291 507	18 280 661	5,72
	Zapping	n.º 8 507 060	10 607 380	11 538 086	8,77
	Outros títulos ocasionais	n.º 3 478 346	3 222 542	3 901 594	21,07
	Passes	n.º 109 534 444	98 186 100	96 094 672	-2,13
	ML	n.º 20 672 993	292 552	0	-
	Navegante urbano	n.º 27 738 031	35 918 338	35 834 987	-0,23
	Navegante rede	n.º 3 256 263	4 884 325	5 905 595	20,91
	Intermodais	n.º 20 242 953	22 016 666	21 318 891	-3,17
	Combinados	n.º 37 624 204	35 074 220	33 035 199	-5,81
	Total com títulos pagos	n.º 141 381 697	129 625 201	129 815 014	0,15
	Passageiros c/ título pago das validações	€ 127 037 171	122 177 785	124 923 364	2,25
	Receitas (sem IVA)	Títulos ocasionais	€ 35 928 657	37 769 816	40 231 839
Bilhetes simples / Bilhete Viagem Metro		€ 23 095 834	374 614	0	-
Bilhete Viagem Carris Metro		€ -	20 839 458	21 736 155	4,30
Zapping		€ 9 323 916	12 600 447	13 686 221	8,62
Outros títulos ocasionais		€ 3 508 907	3 955 298	4 809 464	21,60
Passes		€ 40 225 819	38 265 859	42 945 221	12,23
ML		€ 8 583 184	127 288	0	-100,00
Navegante urbano		€ 13 705 607	20 110 793	20 418 326	1,53
Navegante rede		€ 2 163 714	3 424 485	4 098 168	19,67
Intermodais		€ 4 103 592	3 644 978	8 102 921	122,30
Combinados		€ 11 669 724	10 958 315	10 325 806	-5,77
Total das receitas		€ 76 154 476	76 035 675	83 177 061	9,39
Total das receitas com participação		€ 78 184 907	77 376 551	85 069 482	9,94
Receita média por passageiro		Títulos ocasionais	€ 1,128	1,201	1,193
	Bilhetes simples / Bilhete Viagem Metro	€ 1,163	1,179	-	-
	Bilhete Viagem Carris Metro	€ -	1,205	1,189	-1,34
	Zapping	€ 1,096	1,188	1,186	-0,14
	Outros títulos ocasionais	€ 1,009	1,227	1,233	0,43
	Passes	€ 0,367	0,390	0,447	14,67
	ML	€ 0,415	0,435	-	-
	Navegante urbano	€ 0,494	0,560	0,570	1,77
	Navegante rede	€ 0,664	0,701	0,694	-1,02
	Intermodais	€ 0,203	0,166	0,380	129,58
	Combinados	€ 0,310	0,312	0,313	0,04
	Receita média	€ 0,539	0,587	0,641	9,23
	Receita média com participações	€ 0,553	0,597	0,655	9,78

Do quadro anterior salienta-se ainda o aumento da receita média por passageiro, com um acréscimo de 9,2%. Este acréscimo resultou essencialmente do aumento de receita do Passe Intermodal, uma vez que, os títulos ocasionais com maior peso na estrutura tarifária apresentam decréscimos na receita média.

⁴ As receitas de títulos são as respeitantes aos indicadores da área comercial, não sendo consideradas as receitas apuradas pela área financeira. Em 2013 foram introduzidas na rubrica "Outros" as receitas referentes aos títulos vendidos em *back office*.

Apresenta-se de seguida um quadro com a evolução da revisão tarifária de alguns títulos mais significativos:

Quadro 3 – Evolução das tarifas dos principais títulos de transporte

Títulos de transporte	2012	2013	2014	Var. % 2014/13
	01 - Fev	01 - Jan	01 - Jan	
Títulos ocasionais				
Bilhete viagem Metro	1,25	-	-	-
Bilhete Viagem CARRIS Metro	-	1,40	1,40	0,00
Zapping	1,15	1,25	1,25	0,00
Bilhete 1 dia Carris Metro - rede	5,00	6,00	6,00	0,00
Passes Intermodais				
L1	48,40	48,85	49,30	0,92
L12	58,35	58,90	59,45	0,93
L123	66,40	67,00	67,65	0,97
Outros passes				
Urbano 30 dias	29,00	-	-	-
Rede 30 dias	35,00	-	-	-
Navegante urbano	35,00	35,00	35,65	1,86
Navegante rede	40,00	40,00	42,00	5,00

1.1.3. Reclamações

Em 2014 o número de motivos de reclamações diminuiu substancialmente relativamente ao ano anterior, confirmando a tendência que se verificava desde 2012.

Em 2014 o número de motivos de reclamações foi de 4.123, tendo sido registadas 5.063 no ano de 2013, o que representa uma redução de 18,6%.

Embora esta redução se tenha feito sentir em praticamente todos os motivos, aumentaram as reclamações relativas à circulação dos comboios, nomeadamente no que se refere a interrupções e perturbações na circulação e horários, e com a realização de greves.

No ano de 2014 registaram-se greves nos meses de janeiro, setembro, outubro, novembro e dezembro.

Destaque ainda para as reclamações relativas à requisição e renovação dos passes Social + e escola@4-18 e sub23@superior. Embora tenham diminuído, relativamente ao ano transato, estas reclamações mantiveram um número elevado. A este respeito importa considerar que as reclamações incidiram particularmente nos meses de setembro e outubro.

As reclamações referidas, que envolvem passes Social +, 4-18@escola.tp e sub23@superior.tp, incidiram essencialmente sobre três vertentes:

- as condições de acesso ao benefício;
- a documentação exigida;
- o tempo de espera nos Espaços Cliente para a renovação dos perfis dos cartões (os perfis são válidos apenas por um ano. A renovação depende da manutenção dos requisitos, que têm de ser confirmados com a documentação).

As reclamações sobre os dois primeiros pontos encontram-se englobadas no motivo "cartão Lisboa Viva – diversos". As reclamações referentes ao terceiro ponto encontram-se englobadas no motivo "estações-diversos".

No ano de 2014 foram contabilizadas 316 reclamações com o motivo "cartão Lisboa Viva – diversos" e 164 com o motivo "estações-diversos". Estes dois motivos juntos (480) constituem 12% do total dos motivos de reclamações.

Há ainda que ter presente que nos motivos acima referidos também se encontram outras reclamações que também constituem o motivo "diversos" mas que não dizem respeito a passes Social +, 4-18@escola.tp e sub23@superior.tp. Retirando estas últimas e circunscrevendo-nos àquelas exclusivamente relacionadas com passes Social +, 4-18@escola.tp e sub23@superior.tp, podemos considerar que as mesmas constituem cerca de 9% do total de reclamações.

1.1.4. Espaços Cliente

No ano de 2014 foram atendidos cerca de 53 mil clientes nos Espaços Cliente do Campo Grande (24 mil) e do Marquês de Pombal (29 mil).

O atendimento repartiu-se da seguinte forma: requisição/renovação de passes Social + (32%), 4-18@escola.tp e sub23@superior.tp (12%); emissão de faturas (10%); informações (10%); assuntos relacionados com o Cartão Lisboa Viva (9%); trocas/devoluções de passes (3%) e perdidos e achados (3%).

1.1.5. Cartões Lisboa Viva

No ano de 2014 o ML personalizou 135.735 cartões Lisboa Viva, dos quais 96.770 pedidos no ML e 38.965 na CARRIS.

1.1.6. Comunicação e Imagem

No âmbito das atividades desenvolvidas ao longo do ano, destacam-se as seguintes:

Comunicação externa:

- O METRO apoiou diversas causas e instituições, através da cedência de espaço nas estações e do apoio à divulgação. O espaço cedido pelo METRO tem sido útil a várias entidades, nomeadamente: AMI, Cáritas, APAV, Sorriso Solidário, Cerci, Amnistia Internacional, Liga Portuguesa Contra o Cancro, entre outras, possibilitando a realização de pedidos e a divulgação da sua missão.
- À semelhança dos anos anteriores, realizou-se o almoço de Natal aos sem-abrigo através do apoio à instituição C.A.S.A. – Centro de Apoio ao sem-abrigo, através da cedência de espaço do refeitório da Pontinha, no dia 14 dezembro.

Campanhas conjuntas Metro | CARRIS – continuidade de estratégia de integração de projetos de comunicação:

- **Rock in Rio** – O METRO e a CARRIS desenvolveram uma campanha de incentivo à utilização dos meios de transporte Metro e Carris nas deslocações ao Rock in Rio, bem como à compra antecipada de títulos de transporte e respetiva validação dos mesmos. A campanha intitulou-se de “Eu vou no METRO e volto na CARRIS”.
- **Maratona fotográfica** – Em 2014 foi lançada a 2ª edição da Maratona Fotográfica CARRIS|METRO, que teve por objetivo fomentar o gosto e interesse pela fotografia, através da captação de imagens em espaços tão particulares como a CARRIS e o METRO, uma oportunidade para os amantes da fotografia descobrirem os transportes de Lisboa de um ângulo diferente, sem os obstáculos que são colocados no dia-a-dia.
- **Transporte dos Troféus da Final da Liga dos campeões** – Em abril, o METRO prestou apoio ao transporte das taças UEFA na rede METRO (estações Cais do Sodré/Baixa-Chiado PT Bluestation e Restauradores) e em estreita articulação com a CARRIS.
- **Semana da Mobilidade “O Coração de Lisboa”** – O METRO e a CARRIS lançaram a campanha “O coração de Lisboa”, coincidindo com o início das atividades integradas na Semana da Mobilidade (16 a 22 de setembro). Esta campanha, teve como lema “A CARRIS e o METRO são o coração de Lisboa”, partindo da premissa que os dois operadores são as “artérias” que conduzem as pessoas por toda a cidade. Este conceito de “artérias” e de circulação foi o resultado de uma parceria da Empresa com a Escola Superior de Comunicação Social, em que grupos de alunos tiveram de apresentar uma campanha de incentivo à utilização do transporte público.
- **Campanha de Segurança nos Transportes Públicos “A prevenção é a melhor proteção”** – Campanha de comunicação conjunta entre o METRO, a CARRIS e a Divisão de Segurança a Transportes Públicos (DSTP), dirigida aos clientes habituais e ocasionais com o objetivo de promover comportamentos de segurança nos transportes públicos. A campanha teve dois focos de atuação:
 - ✓ Informativo e que se traduziu na distribuição de folhetos com um conjunto de conselhos e procedimentos a adotar por parte dos utilizadores dos transportes públicos e divulgados nos meios online de ambas as empresas;
 - ✓ Atuação mais interventiva, que visou sensibilizar as pessoas para os mesmos comportamentos.

Em 2014, a nível de **estudos de mercado**, foi realizado o ISC (Índice de Satisfação do Cliente) – Este estudo realizado anualmente através de entrevistas diretas e pessoais aos clientes, com o objetivo de monitorizar a satisfação do cliente, foi este ano revisto e reformulado, no sentido de incluir informação mais abrangente, nomeadamente analisando os novos atributos Atendimento Telefónico, Expectativas e Lealdade, introduzindo ainda uma métrica adicional, a **Net Promoter Score (NPS)**, que avalia o nível de satisfação relativamente ao potencial de recomendação do serviço. Em 2014 o ISC fixou-se em 7,06 (numa escala da 0 a 10), apresentando uma variação positiva de 0,43%, face a 7,03 alcançado no ano anterior.

1.2. Exploração operacional

1.2.1. Oferta

O ano de 2014 foi um ano de reorganização de horários de trabalho e horários de expedição de comboios de forma a fazer face à redução do efetivo de Maquinistas em onze elementos, permitindo uma otimização dos tempos de condução e mitigando a redução de pessoal que se tem vindo a verificar nos últimos anos.

Destaca-se ainda a ocorrência de greves que contribuíram para uma menor realização de circulações de comboios.

Quadro 4 – Evolução da oferta

Evolução da oferta		2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Carruagens x km (serviço público)					
Linha Azul	n.º	7 263 752	7 048 992	7 263 884	3,05
Linha Amarela	n.º	6 090 964	5 895 745	5 932 429	0,62
Linha Verde	n.º	3 638 064	3 361 181	3 381 461	0,60
Linha Vermelha	n.º	4 346 184	5 192 401	5 314 761	2,36
Total	n.º	21 338 964	21 498 319	21 892 535	1,83
Lugares x km					
Linha Azul	10 ³	929 760	902 271	929 777	3,05
Linha Amarela	10 ³	779 643	754 655	759 351	0,62
Linha Verde	10 ³	463 910	430 231	432 827	0,60
Linha Vermelha	10 ³	556 312	664 627	680 289	2,36
Total	10³	2 729 625	2 751 784	2 802 244	1,83

Quadro 5 – Evolução da eficiência na exploração

Eficiência na exploração		2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Circulações (serviço público)					
Linha Azul	n.º	110 367	106 924	106 590	-0,31
Linha Amarela	n.º	118 483	114 798	114 563	-0,20
Linha Verde	n.º	128 731	125 464	126 157	0,55
Linha Vermelha	n.º	106 577	104 365	105 731	1,31
Total	n.º	464 158	451 551	453 041	0,33
Taxa de realização de carruagens x km					
Linha Azul	%	97,08	101,33	104,27	2,90
Linha Amarela	%	96,82	98,60	99,37	0,78
Linha Verde	%	96,73	97,06	97,27	0,22
Linha Vermelha	%	96,65	98,71	99,68	0,98
Na rede	%	96,85	99,25	100,67	1,43
Taxa de realização de circulações					
Linha Azul	%	96,59	96,64	96,33	-0,32
Linha Amarela	%	96,71	96,62	96,46	-0,17
Linha Verde	%	96,76	97,06	97,22	0,16
Linha Vermelha	%	96,78	97,50	97,41	-0,09
Na rede	%	96,70	96,95	96,85	-0,10

1.3. Recursos humanos

No ano de 2014 foi necessário dar cumprimento às medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado e efetuar todas as alterações necessárias de forma a garantir o seu cumprimento rigoroso, quer ao nível do processamento das remunerações dos trabalhadores do ML, quer ao nível da gestão de carreiras nas várias componentes.

No decorrer deste ano, existiu uma articulação estreita com a CARRIS, com a inerente otimização de procedimentos no âmbito dos Recursos Humanos.

Na sequência da aprovação em 2013 do “Plano de Ação para a Igualdade de Género para o período 2013/2015”, foi assinado um protocolo com o CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) para adesão ao Fórum de Igualdade de Género.

Ao longo de 2014 continuou o processo digitalização do cadastro individual dos Colaboradores e, apostou-se numa política de desmaterialização de procedimentos administrativos e de disponibilização de informação relativa aos recursos humanos, via Portal da Empresa.

Prosseguiu-se a elaboração de um modelo de Gestão de Competências, que permita a integração da avaliação, das necessidades de formação e do potencial de desenvolvimento de carreira, com a construção dos respetivos suportes, no sistema informático SAP/RH.

Por outro lado, o ML renovou o protocolo de colaboração com a Associação “O Companheiro”, numa parceria proposta pela Direção de Gestão da Infraestrutura e do Material Circulante. O referido protocolo permitiu a implementação de um programa de reinserção social através da realização de atividades de caráter oficial, designadamente na reparação dos componentes dos bancos do material circulante da Empresa, de enorme sucesso para todos os intervenientes.

Ainda no âmbito da responsabilidade social, o ML realizou um programa de rastreios, designadamente, das doenças oncológicas com maior prevalência na população portuguesa e de osteoporose. Ao potenciar um diagnóstico precoce da doença ainda em fase subclínica e reduzir a mortalidade e morbilidade, com a realização do programa de rastreios a Empresa combateu também, indiretamente, as incapacidades temporárias e definitivas para o trabalho.

No seguimento destas medidas, procedeu-se à avaliação de riscos profissionais (incluindo os riscos psicossociais) nas categoriais profissionais mais expostas, nomeadamente a três categorias profissionais da Exploração Operacional (Maquinista, Operador Comercial e Fiscal).

Com base no previsto no “Regulamento de Prevenção e Controlo de Álcool” realizaram-se periodicamente procedimentos de controlo do consumo de álcool, com o objetivo prioritário de prevenir os acidentes associados ao consumo excessivo do álcool e preservar a saúde dos trabalhadores.

Teve início em 2014, a disponibilização nas estações de DAE (Desfibrilhação Automática Externa) em locais de acesso público, com a realização da necessária formação aos colaboradores e prestadores de serviços para a sua utilização, prevenindo-se estender este programa a outras estações da rede do ML no futuro.

De salientar, por último, os primeiros passos que foram dados no sentido da futura certificação da Segurança e Higiene no Trabalho do ML de acordo com a Norma OHSAS 18001:2007.

1.3.1. Efetivo ⁵

Por forma a dar cumprimento a estas orientações estratégicas, foi também desenvolvida uma política de otimização do efetivo em direta articulação com todas as áreas da Empresa, cujo envolvimento neste projeto foi essencial para se alcançar esta redução, a qual foi definida a partir do ano 2011.

No quadriénio 2011/2014, face a 31 de dezembro de 2010, verifica-se uma redução de 246 colaboradores, numa percentagem de evolução acumulada de -14,71%.

⁵ Considera-se efetivo da Empresa, os colaboradores com vínculo à Empresa e que à data de 31 de dezembro prestavam serviço no ML.

Handwritten initials and marks in blue ink, including a large 'Z', a 'G', and a signature-like mark, with a small 'A' written below.



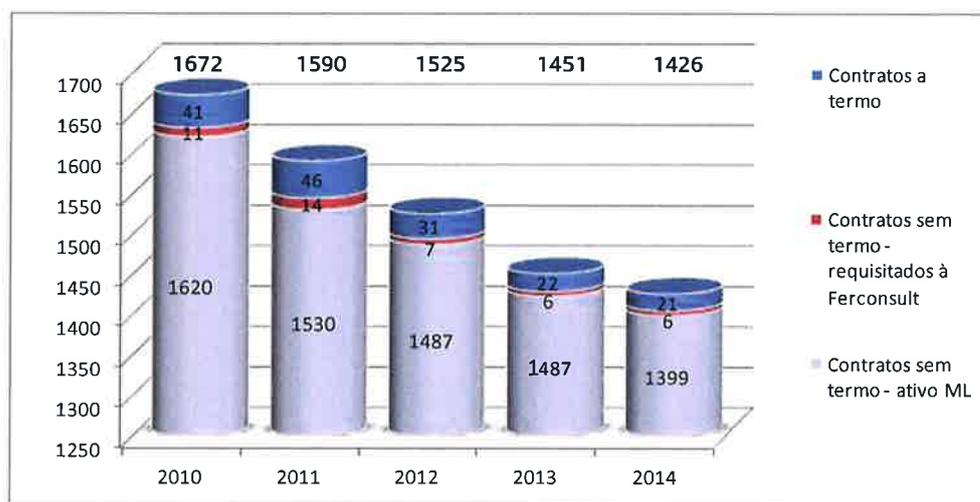
Os motivos das saídas da Empresa, são apresentados no quadro seguinte:

Quadro 6 – Motivos das saídas

Motivos das saídas	2011	2012	2013	2014	Un: n.º
					Var. % 2014/13
Reforma	73	41	3	2	-33,3
- Antecipada	59	37	-	-	-
- Velhice	7	2	-	-	-
- Invalidez	2	2	3	2	-33,3
- Pré-reforma	5	-	-	-	-
Termo do contrato de cedência	-	7	2	-	-100,0
Revogação por mútuo acordo e denúncia unilateral	23	9	54	18	-66,7
Cessação de contrato a termo	10	3	9	1	-88,9
Cedência do trabalhador	3	-	1	-	-100,0
Termo da comissão de serviço	-	1	-	-	-
Licença sem vencimento	2	-	3	1	-66,7
Despedimento	-	3	2	3	50,0
Falecimento	1	1	2	2	0,0
Total	112	65	76	27	-64,5

O efetivo a 31 de dezembro, de acordo com o vínculo à Empresa e à distribuição por área, é apresentado no gráfico e quadro seguintes:

Gráfico 1 – Efetivo por vínculo laboral



Quadro 7 – Efetivo por áreas da Empresa

Efetivo real		2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/13	Var. % 2014/10
Exploração Operacional	n.º	915	869	819	793	783	-1,26	-14,43
Gestão da Infraestrutura e Material Circulante (1)	n.º	418	396	383	361	364	0,83	-12,92
Gestão de Infraestruturas	n.º	104	-	-	-	-	-	-
Gestão da Superestrutura e do Investimento (2)	n.º	-	100	87	76	59	-22,37	-43,27
Restantes áreas	n.º	235	225	236	221	220	-0,45	-6,38
Total	n.º	1 672	1 590	1 525	1 451	1 426	-1,72	-14,71

(1) Direção criada pela Deliberação n.º 2/2013, de 6 de dezembro, anteriormente designada por "Gestão da Manutenção (GM)"

(2) Direção criada pela Deliberação n.º 2/2013, de 6 de dezembro, anteriormente designada por "Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas (GEI)".

2
 ds
 f
 7
 D

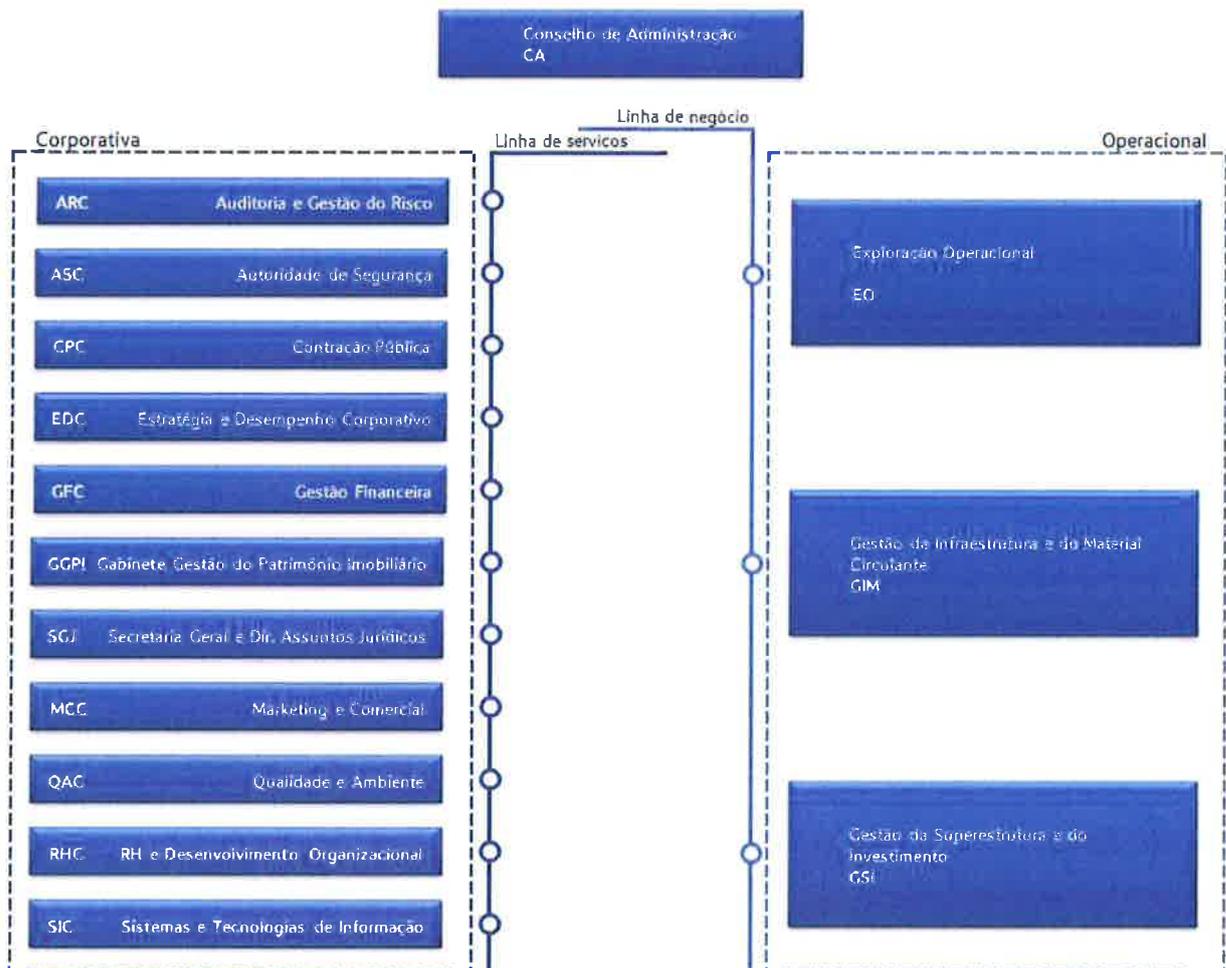
Neste contexto é importante ilustrar que o decréscimo do efetivo tem sido inversamente proporcional ao acréscimo da extensão da rede em exploração verificada ao longo dos últimos anos, evidenciando tal facto o esforço de otimização dos meios envolvidos na oferta de transporte.

Gráfico 2 – Evolução do efetivo vs. evolução da rede



1.3.2. Modelo organizacional

Organograma do ML



Titulares responsáveis pelas unidades orgânicas:

Corporativa	ARC	Auditoria e Gestão do Risco	Dr. José António Carballo Sequeira
	ASC	Autoridade de Segurança	Eng.º António José Pires Neves Valente
	CPC	Contratação Pública	Dr.ª Margarida Maria Melo de Sousa Loureiro
	EDC	Estratégia e Desempenho Corporativo	Dr.º Cassilda Mariza A. M. Alpoim Motta Queiroz
	GFC	Gestão Financeira	Dr.º Isabel Maria N. P. F. M. Almeida Vasconcelos
	GGPI	Gabinete de Gestão do Património Imobiliário	Dr. Luís Filipe Pereira Melo de Almeida
	SGJ	Secretaria Geral e Direção dos Assuntos Jurídicos	Dr.ª Filipa Alexandra Q. C. A. Bandeira de Melo
	MCC	Marketing e Comercial	Dr. Miguel Matos Silva Rodrigues
	QAC	Qualidade e Ambiente	Eng.º Pedro Conceição Farinha Pereira
	RHC	Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional	Dr.ª Margarida Maria Melo de Sousa Loureiro
SIC	Sistemas e Tecnologias de Informação	Dr. Carlos José Duarte Rocha	
Operacional	EO	Exploração Operacional	Eng.º António Manuel Elísio Gonçalves
	GIM	Gestão da Infraestrutura e do Material Circulante	Eng.º Jorge Miguel Almeida Ferreira
	GSI	Gestão da Superestrutura e do Investimento	Dr. António Ricardo Oliveira Vieira Machado
PA	Provedor Arbitral (<i>órgão autónomo com estatuto próprio</i>)	Dr. Guilherme de Palma Carlos	

1.3.3. Custo do fator trabalho

A redução de custos com pessoal resulta diretamente do estabelecido na Lei do Orçamento do Estado para o seu Sector Empresarial, bem como do previsto no artigo 18º do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado aprovado pelo do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação.

Em 2014, essa redução resultou da conjugação de três fatores, a saber:

- A realização de reduções remuneratórias;
- A proibição de valorizações remuneratórias e de recrutamento; e,
- A redução do número de colaboradores.

O decréscimo de custo do fator trabalho⁶ em 2014 resultou, essencialmente, da dinâmica das medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado para 2014, do decréscimo do efetivo e da redução muito significativa do trabalho suplementar realizado no exercício.

Quadro 8 – Custo do fator trabalho

Custo fator trabalho		2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Custo fator trabalho	10 ³ €	75 440	66 268	59 791	58 463	56 359	-3,60
Custo fator trabalho Efetivo médio	10 ³ €	45,120	40,041	38,825	39,237	39,166	-0,18
Custo fator trabalho Gastos operacionais	%	38,0	34,1	39,8	36,3	30,0	-6,28 p.p.
Custo fator trabalho Gastos totais	%	28,7	23,5	26,5	29,3	26,8	-2,48 p.p.

⁶ Para o cálculo do custo fator trabalho é utilizado o valor dos "Gastos com o pessoal" (conta 63 do SNC) retirando os complementos de pensões, pré-reformas, incentivos à reforma, fundo de pensões e indemnizações por despedimento.

1.3.4. Evolução do pessoal ativo e inativo

No final de 2014, o ML integrava 1.411 inativos, dos quais 1.164 na situação de reformados, 245 em regime de pensionistas e dois em situação de pré-reforma.

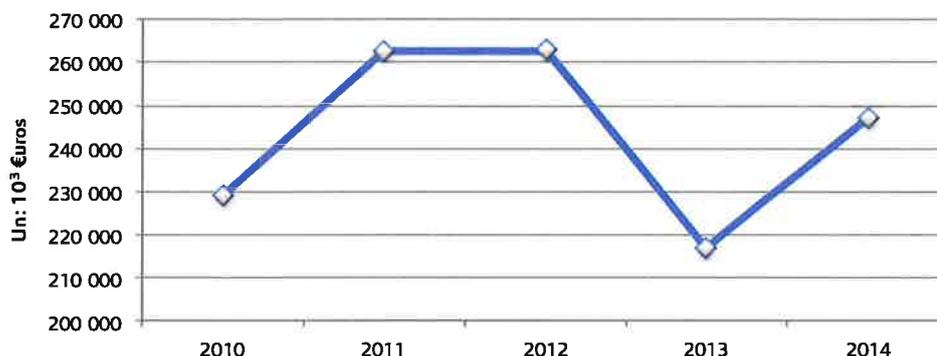
Quadro 9 – Evolução do pessoal ativo e inativo

		2010	2011	2012	2013	2014	Var. 2014/13	
							Abs.	%
Pessoal ativo	peçoas	1 672	1 590	1 525	1 451	1 426	- 25	-1,7
Pessoal inativo	peçoas	1 361	1 409	1 449	1 427	1 411	- 16	-1,1
Pré-reformados	peçoas	0	5	3	2	2	0	0,0
Reformados	peçoas	1 132	1 176	1 202	1 181	1 164	- 17	-1,4
Pensionistas	peçoas	229	228	244	244	245	1	0,4
Pessoal ativo	peçoas	1,23	1,13	1,05	1,02	1,01	-0,01	-0,6
Pessoal inativo	peçoas	1,23	1,13	1,05	1,02	1,01	-0,01	-0,6
V.A.R.S.P.	10 ³ €	229 032	262 695	262 739	216 987	247 102	30 115	13,9
V.A.R.S.P.	10 ³ €	75,513	87,594	88,345	75,395	87,100	11,705	15,5
Pessoal total								

O esforço de contenção do efetivo tem acarretado uma inevitável pressão sobre os rácios "Pessoal ativo/Pessoal inativo".

O V.A.R.S.P. foi, no final de 2014, de 247.102 milhares de euros (+13,9% em relação ao ano anterior), atingindo o valor do V.A.R.S.P. *per capita* do pessoal 87,1 milhares de euros, quando em 2013 era de 75,4 milhares de euros.

Gráfico 3 – Valor atual das responsabilidades com serviços passados



1.3.5. Sinistralidade laboral

Em 2014 houve um aumento do número total de acidentes de trabalho registados, que totalizaram 105. No entanto, o número médio de dias perdidos por este motivo diminuiu face ao ano anterior, situando-se em 60,54 dias (72,6 em 2013) e o índice de gravidade reduziu em 5,9%. A redução do número de dias perdidos resulta de múltiplos fatores, incluindo de um esforço multidisciplinar ao nível da gestão do contrato do ramo Acidentes de Trabalho.

Quadro 10 – Acidentabilidade laboral no ML

Acidentabilidade laboral		2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Acidentes	n.º	85	97	89	99	105	6,1
Dias perdidos	n.º	6 545	6 335	6 453	7 189	6 357	-11,6
Índice de duração	dias	77,00	65,31	72,51	72,62	60,54	-16,6
Índice de incidência	10 ⁻³	46,65	50,45	46,97	50,84	6,08	-88,0
Índice de frequência	10 ⁻⁶	29,80	31,65	28,97	32,03	34,40	7,4
Índice de gravidade	10 ⁻³	2,50	2,42	2,61	3,03	2,85	-5,9

O quadro seguinte reflete os índices de sinistralidade dos trabalhadores dos Empreiteiros nos Empreendimentos ML. No ano de 2014 ocorreu 1 acidente nos Empreendimentos ML que originou uma baixa de 42 dias de duração que face ao número reduzido de horas trabalhadas, nesse ano, motivou o aumento do índice de gravidade comparativamente ao ano de 2011.

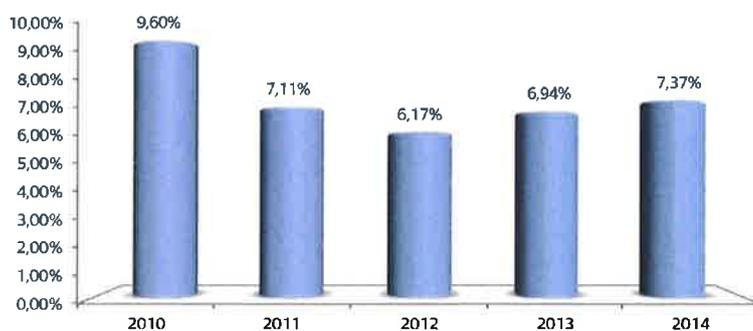
Quadro 11 – Sinistralidade nos empreendimentos do ML

Sinistralidade nos empreendimentos ML		2010	2011	2012	2013	2014
Homens-hora trabalhadas	horas	1 567 955	1 057 005	124 172	76 135	54 419
Acidentes	n.º	16	26	0	0	1
Dias perdidos	n.º	8 259	380	0	0	42
Índice de duração	dias	516,19	14,62	0,00	0,0	42,0
Índice de incidência	10 ⁻³	1,88	4,86	0,00	0,00	2,16
Índice de frequência	10 ⁻⁶	10,20	24,60	0,00	0,00	18,38
Índice de gravidade	10 ⁻³	5 267,37	359,51	0,00	0,00	771,79

1.3.6. Absentismo

Em 2011 e 2012 verificou-se uma inflexão do agravamento da taxa de absentismo que se vinha registando desde 2008. No entanto em 2014 a taxa de absentismo voltou a registar um aumento de 0,43 p.p. (em 2013 o aumento tinha sido de 0,77%), face ao ano anterior.

Gráfico 4 – Evolução da taxa de absentismo



Pela análise deste indicador ao longo de 2014, e comparativamente com anos anteriores, concluiu-se da necessidade de retomar as medidas de intervenção visando a redução da taxa de absentismo.

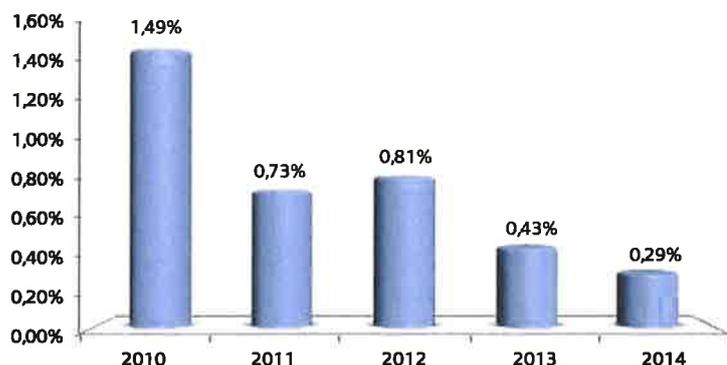
No entanto, por forma a inverter este acréscimo, começou-se a intervir nas possíveis causas desta evolução, aumentando a incidência de visitas domiciliárias e a intervenção dos serviços do departamento de "Segurança e Saúde no Trabalho (RHSC)" junto dos trabalhadores em situação de baixa prolongada por doença ou acidente de trabalho, esperando-se que os resultados desta estratégia sejam mais visíveis no ano de 2015.

1.3.7. Trabalho suplementar

Dado o impacto dos custos com trabalho suplementar na Empresa, mantiveram-se os princípios de redução do recurso ao mesmo, limitando-o a situações de força maior devidamente justificadas bem como da necessidade de garantia de cumprimento dos limites fixados para a sua prestação por Colaborador (200 horas/ano).

Assim, regista-se uma redução significativa da taxa de trabalho suplementar, tendo sido prestadas 7.149 horas, menos 3.870 horas do que em 2013, com uma redução de 35,12%, conforme gráfico seguinte:

Gráfico 5 – Evolução da taxa de trabalho suplementar



1.3.8. Formação

Durante o ano de 2014 a formação realizada privilegiou a vertente técnica oficial/equipamentos, constatando-se a realização de um menor número de ações de formação do que em 2013, mas com uma duração mais longa.

No que diz respeito à eficácia da formação, conforme definido no Processo de Recursos Humanos do SGQA (Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente), o indicador situou-se em 2,99 (escala de 1 a 4). Este indicador tem como objetivo avaliar o impacto da formação no desempenho da função.

Quadro 12 – Formação

Formação		2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Ações	n.º	240	167	148	221	198	-10,4%
Participantes	n.º	1 088	1 726	820	827	780	-5,7%
Horas	n.º	10 993	11 714	7 464	4 868	6 117	25,6%
Custos	10 ³ €	127	53	74	42	32	-23,8%
Horas por efetivo médio	horas/ pessoa	6,57	7,08	4,85	3,27	4,25	30,1%

1.3.9. Conflitualidade laboral

Em 2014 o número de pré-avisos de greve recebidos foi inferior ao de 2013, com o correspondente reflexo no número de horas do tempo de trabalho perdido por greve. Não obstante tal facto, seis das greves convocadas em 2014, foram em tempo parcial, que, no entanto, determinaram a paragem da operação.

Quadro 13 – Conflitualidade laboral

Conflitualidade laboral		2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Número de pré-avisos de greve recebidos	n.º	11	14	11	-21,4%
Greves desconvocadas	n.º	0	2	1	-50,0%
Greves a serviços específicos (trab. em dia feriado / trab. suplementar) – sem adesão registada	n.º	2	1	0	-100,0%
% média de adesão	%	0,0%	61,2%	54,5%	-6,7 p.p.
Nº de horas não trabalhadas por greve	n.º	25 176	30 405	22 519	-25,9%

Handwritten notes in blue ink: a large '2', a circled '0', and a signature-like mark.

1.4. Recursos materiais e tecnológicos

A direção operacional de Gestão da Infraestrutura e do Material Circulante (GIM) comporta a gestão de todas as fases de ciclo de vida da infraestrutura e material circulante, designadamente o projeto, manutenção, reabilitação ou renovação dos sistemas ou equipamentos. A sua atividade visa garantir a disponibilidade da infraestrutura e material circulante para exploração da rede de transporte público, de acordo com critérios de fiabilidade e disponibilidade dos sistemas e equipamentos.

1.4.1. Material circulante

A incorporação na antiga GM – Gestão da Manutenção das valências de gestão da infraestrutura, particularmente o controlo do seu ciclo de vida, isto é, a análise sistemática do desempenho dos sistemas e o planeamento da necessidade de renovação por fim de vida, bem como o projeto/especificação de novas infraestruturas, quer por renovação por fim de vida, quer por novas instalações, alterou o posicionamento da função de manutenção – função central na antiga GM, que passou a ser uma fase no ciclo de gestão das infraestruturas, determinante para o sucesso da missão da GIM (Gestão da Infraestrutura e do Material Circulante), mas não exclusivamente determinante. As funções de engenharia e de análise do ciclo de vida tomaram especial relevo para a gestão.

A função de engenharia foi complementada com o projeto e especificação técnica dos sistemas, incorporando a experiência de manutenção e operação obtida pela utilização da infraestrutura. Esta abordagem trouxe a vantagem de permitir desenvolver as especificações técnicas de sistemas mais focadas no contexto e as necessidades operacionais práticas.

A função de análise de ciclo de vida corresponde de facto à função inovadora da nova organização, semelhante em alguns aspetos à função de planeamento de longo prazo da manutenção. Promove a largo horizonte temporal a calendarização dos investimentos a realizar nas infraestruturas em função da sua vida útil e o desempenho operacional e financeiro.

Nestas matérias, iniciaram-se os trabalhos de compilação e adaptação da estrutura de dados técnicos existentes que caracterizam a infraestrutura, nomeadamente:

- A análise e validação dos documentos normativos da infraestruturas: o Plano Normativo de Estações; a descrição funcional das infraestruturas, as especificações e a documentação técnica das infraestruturas.
- A segmentação e caracterização das infraestruturas e equipamentos existentes e análise da estrutura de dados existentes para a criação de uma metodologia de análise sistemática do ciclo de vida das infraestruturas.

Complementarmente deu-se seguimento ao trabalho de reorganização iniciado no ano anterior com a consolidação de algumas ações tendo em vista a melhoria de eficiência do processo de logística e de manutenção, especialmente:

- Consolidação da função de planeamento de manutenção de material circulante, constituindo um mecanismo dinamizador da melhoria de produtividade das equipas de manutenção de material circulante e de previsão de consumos de materiais;
- Consolidação do planeamento e execução das ações de melhoria no material circulante;
- Consolidação do restabelecimento de algumas atividades de manutenção da infraestrutura.

Para além da consolidação das atividades de manutenção interna, verificou-se a continuidade da prestação de serviços externos de manutenção com a realização de diversas ações de manutenção corretiva a órgãos da frota de elétricos da CARRIS. Estes serviços corresponderam, em 2014, a um proveito extraordinário de cerca de 160 mil euros.

Esta linha de atuação visou manter o esforço desenvolvido na redução do custo operacional da manutenção, ao mesmo tempo que se mantiveram inalterados os critérios de qualidade e os objetivos de serviço, por forma a reforçar a competitividade da organização no mercado de manutenção ferroviária.

As medidas implementadas, permitiram obter, no final de 2014, uma redução de 3% nos custos operacionais globais da GIM face aos valores de 2013, representando uma poupança de cerca de 627 mil euros, conseguidos pela redução nos custos de pessoal, apesar da integração de técnicos provenientes da GSI (Gestão da Superestrutura e do Investimento) na atividade de engenharia.

Estritamente, na atividade de manutenção verificou-se uma redução dos gastos operacionais, no material circulante de 8%, correspondentes a cerca de 538 mil euros e na manutenção das infraestruturas em 6%, correspondentes a cerca de 485 mil euros.

É de destacar que esta redução de gastos foi obtida em paralelo com o aumento significativo da fiabilidade, quer do material circulante e da infraestrutura principal, conforme se poderá observar nos quadros seguintes, e sem terem sido efetuadas alterações significativa dos seus planos de manutenção.

Quadro 14 – Disponibilidade do material circulante

Manutenção do material circulante		2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Disponibilidade do material circulante	%	92,07	86,50	85,90	86,65	0,75 p.p.
MKBF – Quilometragem média entre falhas	km	14 373	12 639	13 616	14 381	5,62

Quadro 15 – Disponibilidade da infraestrutura ⁷

Manutenção da infraestrutura		2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Disponibilidade da infraestrutura *	%	99,90	99,88	99,61	99,66	0,05 p.p.
MTBF – Tempo médio entre falhas	horas	n.d.	99	100	113	13,00

* Dados disponibilizados a partir de 01 de abril de 2011.

O parque de material circulante sofreu a redução de uma unidade tripla, sendo agora composto por 111 unidades operacionais.

1.4.2. Gestão das infraestruturas

Ao nível da Gestão das Infraestruturas existentes, em 2014 revelou-se de igual modo um ano profícuo, caracterizado pela execução de inúmeros projetos internos, bem como pelo lançamento de concursos públicos visando a introdução de melhorias nos equipamentos existentes. Entre outros destacam-se os seguintes:

- Execução da empreitada para a readaptação do edifício do PMO III, nas suas diversas atividades, visando a transferência da totalidade dos colaboradores a prestarem funções no edifício administrativo do ML sito na Av. Barbosa du Bocage para o edifício do PMOIII, e respetiva prestação de serviços para a mudança dos postos de trabalho;
- Execução da empreitada remodelação de espaço adjacente à oficina de revisão do PMO III, para acomodar as instalações do CCDTML;
- Elaboração do projeto de transferência do *data center* existente no edifício da Barbosa du Bocage para a estação Saldanha II e lançamento do respetivo procedimento e adjudicação.

⁷ Foram considerados apenas os sistemas de Sinalização, Energia e Via Férrea por terem impacto na exploração.

1.4.3. Sistemas e tecnologias de informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em exploração no ML, ao longo de 2014 foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios em três vertentes específicas:

Ao nível da **implementação de melhorias funcionais** e em diversos sistemas do ML, destacam-se as seguintes ações:

- No Portal - implementação de várias soluções, tais como: consultas expeditas, registo de litros e quilómetros, requisição de viaturas, gestão de ideias e implementação de uma nova filosofia para a disponibilização eletrónica das declarações de rendimento e dos recibos de vencimento.
- Site ML - criação de *banners*, passatempos e mini-sites; desenvolvimento de uma bolsa de fornecedores para a nova versão do Site ML.
- Implementação de melhorias a funcionalidades no sistema SAP R/3:
 - Implementação de melhorias no módulo de Manutenção;
 - Implementação de melhorias à Gestão de Equipamentos;
 - Implementação de melhorias na implementação de gestão de competências;
 - Implementação de melhorias no KPI⁸ Sinalização e KPI Energia;
 - Implementação de melhorias na Gestão documental;
 - Implementação de Mapas Fiscais e de mapas de controlo da despesa e da receita;
 - Atualização do módulo de recursos humanos, em conformidade com as alterações decorrentes da aplicação ao ML da Lei do Orçamento de Estado.



Na implementação de projetos:

- Implementação do projeto Matriz Origem-Destino conjunta Carris-Metro;
- Implementação de uma solução de avaliação de fornecedores;
- Implementação de uma solução de controlo de disponibilidades;
- Conclusão do procedimento de contratação para a implementação de uma solução de impressão/cópia/digitalização integrada;
- Conclusão do procedimento de contratação para renovação da plataforma que assegura o armazenamento dos documentos eletrónicos do módulo de gestão documental (DMS).
- Conclusão do procedimento de contratação para renovação da Plataforma de Compras;
- Conclusão do procedimento de contratação para implementação de um sistema de gestão de Biblioteca;
- Conclusão do estudo e lançamento do procedimento para a implementação de uma estratégia de virtualização;
- Lançamento do procedimento de contratação referente à plataforma de gestão de acesso à internet;
- Lançamento do procedimento de contratação para a renovação da prestação de comunicações móveis para o ML;
- Lançamento do procedimento de contratação para a renovação do Site ML.

Estudo/análise para a implementação de projetos:

- Estudo para o desenvolvimento da redução de tempo do carregamento do indicador "mobilidade de passageiros".

⁸ Key Performance Indicators (KPI).

1.5. Expansão, modernização e reabilitação da rede

Atualmente o ML dispõe de 43,2 km de rede e no caso de se avançar com a conclusão da estação da Reboleira, a rede do Metro passará a ser a seguinte:

Quadro 16 – Rede atual e futura

Linhas	Rede atual			Projetos	Em execução		Rede futura		
	N.º estações	km de rede			N.º estações	km de rede	Entrada em exploração	N.º estações	km de rede
Amarela	13	11,0		-	-	-	13	11,0	
Azul	17	12,8	Prolongamento Amadora Este/Reboleira (*)	1	0,9	Dez-15	18	13,7	
Verde	13	8,9		-	-	-	13	8,9	
Vermelha	12	10,5		-	-	-	12	10,5	
Rede atual	55	43,2		1	0,9	Rede futura	56	44,2	

(*) A obra encontra-se suspensa devido a restrições financeiras.

De seguida são apresentados os projetos de expansão da rede, modernização e reabilitação da rede:

1.5.1. Expansão da rede



• Prolongamento da linha Azul – Amadora Este / Reboleira

O prolongamento da linha de metro à Reboleira reveste-se de especial importância, enquanto promotor da intermodalidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML), permitindo criar uma nova interface entre a linha de Sintra da CP e a linha Azul do ML.

Estima-se que esta estação venha a servir cerca de 4,5 milhões de passageiros por ano, que diariamente necessitam de se deslocar neste importante eixo da AML.



• Prolongamento da linha Vermelha – Oriente / Aeroporto e Alameda II / São Sebastião II

Embora os troços Oriente/Aeroporto e Alameda II/São Sebastião já se encontrassem em exploração, em 2013 foi necessário dar seguimento aos trabalhos complementares que ainda estão em curso.

No prolongamento ao Aeroporto foram corrigidos diversos trabalhos que apresentavam deficiências de execução.

1.5.2. Modernização da rede



• Remodelação das estações da linha Verde – Estações Areiro e Arroios

A estação Areiro tem ambas as plataformas de embarque com 105 m de comprimento, tendo sido aberto à exploração o átrio sul da estação em 17 de novembro de 2013, e, simultaneamente, encerrado o lado norte da estação para a devida remodelação e instalação de meios mecânicos para garantia de acessibilidade à estação.

Foi entregue pela Ferconsult uma versão do projeto, que foi analisada pelo ML, aguardando-se a entrega da revisão da mesma.

1.5.3. Plano de promoção de acessibilidade

Em 2014, ao nível do “Plano de promoção de acessibilidade”, desenvolveu-se o projeto de adaptação da arquitetura e estrutura civil para reposição da zona exterior da estação Colégio Militar, tendo-se procedido ainda à execução dos trabalhos de reforço da plataforma elevatória de escada da estação Baixa-Chiado por forma a garantir a sua adequada operação.

Foram reprogramadas as intervenções nas restantes estações, e deu-se início aos estudos prévios para a introdução de meios mecânicos nas estações em falta.

1.5.4. Reabilitação das infraestruturas

Foi iniciada a campanha de reabilitação das galerias da rede. Neste âmbito foram concluídas as reparações da linha Azul e iniciadas as reparações das linhas Amarela e Verde.

Durante o ano foram ainda concluídos os levantamentos das estações e dos edifícios.

Em complemento no decurso do presente ano, foram efetuadas diversas análises, bem como a emissão de pareceres a Projetos Imobiliários, cuja execução interferia com a infraestrutura do ML.

1.5.5. Investimentos

Quadro 17 – Despesa de investimento

	Un: Euros		
	FBCF	ICT	DI
	Formação Bruta de Capital Fixo	Investimento a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
A - ILD	6 303 470	7 744 423	8 622 811
Em curso	595 402	513 991	1 076 573
Extensão Oriente / Aeroporto	146 786	146 786	146 786
Extensão Amadora Este / Reboleira	448 616	448 616	1 011 198
Investimento em curso	0	(81 411)	(81 411)
Novos	279 678	279 678	279 678
Extensão S. Sebastião / Campolide	279 678	279 678	279 678
Outros	5 428 390	5 428 390	5 744 196
Extensão Alameda / S. Sebastião	613 382	613 382	613 382
Extensão Alvalade / Campo Grande - Terrenos	(472 500)	(472 500)	(472 500)
Interface do Terreiro do Paço	211 352	211 352	211 352
Interface do Cais do Sodré	703 003	703 003	718 118
Extensão Baixa-Chiado / Santa Apolónia	330 519	330 519	330 519
Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade	24 283	24 283	24 343
Remodelação da linha Azul	2 296 864	2 296 864	2 296 864
Remodelação da linha Amarela	254 901	254 901	254 901
Remodelação da linha Verde	1 217 941	1 217 941	1 518 571
Remodelação da linha Vermelha	(7 964)	(7 964)	(7 964)
Remodelação da Rede - Outros	256 609	256 609	256 609
Autoinvestimento	0	1 522 364	1 522 364
B - ML	2 523 487	2 523 487	2 523 620
Parques de material e oficinas	257 406	257 406	257 406
Material circulante	0	0	0
Equipamentos e outros	2 189 189	2 189 189	2 189 322
Investimentos correntes	76 892	76 892	76 892
Autoinvestimento	0	0	0
Investimento total	8 826 957	10 267 910	11 146 431

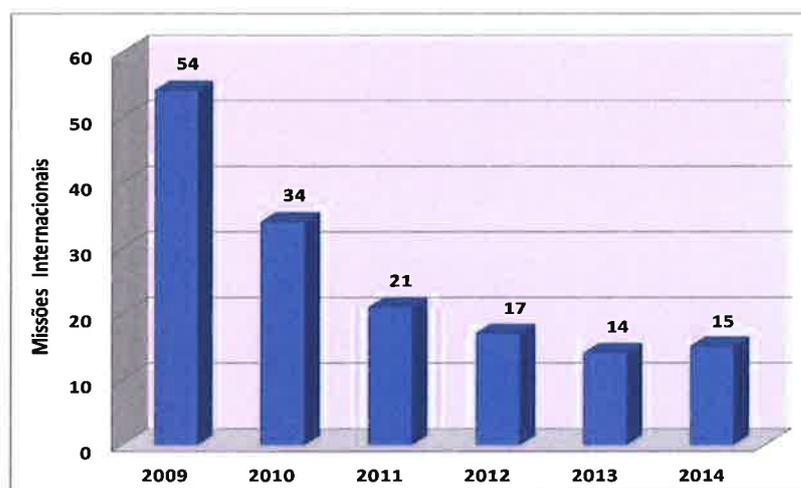
Quadro 18 – Evolução do investimento

Investimento	2012	2013	2014	Un: Euros
				Var. % 2014/13
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	21 023 542	2 195 473	8 826 957	302,1
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	25 314 961	3 847 344	10 267 910	166,9
Despesas de Investimento (DI) – inclui custos financeiros	30 985 691	4 683 284	11 146 431	138,0

1.6. Relações internacionais

Em 2014, a atividade das Relações Internacionais manteve-se alinhada com os condicionalismos orçamentais da Empresa e determinações tutelares para o setor empresarial do Estado. Neste sentido, registou-se a participação do Metro em quinze reuniões dos organismos internacionais a que pertence, prosseguindo o esforço de contenção de custos evidenciado nos últimos anos, em resultado das medidas determinadas pelo Conselho de Administração, conforme quadro seguinte: A participação do ML nestas organizações internacionais tem permitido ao ML conhecer as melhores práticas internacionais, aprendendo com a experiência das restantes redes de metro e permitindo definir prioridades de atuação para melhorar o desempenho da organização.

Gráfico 6 – Evolução das deslocações internacionais



Importa salientar que a Empresa foi reembolsada dos gastos de participação em seis das referidas missões, nomeadamente as iniciativas promovidas pelo CEEP e no âmbito dos projetos SECUR-ED e OSIRIS e, ainda, as participações nos workshops organizados pela UITP sobre “International Graffiti” e pela UIC sobre “Security and SECURESTATION”.

Adicionalmente, a Empresa manteve a restrição em vigor de organização de reuniões em Lisboa, declinando sugestões nesse sentido em sede dos órgãos onde tem representação, com vista a diferir essa responsabilidade para uma data posterior.

Contudo, destacam-se os principais acontecimentos ocorridos em 2014:



No âmbito da UITP – União Internacional dos Transportes Públicos:

- Reunião do Comité União Europeia, em Bruxelas (fevereiro);
- Reunião da Comissão de Segurança e Exposição IT-TRANS 2014, em Karlsruhe (fevereiro);
- Reunião da Comissão de Economia dos Transportes, em Dresden (abril);
- Reunião da Comissão de Transportes e Cidade, em Riga (maio). Destaca-se a nomeação do Metro para liderar o Grupo de Trabalho “Quantifying the socio-economic benefits of integrating public

transport and urban planning”, tendo por objetivo a criação de ferramenta dirigida à comunidade empresarial e aos decisores políticos, visando demonstrar os benefícios socioeconómicos da integração do transporte público no planeamento urbano;

- Reunião do Comité União Europeia e Conferência Europeia sobre Mobilidade "Moving Together", em Paris (junho);
- Reunião do Comité União Europeia e participação no jantar promovido pela UITP com deputados da Comissão de Transportes do Parlamento Europeu, visando apresentar os dossiers europeus mais relevantes para o transporte público (dezembro, Bruxelas).



No âmbito da **ALAMYS – Associação Latino-Americana de Metropolitanos:**

Dado o contexto de contenção de custos em vigor, o Metro não esteve presente na reunião de Comitês Técnicos, realizada em Maio no Panamá, nem na Assembleia Geral que teve lugar na Cidade do México, em Dezembro. No entanto, a empresa manteve-se atenta aos pedidos de colaboração oriundos daquela associação, designadamente dando resposta a questionários e inquéritos, e outras iniciativas dirigidas à comunidade de associados.



No âmbito do **Grupo NOVA – Benchmarking de Metros⁹:**

O Metro esteve representado na reunião anual do Grupo NOVA de Benchmarking de Metros, realizada em maio na cidade de Toronto, onde foram apresentados os factos mais relevantes ocorridos na Empresa entre janeiro de 2013 e março de 2014, assim como os principais indicadores e perspetivas para 2014 e a apresentação de resultados do Estudo de Caso proposto pelo ML – “Análise da Procura e da Receita / Iniciativas para aumentar a receita tarifária”.

Destaca-se ainda a proposta de estudo de caso apresentada por Lisboa conjuntamente com o Metro do Rio de Janeiro, intitulada “Value Capture of Proximity to Metro Stations (Land and Property Value)”, que alcançou a quarta posição num total de 13 propostas submetidas pelos membros. Venceram os estudos de caso propostos por Sydney – “Improving Reliability of Services” – e Buenos Aires – “Multi-tasking Staff”, que serão desenvolvidos em 2015.

O Metro manteve-se igualmente empenhado nas restantes atividades do NOVA, nomeadamente na recolha anual de Indicadores-Chave de Desempenho (KPI) e na participação nos estudos rápidos (clearinghouse) e outros da iniciativa dos membros.

Para além do benchmarking NOVA, em 2014 o Metro deu continuidade à política de colaboração com outras entidades e empresas congéneres na partilha de experiências e conhecimentos técnicos, tendo dado resposta a cerca de 30 questionários e pedidos avulsos de informação.

No âmbito do **CEEP Portugal – Centro Europeu dos Serviços de Interesse Geral:**

- ✓ Participação em todas as reuniões dos órgãos em que o Metro tem representação, nomeadamente a Assembleia Geral, a Comissão Coordenadora (Transportes), o Grupo de Trabalho “Gestão dos Assuntos Sociais” e a Task Force de Juristas dos Recursos Humanos.
- ✓ O Metro representou a Secção Portuguesa do CEEP no Seminário “The Management of Change in Public Services”, realizado em Junho em Atenas, tendo sido reembolsado dos custos de deslocação e estada pelo orçamento deste projeto co-financiado pela UE.

Em relação aos **projetos internacionais** destacam-se os seguintes:

- ✓ O projeto **SECUR-ED**: projeto financiado pela UE, que visa proporcionar aos operadores os meios para aumentarem a segurança do transporte urbano. O Metro integra o Advisory Group Public Transport and Authorities, tendo acesso aos resultados das demonstrações do projeto. A Empresa esteve representada na reunião final do projeto que teve lugar em Bruxelas, em setembro.
- ✓ O projeto **OSIRIS** subsidiado pela UE, destinado a desenvolver uma metodologia inovadora que visa a redução do consumo global de energia por sistemas ferroviários urbanos na Europa, em cerca de 10%, até 2020. O Metro faz parte do Support and User Group, que permitirá aceder aos resultados finais do projeto. A Empresa participou na reunião de Barcelona, em abril.

⁹ O Grupo NOVA é um programa de avaliação comparativa ferroviária internacional de que fazem parte metros de 14 cidades.

Em 2014, o Metro não esteve presente nas reuniões dos restantes projetos internacionais de que faz parte, nomeadamente:

- **Working Group 40:** Grupo de Trabalho da Comissão Eletrotécnica Internacional, que visa integrar os resultados dos projetos europeus de normalização de equipamentos de sinalização ferroviária, definindo um standard mundial.
- **CT 143 | Comissão Técnica de Normalização em Aplicações Ferroviárias:** Organismo do Comité Europeu de Normalização, liderado pela Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária, tendo a seu cargo o processo de normalização europeia para Metropolitanos, Metros de Superfície e Metros Ligeiros.
- **FOCAL POINT GROUP | Segurança nos Transportes Urbanos:** Projeto promovido pela UE para identificar riscos potenciais de terrorismo e meios de prevenção, visando sistematizar procedimentos e constituir um modelo europeu de segurança, baseado nas melhores práticas.

Outras missões internacionais:

- Transport Ticketing & Passenger Information Conference 2014;
- Visita de Estado Presidencial à República Popular da China e à Região Administrativa Especial de Macau (RAEM);
- UIC – Security Workshop & SECURESTATION Final Conference;
- UITP – 1st Workshop International Graffiti.

Em relação às **visitas de congéneres e personalidades internacionais**, em 2014, a Empresa acolheu visitas de delegações estrangeiras que mobilizaram cerca de noventa visitantes de delegações oriundas da América Latina (Divisão América Latina da UITP); Brasil; Bulgária; China; Colômbia; Espanha; Hungria; Iraque; Moçambique e Reino Unido, tendo sido registados diversos testemunhos de apreço sobre as capacidades do Metro e a forma como foram recebidos.

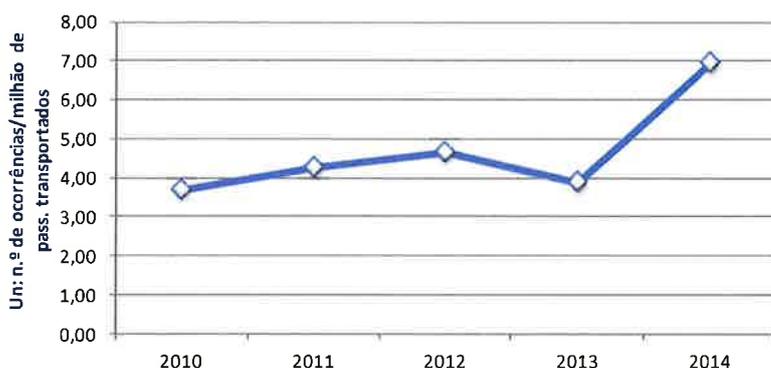
1.7. Qualidade do serviço

1.7.1. Segurança

No ano de 2014 verificou-se um incremento generalizado dos incidentes registados, na rede ML tendo atingido um valor médio final de 6,93 incidentes por milhão de passageiros transportados. O que se traduz, comparativamente ao ano anterior, num aumento dos incidentes na ordem dos 56%.

Em termos globais é possível evidenciar que este rácio de número de incidentes por milhão de passageiros transportados acompanhou em grande medida a diminuição do número de passageiros transportados e da afluência acrescida de turistas em circulação na rede. A realização da final da taça dos campeões europeus da UEFA foi um evento significativo para este indicador.

Gráfico 7 – N.º de ocorrências com passageiros por milhão de passageiros transportados



As situações que têm maior impacto neste indicador são as verificadas a bordo e em estações de interface, onde a ação de segurança é mais crítica.

A percepção de segurança nas instalações do Metropolitano leva a generalidade dos passageiros a descurar a atenção sobre os seus bens potenciando a ocorrência de incidentes. Daí, a importância da realização de campanhas de sensibilização como a realizada no fim do ano, com a colaboração da Polícia de Segurança Pública (PSP).

Outro aspeto relativo à segurança, foi a sistematização de simulacros em estreita ligação com a Exploração Operacional de modo a detetar oportunidades de melhoria quer na articulação entre todos os intervenientes, quer na adequação dos procedimentos e meios existentes, numa atuação em situação de emergência.

Tem também sido dado conhecimento da rede às diversas forças de segurança e de socorro, para melhorar a sua capacidade de intervenção na rede.

1.7.2. Eficiência energética – Indicadores de consumo de energia e de emissões de CO₂

Na sequência do projeto “Eficiência Energética”, durante o ano de 2014, o ML deu continuidade às atividades referentes a esta temática, promovendo uma gestão racional e eficiente dos seus consumos energéticos.

Com os procedimentos adotados, o ML deu cumprimento às obrigações legais enquanto empresa do setor empresarial do Estado, quer no respeitante à redução dos seus consumos energéticos quer quanto às emissões de gases de efeito de estufa.

A metodologia, à semelhança dos anos anteriores, teve como base o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE).

Em 2014 procedeu-se à monitorização das medidas anteriormente implementadas em toda a rede ML

Iniciou-se em parceria com a Agência Nacional para a Energia (ADENE), um projeto conjunto na área do programa governamental ECO.AP, tendo como objetivo o lançamento de um concurso para a substituição de lâmpadas fluorescentes por tubos de tecnologia LED, dirigido às empresas qualificadas como prestadoras de serviços energéticos, ESE, que ocorrerá durante o ano de 2015.

Manteve-se o projeto “Marcha Económica”, relativo ao regime de circulação do material circulante que reduz a velocidade de 60 km/h para 45 km/h.

Em 2014 foi finalizada a auditoria energética no âmbito da legislação em vigor, nomeadamente do Regulamento da Gestão do Consumo de Energia para o Setor dos Transportes, Portaria n.º 228/90 de 27 de Março, a toda a rede ML. A auditoria teve como resultado global a constatação que o ML cumpre o Portaria em vigor pelo fato de ter executado várias intervenções na sua rede, no âmbito do projeto “Eficiência Energética”.

Ainda em 2014, o contrato de fornecimento de energia elétrica (concurso efetuado em 2013) foi celebrado em conjunto com a empresa CARRIS, situação esta que se traduziu em ganhos significativos, nomeadamente para a CARRIS nos seus custos de energia em baixa tensão. A integração dos consumos de energia elétrica da CARRIS continuará a verificar-se, isto é, os concursos anuais serão lançados em conjunto, ganhando-se desta forma as sinergias que daí advêm.

No ano de 2014 e em relação ao ano de 2013, obtiveram-se os seguintes resultados globais:

- Redução de custos em 552.240 euros (-6,8%);
- Redução do consumo de energia elétrica de 700.958 kWh;
- Redução de consumo de energia elétrica de 0,8%.

Em relação ao ano de 2010 (ano de referência do projeto Eficiência Energética), verificam-se os seguintes resultados globais:

- Redução do consumo de energia elétrica em 25.459.569 kWh;
- Redução de consumo de energia elétrica de 22,77%;
- Redução de custos em 2,462 milhões de euros;
- Redução aproximada de emissão de 10.017 Ton de CO₂ (valor de 352 g/kWh).

Quadro 19 – Consumos de energia

Consumo de energia		2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Iluminação	10 ³ kWh	28 688	27 786	23 860	21 138	20 261	-4,15
Força motriz	10 ³ kWh	12 507	12 566	15 612	15 573	14 783	-5,07
Energia de tração	10 ³ kWh	57 103	52 983	37 939	38 723	40 100	3,56
Outros consumos	10 ³ kWh	13 485	12 582	11 162	11 592	11 180	-3,55
Total	10³ kWh	111 783	105 917	88 573	87 026	86 325	-0,81

Quadro 20 – Custos de energia

Custos de energia		2010	2011	2012	2013	2014	Var. %		
							2014/13	2014/10	2013/10
Custo médio kWh	€	0,0672	0,0815	0,0885	0,0937	0,0880	-6,08	30,95	39,43
Custo médio kWh (s/ tarifa acesso redes)	€	0,0549	0,0583	0,0619	0,0627	0,0562	-10,37	2,37	14,21
Tarifa acesso redes	€	0,0122	0,0232	0,0266	0,0310	0,0319	2,90	161,48	154,10

Quadro 21 – Eficiência energética

Indicadores de energia		2010	2011	2012	2013	2014
Eficiência energética	pass. x km/kWh	7,74	8,09	8,42	7,53	7,82
Emissões de CO ₂	gCO ₂ /pass. x km	52	49	48	57	45
Consumo de energia total por carr. x km	kWh/carr. x km	4,04	4,00	4,15	4,05	3,94

1.7.3. Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA)

O ano de 2014 foi marcado por uma consolidação do Sistema de Gestão nas vertentes ambiental e de qualidade e pelo início do projeto de implementação do Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho.

Destaca-se a manutenção das certificações do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente pelas normas NP EN ISO 9001 e NP EN ISO 14001, sendo que, pela primeira vez, não foi identificada qualquer não conformidade na auditoria externa realizada pela SGS¹⁰.

Durante o ano de 2014 foram realizadas as seguintes auditorias ao Sistema de Gestão:

- Auditoria de conformidade legal, realizada pela SAI – Sociedade de Inovação Ambiental, Lda., nos âmbitos de qualidade, ambiente e segurança e saúde no trabalho;
- Auditoria interna ao Sistema de Gestão realizada por uma equipa auditora da Metro do Porto no âmbito do Banco de Auditores Internos;
- Auditoria externa de acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com NP EN ISO 9001, realizada pela SGS;
- Auditoria externa de acompanhamento do Sistema de Gestão Ambiental de acordo com NP EN ISO 14001, realizada pela SGS;

Para 2014 foi traçado o objetivo de redução do número de não conformidades (NC) e das ações de melhoria (AM) para metade das existentes no início do ano. O mesmo iniciou-se com 74 NC e 36 AM abertas, tendo-se encerrado o ano com 27 NC e 23 AM. Esta redução significativa em termos de NC foi conseguida apesar de, durante o ano de 2014, terem sido detetadas e abertas 57 novas NC para as quais foram abertas 57 AM.

Das ações empreendidas com vista à melhoria do nosso desempenho ambiental são de salientar algumas das medidas definidas no Programa de Gestão do Sistema (PGS) e de controlo operacional que tiveram impacto em 2014, a saber:

¹⁰ SGS Portugal, S.A. – Empresa prestadora de serviços com competências de inspeção, verificação, testes e certificação.

- 2
JA
- **Brigada do Ambiente** – Criada com a missão de verificar a correta gestão dos resíduos em 2013, em 2014 foi alargado o seu âmbito de atuação passando a incluir a verificação da correta gestão de produtos químicos em toda a Empresa. A Brigada do Ambiente realizou ações de verificação mensais, alertando para as falhas encontradas, sugerindo medidas corretivas e verificando a implementação das mesmas.
 - **Redução da carga poluente de efluentes líquidos** – Foi concluído o processo de licenciamento de descarga de águas residuais industriais na Câmara Municipal de Lisboa após receção de autorização respeitante a seis locais da rede do ML que careciam de licenciamento e de acompanhamento periódico das condições de descarga das águas residuais.
 - **Redução do consumo de água** – Foi instalado o sistema de telemetria nos locais da Empresa abastecidos pela EPAL¹¹ e pelos SIMAS¹², criando-se assim melhores condições para deteção atempada de potenciais fugas de água. Simultaneamente foram implementadas medidas de otimização do consumo nas atividades em que se observou um uso excessivo de água e foi lançada uma campanha de sensibilização. Como resultado registou-se uma redução do consumo de água na empresa de 18,1% em 2014.
 - **Redução do ruído ambiente** – Foram realizadas monitorizações de ruído para aferição da eficácia das medidas adotadas em 5 ventiladores que, em monitorizações anteriores, tinham ultrapassado os valores limite estabelecidos. De igual forma procedeu-se à monitorização dos casos identificados como críticos no que respeita ao ruído ambiente gerado na superfície da rede, resultando na identificação de 4 pontos de amostragem, correspondentes a 3 zonas, que irão ser sujeitos a medidas de mitigação em 2015.
 - **Plano de gestão de produtos químicos** – Foi aprovado, e divulgado, o procedimento interno relativo à aquisição, manuseamento e armazenamento de produtos químicos. Após o que foi realizado o levantamento dos 405 produtos químicos existentes na Empresa e das respetivas fichas de dados de segurança (FDS). Foi criada uma base de dados, consultável por todos os trabalhadores, com as FDS existentes na empresa.

1.7.4. Auditorias internas

Ao longo do ano 2014 foi realizado um conjunto de auditorias internas, a saber:

- Sistema do controlo do imobilizado;
- Existências de sobressalentes;
- Juros de mora em contratos de empreitadas;
- Cumprimento da legislação sobre fecho de contas em contratos de empreitadas;
- Processamento de salários;
- Sinistralidade laboral;
- Existências de artigos promocionais e publicações;
- Garantias recebidas e prestadas;
- Fiabilidade dos equipamentos de venda e validação;
- Reavaliação da auditoria ao Sistema de planeamento e controlo de gestão realizada em 2013;
- Saldos de adiantamento concedidos a fornecedores;
- Formação de maquinistas;
- Processos de aquisição de bens e serviços;
- Receitas não tarifárias (em fase final);
- Cumprimento dos planos de manutenção do material circulante;
- Rutura de stocks de materiais.

1.7.5. Gestão do Risco

Consolidou-se o Sistema de Gestão do Risco, conduzindo o ciclo anual do seu funcionamento, designadamente com reavaliação dos riscos e redefinição de medidas de mitigação, sendo de destacar a criação do Comité Risco.

Foi feita a revisão para 2015 do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRIC) e elaborado o seu relatório de execução do ano de 2014.

¹¹ EPAL – Empresa Pública de Águas de Lisboa.

¹² SIMAS – Serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos Municípios de Oeiras e Amadora.

2. Gestão económica e financeira

Em 2014, a gestão económica e financeira do Metropolitano de Lisboa (ML) foi caracterizada pelos seguintes factos essenciais:

- Por determinação da Tutela, a repartição das receitas de passes intermodais passou a efetuar-se tendo por base os resultados do Inquérito à Mobilidade de 2007. Esta medida estruturante corrigiu o desequilíbrio existente na repartição das receitas dos passes intermodais entre os diferentes operadores, resultando num aumento expressivo nas receitas tarifárias do ML. O crescimento dos ganhos, por esta via, permitiu acomodar o significativo decréscimo registado nos subsídios à operação.
- As despesas operacionais mantiveram uma trajetória descendente, com especial relevo para os gastos com pessoal, que reduziram 22%.
- O acionista manteve a sua política de apoiar financeiramente a Empresa, através de aumentos de capital – por conversão de créditos e entradas de capital – que permitiram os fundos necessários para fazer face ao serviço da dívida.

2.1. Análise económica

Em 2014, o resultado líquido ascendeu a - 51 milhões de euros, um agravamento de 36 milhões de euros relativamente aos resultados registados no ano anterior.

Quadro 22 – Resultados

Resultados	2014	2013	Un: Euros	
			Absoluta	%
EBITDA *	12 951 879	24 635 377	(11 683 498)	-47,4%
Resultado operacional	(35 628 370)	22 623 909	(58 252 279)	-257,5%
Resultado líquido do exercício	(50 837 743)	(15 307 839)	(35 529 904)	-232,1%

A evolução do EBITDA reflete um conjunto de factos não recorrentes, que importa destacar:

- os ganhos de 15,4 milhões de euros obtidos com o cancelamento antecipado dos contratos de derivados nos resultados de 2013;
- o reconhecimento em 2014 de perdas no valor de 20 milhões de euros, resultantes da alteração da participação social do Metro em duas participadas, GIL – Gare Intermodal do Oriente e TREM, A.C.E..

O EBITDA corrigido destes efeitos apresenta um crescimento superior a 200%, traduzindo a real melhoria do desempenho operacional:

Quadro 23 – Análise de EBITDA

Análise da evolução do EBITDA	2014	2013	Un: Euros	
			Absoluta	%
EBITDA *	12 951 879	24 635 377	(11 683 498)	-
Ganhos obtidos com cancelamento derivados	-	(15 422 250)	15 422 250	-
Perdas imputadas a subsidiárias	20 124 337	1 259 896	18 864 440	-
EBITDA corrigido	33 076 216	10 473 024	22 603 192	215,8%

O resultado operacional em 2014 é ainda afetado negativamente pelo reforço, em 30 milhões de euros, das provisões relativas a processos judiciais em consequência da decisão tomada pela Tutela de suspender o pagamento dos juros vencidos na sequência do processo que se encontra a decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado Português.

* EBITDA ajustado. Sem provisões, ajustamentos e imparidades.

Os rendimentos operacionais decresceram 17%, conforme mostra o quadro seguinte:

Quadro 24 – Rendimentos operacionais

Un: Euros

Rendimentos Operacionais	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Vendas de Passes e bilhetes	86 021 693	77 487 718	8 533 976	11,0%
Compensação 4_18/sub_23/Social +	2 082 580	1 058 167	1 024 413	96,8%
Subsídios PAII	20 690	305 482	(284 792)	-93,2%
Indemnização compensatória e reforço orçamental	32 775 104	44 000 000	(11 224 896)	-25,5%
Receita Serviço público	120 900 067	122 851 367	(1 951 300)	-1,6%
Receitas não tarifárias	3 879 048	3 600 669	278 379	7,7%
Trabalhos p/ Própria Empresa	1 551 256	1 945 091	(393 835)	-20,2%
Imparidades	105 064	132 970	(27 906)	-21,0%
Aumentos justo valor	13 618 875	23 199 397	(9 580 522)	-41,3%
Outros rendimentos e ganhos	12 031 380	29 336 492	(17 305 112)	-59,0%
Provisões e reversões	-	2 591 191	(2 591 191)	-100,0%
Outros rendimentos	31 185 624	60 805 810	(29 620 186)	-48,7%
Total	152 085 691	183 657 177	(31 571 486)	-17,2%

A receita tarifária cresceu 11%, pelo efeito conjugado da alteração das quotas de repartição dos passes associada à recuperação da procura. O volume de passageiros aumentou 2,25% (validações no sistema), através de uma maior procura de títulos ocasionais, o que gerou um acréscimo de receita superior a 4 milhões de euros (5,2%). Contudo, o aumento da receita tarifária não foi suficiente para compensar a redução dos subsídios à exploração, pelo que a receita do serviço público decresceu 1,6%.

Os outros réditos registaram uma redução de 49%, sendo de destacar:

- A evolução positiva das receitas não tarifárias, refletindo o empenho da Empresa no desenvolvimento de novos segmentos de negócio;
- A manutenção da tendência decrescente nos “Trabalhos para a própria empresa”, em linha com a redução no investimento;
- O valor da carteira de derivados mantém a tendência crescente, mas com uma variação inferior a 2013, resultando numa redução de 41,3% da rubrica “Ajustamentos justo valor”;
- A conta “Outros rendimentos” decresce cerca de 60%, devido ao já referido one-off income obtido com o cancelamento antecipado dos derivados em 2013.

O quadro seguinte compara a evolução dos gastos operacionais, que registaram um crescimento de 17%:

Quadro 25 – Gastos operacionais

Un: Euros

Gastos Operacionais	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Gastos com o pessoal	67 754 065	86 397 818	(18 643 753)	-21,6%
Fornecimentos e serviços externos	31 322 364	31 879 718	(557 354)	-1,7%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 639 558	2 150 462	489 096	22,7%
Perdas imputadas subsidiárias	20 124 337	1 259 896	18 864 440	1497,3%
Outros gastos e perdas	3 569 549	11 410 347	(7 840 798)	-68,7%
Provisões	30 575 894	-	30 575 894	-
Amortizações	27 044 540	27 910 026	(865 486)	-3,1%
Imparidades de Ativos depreciáveis	4 683 754	-	4 683 754	-
Total	187 714 061	161 008 267	26 705 793	16,6%

A análise do quadro 25 permite distinguir duas linhas de evolução distintas, associadas a diferentes naturezas de custos:

- i. Os gastos diretamente associados à produção do serviço de transporte (Pessoal, Fornecimentos e serviços e Custo dos materiais consumidos) que, no seu conjunto, decresceram 15,5%, em resultado das medidas de racionalização e contenção implementadas.
- ii. Gastos associados ao reconhecimento de variações no património da Empresa (*non-cash costs*) que, em 2014, representam 44% dos gastos totais, com um acréscimo de 53 milhões de euros:
 - Perdas derivadas da venda da participação do Metropolitano de Lisboa na G.I.L e alteração da participação no TREM, A.C.E.: 18,9 milhões de euros;
 - Reforço de provisões: 30,5 milhões de euros;
 - Registo das imparidades resultantes da reavaliação de imóveis: 4,6 milhões de euros.

Os Gastos com Pessoal reduziram cerca de 22% devido essencialmente à suspensão do pagamento dos complementos de pensões decorrente do art.º 75 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conforme mostra o quadro 26. Por sua vez, a massa salarial decresce 1,9 milhões de euros, em resultado da redução de efetivos registada em 2014.

Quadro 26 – Gastos com pessoal

Un: Euros

Gastos com Pessoal	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Remunerações	56 107 982	59 810 307	(3 702 325)	-6,2%
Complemento de Pensões	279 486	12 595 465	(12 315 979)	-97,8%
Responsabilidades c/ Pensões	9 977 961	12 155 529	(2 177 568)	-17,9%
Outros gastos	1 388 636	1 836 517	(447 881)	-24,4%
Total	67 754 065	86 397 818	(18 643 753)	-21,6%
Massa salarial	44 282 629	46 190 709	(1 908 079)	-4,1%

O aumento dos consumos de materiais está associado à realização de um plano de substituição de componentes no material circulante, que se prevê concluir em 2015.

Os gastos com “Fornecimentos e serviços externos” abrandaram o ritmo de decréscimo, com uma redução inferior a 2%. Este abrandamento decorre de se terem atingido os resultados das medidas de racionalização implementadas que, desde 2010, geraram uma poupança global superior a 7 milhões de euros (19%).

Os gastos com eletricidade, com um peso significativo na estrutura de custos operacionais, registaram uma redução significativa (7%), que traduz o decréscimo do preço contratado combinado com as medidas de poupança energética implementadas.

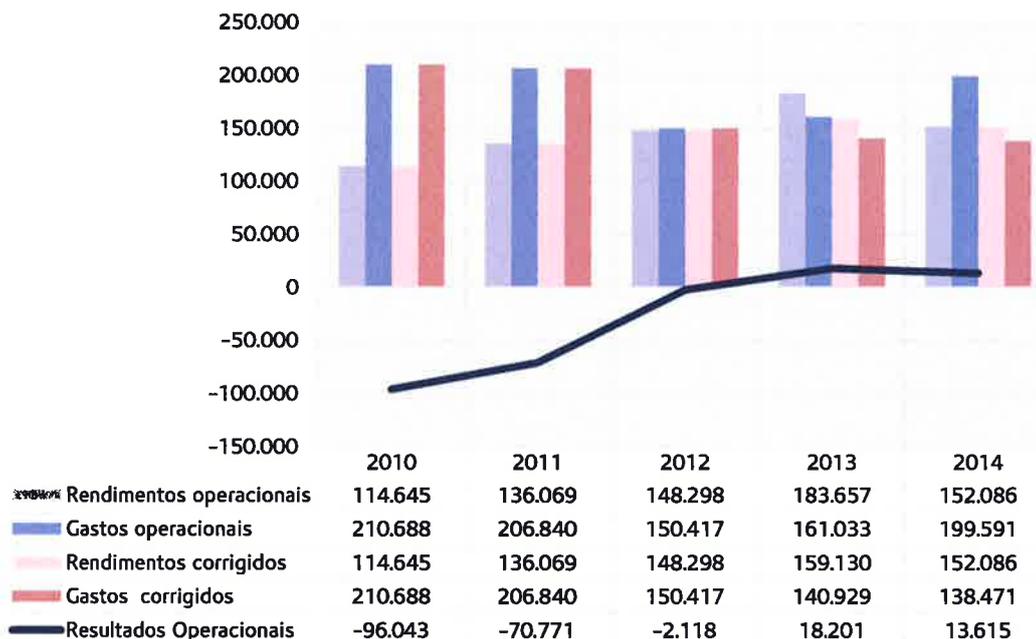
Quadro 27 – Fornecimentos e serviços externos

Un: Euros

Fornecimentos e serviços externos	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Electricidade	7 593 732	8 148 655	(554 923)	-6,8%
Rendas e alugueres	7 948 916	7 918 025	30 891	0,4%
Conservação e reparação	3 909 942	4 018 437	(108 495)	-2,7%
Limpeza, higiene e conforto	2 555 034	2 665 399	(110 365)	-4,1%
Vigilância e segurança	5 208 525	5 186 241	22 285	0,4%
Trabalhos especializados	1 229 874	1 238 931	(9 058)	-0,7%
Outros	2 876 340	2 704 030	172 310	6,4%
Total	31 322 364	31 879 718	(557 354)	-1,7%

O gráfico seguinte mostra a evolução positiva dos rendimentos, gastos e resultados operacionais nos últimos 5 anos, corrigidos do impacto dos gastos e rendimentos não recorrentes (cancelamento de derivados, provisões para juros e reconhecimento de perdas de participadas).

Gráfico 8 – Evolução dos Rendimentos e Gastos operacionais



Os resultados financeiros apresentam uma melhoria significativa, com uma redução superior a 22 milhões de euros. Esta variação resulta do provisionamento dos gastos relativos aos contratos de derivados em processo litigioso. Os ganhos financeiros incluem a reversão de uma verba de 6,2 milhões de euros, resultante do desconto financeiro reconhecido em exercícios anteriores.

Quadro 28 – Resultados financeiros

Resultados financeiros	2014	2013	Un: Euros	
			Variação	
			Absoluta	%
Aplicações financeiras	4 631	24 405	(19 774)	-81,0%
Outros ganhos financeiros	7 520 772	854 645	6 666 127	780,0%
Gastos financeiros de exploração	(22 040 031)	(34 503 909)	12 463 878	-36,1%
Gastos locação financeira	(626 543)	(4 219 365)	3 592 822	-85,2%
	(15 141 171)	(37 844 224)	22 703 053	-60,0%

2.2. Gestão financeira

2.2.1. Necessidades totais de financiamento

Em 2014, os cash-flows gerados pela atividade de prestação do serviço público de transporte mantiveram a trajetória positiva, fruto do crescimento sustentado da receita tarifária associado a um decréscimo significativo dos gastos operacionais (cash-costs).

A conjugação destes fatores permitiu que a caixa gerada pelas operações libertasse a tesouraria necessária para liquidar as despesas de investimento, tendo em conta a redução substancial verificada no recebimento de fundos comunitários.

No exercício de 2014, o Metropolitano amortizou dívida no montante de 141,7 milhões e pagou rendas e juros no valor de 103 milhões de euros, com um financiamento de 211 milhões de euros recebido do Tesouro. Deste modo, a função financeira gerou um cash flow negativo, suportado pelos fluxos libertados pela operação.

Quadro 29 – Variação de caixa e seus equivalentes

Un: milhares de euros

Demonstração Fluxos Caixa	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Fluxo Atividades Operacionais	47 707	33 753	13 954	41,3%
Fluxo das Atividades Investimento	(8 211)	41 556	(49 767)	-119,8%
Fluxo das Atividades Financiamento	(33 876)	(81 543)	47 667	-58,5%
Variação de caixa e seus equivalentes	5 620	(6 234)	11 854	-190,2%
Caixa e seus equivalentes no início do período	18 186	24 420	6 234	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	23 806	18 186	5 620	30,9%

Em 2014, o Estado alterou a política de financiamento às Empresas Públicas Reclassificadas, substituindo a concessão de empréstimos por dotações de capital sempre que os fundos se destinam ao serviço da dívida ou investimento. De igual modo, o pagamento de juros e o reembolso de empréstimos do Tesouro foram convertidos em capital.

O quadro 30 detalha o financiamento do Metropolitano em 2014: O Estado aumentou o capital em 550 milhões de euros, concretizado através de entradas de capital, no valor de 211 milhões de euros, e da conversão dos créditos, no valor de 338 milhões de euros, correspondentes ao serviço da dívida dos empréstimos do Tesouro.

Quadro 30 – Atividade de financiamento

Un: milhares de euros

Atividades de financiamento	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Aumentos de Capital	549 684	475 429	74 255	15,6%
Financiamento	211 327	475 429	(264 102)	-55,6%
Conversão de créditos	338 357	-	338 357	-
Empréstimos Bancários - IGCP/DGTF	-	412 860	(412 860)	-100,0%
Dação em Pagamento	16 152	-	16 152	-
Financiamento	565 836	888 289	(322 453)	-36,3%
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos Bancários	121 503	121 503	-	0,0%
Empréstimos Tesouro	315 628	153 483	162 145	105,6%
Operações de leasing	20 250	41 034	(20 784)	-50,7%
Empréstimos obrigacionistas	7 731	7 731	-	0,0%
Cancelamento antecipado derivados	-	475 429	(475 429)	-100,0%
Juros e gastos similares	95 460	109 625	(14 165)	-12,9%
Juros Empréstimos Tesouros	38 881	36 235	2 646	7,3%
Depósito a Prazo (caução)	259	19 701	(19 442)	-98,7%
Suprimentos Concedidos	-	5 093	(5 093)	-100,0%
Pagamentos	599 712	969 834	(370 122)	-38,2%
Fluxos de caixas das atividades de financiamento	(33 876)	(81 545)	47 669	-58,5%

2.2.2. Balanço do exercício

Em 2014, o ML manteve o critério, indicado pela Tutela, de apresentar no Balanço os valores da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD), evidenciando o impacto do investimento realizado em infraestruturas por conta do Estado e as responsabilidades correspondentes.

O valor do ativo totalizou 5.065 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

Quadro 31 – Ativo total

Un: milhões de euros

Ativo	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Não corrente	4 677	4 362	316	7,2%
Corrente	-	2	(2)	-100,0%
ILD	4 677	4 364	314	7,2%
Não corrente	287	336	(49)	-14,7%
Corrente	101	104	(3)	-3,1%
ML	388	440	(53)	-12,0%
Ativo total	5 065	4 804	261	5,4%

O acréscimo do Ativo em Infraestruturas de Longa Duração (Ativo – ILD) resulta maioritariamente dos gastos suportados pelo Metropolitano na atividade de Investimento em Infraestruturas, registados numa conta de valores a receber. O investimento em Infraestruturas de Longa Duração cresceu 8 milhões de euros, 50% do qual se refere a gastos em remodelação da rede.

O passivo total reduziu 4%, devido à amortização dos financiamentos, totalizando 5.056 milhões de euros.

Quadro 32 – Passivo total e capitais próprios

Un: milhões de euros

Passivo	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Não corrente	3 485	3 601	(116)	-3,2%
Corrente	341	299	42	14,1%
ILD	3 826	3 900	(73)	-1,9%
Não corrente	1 022	1 132	(111)	-9,8%
Corrente	208	226	(19)	-8,2%
ML	1 229	1 359	(129)	-9,5%
Passivo total	5 056	5 258	(202)	-3,8%
Capitais próprios	9	(454)	464	-102,1%
Total do passivo e capitais próprios	5 065	4 804	261	5,4%

Em 2014, a política de financiamento seguida pelo acionista, conjugada com uma melhoria progressiva dos resultados, permitiu que o Metropolitano apresente capital próprio positivo, situação que não se verificava desde 2006.

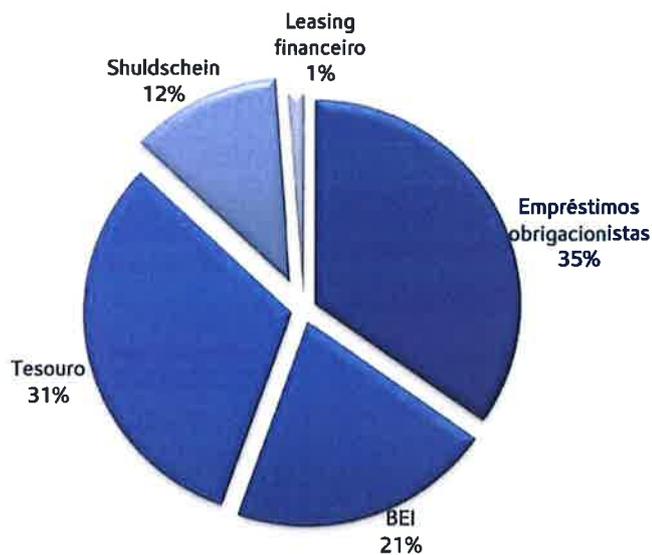
2.2.3. Evolução do Passivo remunerado

Em 2014, a Empresa amortizou dívida no valor de 457 milhões de euros, reduzindo em 11% o passivo remunerado.

Quadro 33 – Estrutura do passivo remunerado

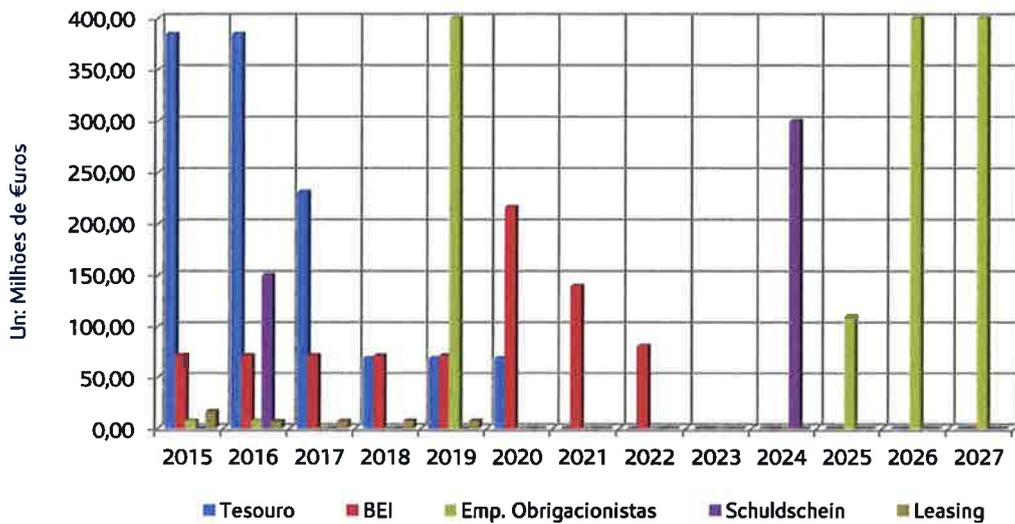
Passivo remunerado	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Empréstimos obrigacionistas	1 325 463	1 333 194	(7 731)	-0,6%
BEI	794 854	866 357	(71 503)	-8,3%
Outros de longo prazo / Tesouro	1 206 262	1 521 891	(315 629)	-20,7%
Shuldschein	450 000	500 000	(50 000)	-10,0%
Leasing financeiro	46 860	59 382	(12 522)	-21,1%
Dívida de médio e longo prazo	3 823 439	4 280 823	(457 384)	-10,7%
Dívida de curto prazo	-	-	-	-
Total	3 823 439	4 280 823	(457 384)	-10,7%

Gráfico 9 – Distribuição do endividamento



Os empréstimos obrigacionistas têm um peso preponderante na estrutura do endividamento do Metro, apresentando igualmente as maturidades mais elevadas. A maturidade média reduziu para 6,2 anos (6,5 anos em 2013).

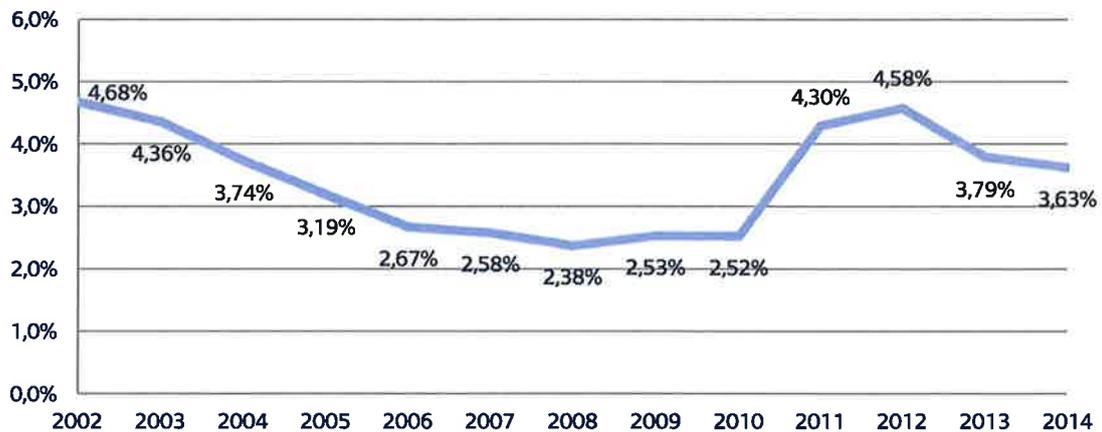
Gráfico 10 – Maturidade do financiamento



O gráfico seguinte mostra a evolução da taxa de juro implícita no endividamento desde 2002. Como se pode constatar, esta taxa de juro mantém uma trajetória favorável até 2010. A partir deste ano, com a descida das taxas de juro de referência, os cash-flows gerados pelos instrumentos de cobertura de risco iniciam uma trajetória acelerada de perdas, agravando significativamente a taxa de juro implícita.

A inversão desta tendência, a partir de 2012, é consequência do menor custo dos empréstimos contraídos junto do Tesouro, com uma taxa média de 2,4%, não sendo despreciable o impacto associado ao cancelamento dos derivados com maior risco de perdas.

Gráfico 11 – Taxa de juro implícita



2.2.4. Rating do Metropolitano de Lisboa

Quadro 34– Rating do ML

Rating Metro	Standard & Poor's	
	Rating	Outlook
17 de janeiro de 2014	B	Negativo
28 de fevereiro de 2014	BB	Negativo
9 de maio de 2014	BB	Estável
27 de fevereiro de 2015	BB	Estável
23 de março de 2015	BB	Positivo

Em maio de 2014, a Standard & Poor's reviu o *rating* do Metropolitano, alterando a perspetiva (Outlook) de negativa para estável. Na avaliação anual realizada em fevereiro de 2015, a S&P confirmou esta avaliação que, em março, foi alterada para Outlook positivo, em linha com a revisão do *rating* da República Portuguesa. O racional para esta avaliação foi o seguinte:

1. Continuação do apoio financeiro prestado pelo Estado, a que acresce o facto da maioria da dívida detida pelo ML ser garantida pela República Portuguesa.
2. O apoio e comprometimento, demonstrado pelo Estado, na satisfação dos compromissos de serviço da dívida, com verbas previstas para este efeito, no orçamento de 2015.

3. Governo Societário

Nos termos do novo regime jurídico do sector público empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a elaborar, anualmente, um “Relatório de boas práticas de Governo Societário”, no qual deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II – “Princípios de Governo Societário” do referido decreto-lei. Neste sentido, o Metropolitano de Lisboa dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54º do referido diploma elabora um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2014.

Desde 2011 que o Metropolitano de Lisboa passou a estar incluído no perímetro de consolidação das administrações públicas, no âmbito da notificação do procedimento dos défices excessivos (PDE). A lei do orçamento do Estado para 2014 (Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro), a Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro e a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, determinam a aplicação ao ML de medidas de caráter excecional, visando assegurar a estabilidade orçamental, designadamente em matéria de seletividade do investimento público, de racionalização dos recursos disponíveis e de contenção de custos de exploração e de pessoal. Foi igualmente limitada a assunção de compromissos que excedessem os fundos disponíveis.

Enquanto entidade pública reclassificada (EPR), o ML cumpriu todas as obrigações em vigor na lei, às quais acrescem as obrigações decorrentes da equiparação a serviços e fundos autónomos (SFA), por força da lei de enquadramento orçamental, do sistema de normalização contabilística (SNC) e dos deveres de informação dos SFA.

• Grelha das boas práticas de governação societária

Na sequência da elaboração do “Relatório do Governo Societário” e dando cumprimento a uma obrigação legal, a grelha que a seguir se apresenta, descreve todas as matérias que estão refletidas neste novo documento.

Quadro 35 – Grelha referente às boas práticas de governação societária

Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
	S	N	S	N		
I. Missão, objetivos e políticas						
1. Missão e a forma como é prosseguida. Visão e valores que orientam a Empresa	X		X		4-5	
2. Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		5-6	
• Objetivos e do grau de cumprimento dos objetivos de gestão	X		X		6-7	
3. Fatores chave de que dependem os resultados da Empresa	X		X		8	
4. Cumprimento das orientações definidas pelos ministérios sectoriais	X		X		8	
II. Estrutura de capital						
1. Capital	X		X		9	
2. Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		X		9	Não aplicável
3. Acordos parassociais	X		X		9	Não aplicável
III. Participações sociais e obrigações detidas						
1. Pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades	X		X		9	
2. Aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		X		9	
3. Número de ações ou obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X		9	Não aplicável
4. Relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	X		X		9	Não aplicável
IV. Órgãos sociais e comissões						
A. Mesa de Assembleia Geral						
1. Composição da mesa da assembleia geral, mandato e remuneração	X		X		10	Não aplicável
2. Identificação das deliberações acionistas	X		X		10	Não aplicável

Z D M b
A

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		S	N	S	N		
B. Administração e supervisão							
1.	Indicação do modelo de governo adotado	X		X		10	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros	X		X		10	
3.	Composição do Conselho de Administração	X		X		10-11	
4.	Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração	X		X		11	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração	X		X		11-13	
6.	Participações patrimoniais dos membros do Conselho de Administração	X		X		14	
7.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas	X		X		14	Não aplicável
8.	Organograma relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		14-16	
9.	Funcionamento do Conselho de Administração	X		X		16-17	
a.	Reuniões realizadas e grau de assiduidade	X		X		16	
b.	Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes	X		X		16-17	
c.	Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos	X		X		17	
d.	Identificação das comissões existentes, composição e suas competências	X		X		17	Não aplicável
C. Fiscalização							
1.	Composição do órgão de fiscalização	X		X		18	
2.	Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes	X		X		18	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal	X		X		18-21	
4.	Funcionamento do Conselho Fiscal	X		X		22	
a.	Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade por parte de cada membro	X		X		22	
b.	Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas e outras atividades relevantes	X		X		22	
c.	Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	X		X		22	
d.	Outras funções dos órgãos de fiscalização	X		X		22	
D. Revisor Oficial de Contas (ROC)							
1.	Identificação	X		X		23	
2.	Indicação das limitações legais e outras	X		X		23	
3.	Outros serviços prestados pelo ROC à sociedade	X		X		23	
E. Auditor externo							
1.	Identificação	X		X		24	
2.	Política e periodicidade da rotação do auditor externo	X		X		24	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo	X		X		24	
4.	Montante da remuneração anual paga	X		X		24	
V. Organização Interna							
A. Estatutos e comunicações							
1.	Alteração dos estatutos da sociedade – Regras aplicáveis	X		X		25	
2.	Comunicação de irregularidades	X		X		25	
3.	Políticas antifraude e ferramentas para a sua mitigação e prevenção	X		X		25	

2
D
A

Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
	S	N	S	N		
B. Controlo Interno e gestão de riscos						
1. Existência de um sistema de controlo interno (SCI)	X		X		26	
2. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco	X		X		26	
3. Plano Estratégico e de Política de Risco da Sociedade	X		X		26	
4. Relações de dependência hierárquica e/ou funcional	X		X		26	
5. Outras áreas funcionais com competência no controlo de riscos	X		X		26	
6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos	X		X		27-28	
7. Processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X		28-30	
8. Principais elementos do SCI e de gestão de risco	X		X		30-31	
C. Regulamentos e códigos						
1. Regulamentos internos e externos	X		X		32-35	
2. Código de ética e de conduta	X		X		35	
3. Planos de ação para a prevenção de fraudes e medidas tomadas para a sua mitigação	X		X		36	
D. Deveres especiais de informação						
1. Cumprimento dos deveres de informação a que a empresa está sujeita	X		X		36	
2. Cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa está sujeita	X		X		36	
E. Site de Internet						
1. Divulgação da informação disponibilizada	X		X		37	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral						
1. Identificação do contrato de serviço público	X		X		37	
2. Propostas de contratualização da prestação de serviço público	X		X		38	
VI. Remunerações						
A. Competências para a determinação						
1. Competência para determinar as remunerações	X		X		38	
2. Mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses	X		X		38	
3. Declaração de independência	X		X		38	
B. Comissão de fixação de remunerações						
1. Composição da comissão	X		X		38	Não aplicável
C. Estrutura de remunerações						
1. Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X		39	
2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada	X		X		39-40	
3. Componente variável da remuneração e critérios de atribuição	X		X		40	
4. Diferimento do pagamento da componente variável	X		X		41	
5. Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio de gestão	X		X		41	Não aplicável
6. Regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada aos administradores	X		X		41	Não aplicável
D. Divulgação das remunerações						
1. Montante anual da remuneração auferida	X		X		40-41	
2. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo	X		X		41	
3. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios de gestão	X		X		41	
4. Indemnizações pagas a ex-administradores executivos	X		X		41	
5. Montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização	X		X		40	
6. Remuneração anual da mesa da assembleia geral	X		X		41	Não aplicável

Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Observações
	S	N	S	N	
VII. Transações com partes relacionadas e outras					
1. Transações relevantes com partes relacionadas	X		X		42-43
2. Informação sobre outras transações.	X		X		44-50
VIII. Análise de sustentabilidade da empresa					
1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		X		51
2. Políticas prosseguidas	X		X		51-52
3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	X		X		53-57
IX. Avaliação do Governo Societário					
1. Cumprimento das Recomendações	X		X		58-60
2. Outras informações	X		X		61-64

4. Cumprimento das orientações legais

À administração conjunta do Metropolitano de Lisboa e da CARRIS foi cometida, nos termos do estipulado no Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio, prioritariamente, a missão de concretização dos objetivos definidos no PET – Plano Estratégico de Transportes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, para o transporte urbano na Área Metropolitana de Lisboa. Em termos gerais, à que desenvolver e concretizar o processo de integração operacional do Metropolitano de Lisboa e da CARRIS, bem como estudar e preparar o modelo de abertura à exploração, por entidades privadas, dos serviços de transporte prestado por ambas as empresas.

Neste sentido, a nova administração conjunta tem vindo, desde o início das suas funções, a promover, numa lógica de gestão integrada Metro|CARRIS, a consolidação e o desenvolvimento da qualidade do serviço de transporte público que é prestado em Lisboa, nos seus diferentes modos (metropolitano, autocarro e elétrico), de modo a reforçar a complementaridade modal e a intermodalidade, tendo em vista a obtenção de importantes ganhos de eficiência e de produtividade.

O Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio, veio estabelecer o regime de acumulação de funções dos membros executivos do conselho de administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., definindo o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da TANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A., e da SOFLUSA – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A..

O Conselho de Administração do METROPOLITANO DE LISBOA é composto por cinco administradores executivos (cf. artigo 2º do Decreto-Lei n.º 161/2014), cujo mandato cessará com a extinção do METROPOLITANO DE LISBOA, da CARRIS, da TRANSTEJO e da SOFLUSA, por fusão numa entidade a criar, ou no prazo de três anos, podendo haver lugar a nova designação, se aquela fusão se não tiver entretanto concluído (cf. artigo 4º do mesmo Decreto-Lei). À luz deste decreto-lei, os administradores são designados por Resolução do Conselho de Ministros, no caso do METROPOLITANO DE LISBOA, e por deliberação em reunião da assembleia geral, no caso da CARRIS, da TRANSTEJO e da SOFLUSA.

A este propósito, importa acrescentar que as leis do OE estabeleceram várias medidas para o setor empresarial do Estado, visando a redução de gastos e a aumento da respetiva eficiência económica, as quais têm vindo a ser naturalmente cumpridas pela Empresa.

Neste capítulo descrevem-se os objetivos de gestão, de forma quantificada, a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial do Metropolitano de Lisboa, definidos em cada ano e para o triénio 2012-2014, em especial os económicos e os financeiros, bem como as respetivas metas a atingir pela Empresa no referido período, nos termos previstos no artigo 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

- Objetivos de gestão

Os objetivos de gestão da Empresa encontram-se espelhados no “Contrato de Gestão” para o triénio 2012-2014.

Quadro 36 – Objetivos do contrato de gestão: 2012-2014

Indicadores	Un.	Peso (%)	Objetivos		
			2012	2013	2014
Volume de Negócios	m€	9,0	83.378	87.114	90.000
Margem do EBITDA	%	10,0	-39,46	-29,65	-25,06
Gastos Operacionais (sem indemnizações por rescisão)	m€	10,0	204.757	200.325	199.928
Gastos Operacionais por Passageiro	€	10,0	1,33	1,24	1,24
Taxa Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Rendimentos	%	10,0	41	43	45
Peso dos títulos intermodais	%	12,0	54	68	70
Eficiência Energética	Pkm / kWh	12,0	7,764	7,643	7,557
Índice de Qualidade da Oferta		18,0	100	100	100
PMP	dias	3,0	180	150	120
Grau de cumprimento do Plano de Investimentos	%	3,0	80	82	85
Eficiência (Gastos operacionais/EBITDA)	%	3,0	-8,3	-7,8	-8,9
CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS		100			

Quadro 37 – Indicadores de qualidade da oferta: 2012-2014

Indicadores	Un.	Ponderador (%)	Objetivos		
			2012	2013	2014
Regularidade	%	10,0	80,0	80,0	82,0
Reclamações / 10x6 PT	n.º	15,0	38,83	52,59	43,26
Taxa de realização de carruagens x km	%	30,0	97,0	97,2	97,5
Número de ocorrências com perturbação na exploração (atraso ≥ 10 min.)	n.º	10,0	260	250	240
Tempo médio despendido por resolução de ocorrências c/ atraso ≥ 10 min.	min.	15,0	21,0	21,0	21,0
Idade média das carruagens	anos	10,0	13,3	14,3	15,3
Índice de Satisfação do Cliente	n.º índice	10,0	7,21	7,21	7,21
ÍNDICE DE QUALIDADE DA OFERTA (IQO)		100			

Glossário dos indicadores de gestão:

Volume de Negócios: Soma dos proveitos com "Serviço Público", alugueres e Outros Proveitos Operacionais – não levando em consideração as restantes rubricas de proveitos operacionais, nomeadamente Trabalhos para a própria entidade e subsídios à exploração / indemnizações compensatórias (IC);

Margem do EBITDA: EBITDA/Volume de Negócios, sendo o EBITDA = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos antes de IC (+ ajustamentos caso existam);

Gastos Operacionais: Valor global dos Gastos Operacionais, com exclusão dos Custos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões;

Gastos Operacionais por passageiro: Divisão dos Gastos Operacionais totais, com exclusão dos custos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões, pelos passageiros transportados;

Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais pelos Proveitos de Negócio: Divisão dos proveitos do negócio (tal como supra indicado incluem proveitos de Serviço Público, de Alugueres e Outros Proveitos Operacionais) pelos custos operacionais totais, com exclusão dos custos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões;

Peso dos títulos Intermodais: inclui títulos e passes combinados;

Eficiência Energética: Medida da eficiência ambiental da oferta através da divisão dos passageiros x km transportados pelos consumos energéticos;

Índice de Qualidade da Oferta (IQO): Tem em consideração fatores como:

- **Número de reclamações por um milhão de passageiros (transportados):** Divisão do número de reclamações de clientes por um milhão de passageiros transportados;
- **Taxa de realização de carruagens x km:** Divisão do número de carruagens x km realizadas pelo número de carruagens x km programadas x 100;
- **Número de ocorrências com perturbação na exploração (atraso ≥ 10 min.):** Número de ocorrências registadas que causam atrasos superiores a 10 minutos na exploração;
- **Tempo médio de resolução nas ocorrências (atraso ≥ 10 min.):** Divisão do tempo despendido na resolução das ocorrências de maior impacto na exploração com atraso superior a 10 min. pelo número de ocorrências registadas que causam atraso superior a 10 minutos na exploração;
- **Idade média das carruagens:** Média de idade das carruagens que compõem a frota;
- **Índice de satisfação do cliente:** Resultado do inquérito de satisfação realizado pelo Metro aos seus utentes;

PMP de acordo com a RCM n.º 34/2008, o Despacho n.º 9870/2009 e o DL n.º 65-A/2011 de 17 de Maio;

Grau de cumprimento do Plano de Investimentos: Valor do investimento realizado/valor do investimento orçamentado;

Eficiência: Gastos operacionais/EBITDA (os gastos operacionais não incluem os custos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões).

- Grau de cumprimento dos objetivos de gestão

Quadro 38 – Objetivos do Contrato de Gestão

Indicadores	Un.	Peso (%)	Ano 2013		Ano 2014			
			Realizado	Valor do Objetivo	Índice Objetivo	Valor Real	Índice Real	Desvio índices (%)
Volume de Negócios	m€	9,0	81.088	90.000	9,0	89.901	9,0	-0,11
Margem do EBITDA	%	10,0	-24,28	-25,06	10,0	-32,73	7,7	-23,46
Gastos Operacionais (sem indemnizações por rescisão)	m€	10,0	158.051	199.928	10,0	186.745	10,7	7,06
Gastos Operacionais por Passageiro	€	10,0	1,16	1,24	10,0	1,33	9,3	-7,31
Taxa Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Rendimentos	%	10,0	51	45,0	10,0	48,1	10,7	6,94
Peso dos títulos intermodais	%	12,0	99	70	12,0	100	17,1	42,86
Eficiência Energética (Pkm / kWh)	Pkm / kWh	12,0	7,535	7,557	12,0	7,821	12,4	3,50
Índice de Qualidade da Oferta		18,0	114	100	18,0	111	20,1	11,48
PMP	dias	3,0	34	120	3,0	17	21,2	605,88
Grau de cumprimento do Plano de Investimentos	%	3,0	20	85	3,0	52	1,8	-39,20
Eficiência (Gastos operacionais/EBITDA)	%	3,0	-8,0	-8,9	3,0	-6,3	2,1	-28,43
GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS		100			100		122	

Quadro 39 – Indicadores de qualidade da oferta

Indicadores	Un.	Ponderador (%)	Ano 2013		Ano 2014			
			Realizado	Valor do Objetivo	Índice Objetivo	Valor Real	Índice Real	Desvio índices (%)
Regularidade	%	10,0	84,9	82,0	10,0	86,5	10,5	5,49
Reclamações / 10x6 PT	n.º	15,0	36,93	43,26	15,0	29,43	22,0	46,99
Taxa de realização de carruagens x km	%	30,0	96,9	97,5	30,0	100,6	31,0	3,22
Número de ocorrências com perturbação na exploração (atraso > 10 min.)	n.º	10,0	245	240	10,0	222	10,8	8,11
Tempo médio despendido por resolução de ocorrências c/ atraso > 10 min.	min.	15,0	21,5	21,0	15,0	18,2	17,3	15,45
Idade média das carruagens	anos	10,0	13,3	15,3	10,0	15,3	10,0	-0,07
Índice de Satisfação do Cliente	n.º índice	10,0	7,21	7,21	10,0	7,06	9,8	-2,08
ÍNDICE DE QUALIDADE DA OFERTA (IQO)		100			100		111	

Concluiu-se que o ML ultrapassou o objetivo global previsto no contrato de gestão em 22%.

- Gestão do risco financeiro e limites de endividamento

Os limites máximos de acréscimo de endividamento para 2014, definidos na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, foram cumpridos. O endividamento do ML cresceu 1,94%, ascendendo o passivo remunerado a 3.823 milhões de euros. Este acréscimo, que resultou integralmente dos empréstimos contraídos junto do Tesouro português, teve como finalidade o pagamento do serviço da dívida.

Quadro 40 – Financiamento

Financiamento	Un.	Anos				
		2010	2011	2012	2013	2014
Encargos financeiros	€	88.495	175.858	206.084	621.289	122.333
Taxa média de financiamento	%	2,52%	4,30%	4,58%	3,79%	3,63%

Quadro 41 – Passivo remunerado

Passivo Remunerado	Un.	2013	2014	Var.	
				Abs.	%
Financiamentos obtidos	10 ³ €	888 289	565 836	(322 453)	-36,3%
... dos quais concedidos pela DGTF	10 ³ €	412 860	0	(412 860)	-
Aumentos de capital por dotação	10 ³ €	475 429	549 684	74 255	15,6%
Aumentos de capital por conversão créditos	10 ³ €	0	0	0	-
Endividamento ajustado	10 ³ €	4 656 497	4 756 252	99 755	2,1%

- **Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e atrasos nos pagamentos**

O Governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, o programa “Pagar a tempo e horas”, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril, com o objetivo de reduzir significativa e estruturalmente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

Quadro 42 – Prazo médio de pagamentos a fornecedores

PMP	Un.	2013	2014	Var.	
				2014/13	
Prazo	dias	34	17	-17	

Em 31/12/2014, conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, encontravam-se em atraso os pagamentos abaixo descritos:

Quadro 43 – Pagamentos em atraso

Dívidas vencidas	Un.	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o art.º 1º DL 65-A/2011			
			90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de bens e serviços	€	89 717	0	3	301	5 469
Aquisições de capital	€	(134)	0	0	4 776	194 322
Total	€	89 583	0	3	5 077	199 791

Fonte: SIRIEF

- **Recomendações do acionista**

As contas de 2012 e 2013 do Metropolitano de Lisboa não se encontram aprovadas pela tutela.

Remunerações dos órgãos sociais:

- Conselho de Administração

Quadro 44 – Identificação dos órgãos sociais

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Doc	Data	Entidade	Pagadora
2012-2014	Vogal 1	Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas	R.C.M. n.º 36/2012	23-Ago-2012	na.	D
2012-2014	Vogal 2	Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	R.C.M. n.º 36/2012	23-Ago-2012	na.	D
2012-2014	Vogal 3	Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	R.C.M. n.º 36/2012	23-Ago-2012	na.	D

Legenda:

OPRLO - Opção pela remuneração do lugar de origem

O/D - Origem / Destino

Quadro 45 – Estatuto do Gestor Público

Membros do Conselho de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Valores mensais bruto	
			Remuneração base	Despesas de representação
Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas	S	B	2.289,10 €	915,64 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	S	B	2.289,10 €	915,64 €
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	B	2.289,10 €	915,64 €

Quadro 46 – Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração I

Nome	Remuneração Anual						
	Variável *	Fixa **	Outra	Redução (Lei n.º 12-A /2010)	Outras reduções remuneratórias	Redução anos anteriores	Bruta após reduções remuneratórias
Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas	1.804,91 €	43.035,10 €	- €	2.037,36 €	3.096,71 €	- €	39.705,94 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	1.225,59 €	43.035,10 €	- €	2.037,36 €	3.096,71 €	- €	39.126,62 €
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	1.120,96 €	43.035,10 €	- €	2.037,36 €	3.096,71 €	- €	39.021,99 €

* Remuneração Variável (sem reduções) = Ajudas de custo + subsídio de refeição.

** Remuneração Fixa (sem reduções) = Rem. Base + despesas de representação.

Quadro 47 – Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração II

Membros do Conselho de Administração	Remuneração Anual				
	Variável	Fixa	Bruto (1)	Reduções remuneratórias (2)	Bruta após reduções remuneratórias (3) = (1) - (2)
Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas	1.804,91 €	43.035,10 €	44.840,01 €	5.134,07 €	39.705,94 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	1.225,59 €	43.035,10 €	44.260,69 €	5.134,07 €	39.126,62 €
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	1.120,96 €	43.035,10 €	44.156,06 €	5.134,07 €	39.021,99 €

Quadro 48 – Benefícios sociais

Nome	Subsídio de refeição		Benefícios Sociais						
			Regime de proteção social		Seguro de saúde (1)	Seguro de vida	Seguro de acidentes pessoais	Outro	
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor				Identificar	Valor
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas		1.054,19 €	TSU	9.045,55 €	484,32 €	- €	220,18 €	Assistência Médica	579,00 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso		1.106,65 €	CGA	6.472,37 €	484,32 €	- €	220,27 €	Assistência Médica	579,00 €
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo		1.120,96 €	TSU	9.050,04 €	484,32 €	- €	220,30 €	Assistência Médica	579,00 €

(1) 50% destes valores foram faturados à CARRIS.

Quadro 49 – Gastos com comunicações móveis

Nome	Gastos com comunicações móveis	
	Plafond mensal definido	Valor anual
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	40,00 €	280,96 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	40,00 €	241,64 €
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	40,00 €	248,10 €

Nota: As comunicações móveis dos membros do CA (referente ao ano de 2014) foram suportadas pela Carris.

Quadro 50 – Encargos com viaturas

Nome	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano início	Ano termo	Valor da renda mensal	Gasto anual com rendas	N.º de prestações contratuais remanescentes
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	S	26.317,93 €	Locação financeira	2011	2014	325,16 € *	1.625,80 €	Terminou em 2014
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	S	S	43.305,00 €	ALD	2010	2014	348,76 € **	4.185,12 €	15
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	S	42.822,00 €	ALD	2010	2014	414,98 €	4.979,76 €	0

* Valor do contrato imputado ao Metro.

** Contrato renovado até março de 2016.

Quadro 51 – Gastos anuais associados a viaturas

Nome	Plafond mensal definido para gasolina	Gastos anuais associados a viaturas				
		Combustível	Portagens	Outras reparações	Seguro	Observações
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	228,91 €	1.281,50 €	508,66 €	1.182,54 €	201,27 €	
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	228,91 €	1.870,47 €	199,63 €	1.520,33 €	832,13 €	
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	228,91 €	1.404,97 €	718,40 €	7.600,27 €	611,32 €	

Quadro 52 – Despesas em serviço

Nome	Gastos anuais associados a deslocações em serviço					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	4.302,92 €	1.706,00 €	750,72 €	-	- €	6.759,64 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	- €	- €	118,94 €	-	- €	118,94 €
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	- €	- €	- €	-	- €	- €

No ano de 2014 e na sequência da Lei do Orçamento de Estado para 2014 (Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro) foi dado integral cumprimento em todas as suas vertentes (artigos 33º – Redução remuneratória e 41º – Prémios de gestão), não havendo lugar à atribuição de prémios de gestão, nos termos do artigo 41º da mesma lei.

Acrescenta-se que não houve utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa, nem qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal.

- Conselho Fiscal**

Quadro 53 – Identificação dos membros do Conselho Fiscal

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto remuneratório fixado (mensal) (1)
			Forma	Data	
2012-2014	Presidente	Dr. José Emílio Castel Branco	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012	1.602,37 €
2012-2014	Vogal Efetivo	Dr. José Carlos Pereira Nunes	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012	1.201,78 €
2012-2014	Vogal Efetivo	Dr.ª Maria Onília Oliveira de Sousa	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012	1.201,78 €
2012-2014	Vogal Suplente	Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012	- €

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 5 de outubro de 2012 da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações – 50% destes valores são suportados pela CARRIS.

Quadro 54 – Remuneração anual

Nome	Un.	Remuneração Anual 2014		
		Bruto	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
		(1)	(2)	(3) = (1) - (2)
Dr. José Emílio Castel Branco	€	11.215,43 €	801,91 €	10.413,52 €
Dr. José Carlos Pereira Nunes	€	8.412,53 €	587,11 €	7.825,42 €
Dr.ª Maria Onília Oliveira de Sousa	€	8.412,53 €	584,28 €	7.828,25 €
Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	€	- €	- €	- €

- **Revisor Oficial de Contas (ROC)**

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large '2' and a signature.

Quadro 55 – Identificação do SROC/ROC

Mandato (Início - fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação			N.º de mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma	Data	Contratada	
2008-2014	Efetivo	Calano Pereira, António e José Reimão SROC representado por: Luís Pedro Pinto Calano Pereira ROC n.º 842		38	D 192/08-SETF	18-Mar-2008	- € 1

Nota: A SROC rescindiu em 31 de dezembro de 2014. As contas do ano 2014 vão ser certificadas por Alves da Cunha, A. Dias & Associados (SROC n.º 74), representada pelo Dr. José Luís Alves da Cunha, ROC n.º 585, nomeado por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Economia, de 18 de março de 2015.

Quadro 56 – Remuneração anual

Nome	Remuneração Anual 2014		
	Bruto	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)
Caiano Pereira, António e José Reimão	11.895,93 €	- €	11.895,93 €

- **Auditor externo**

Quadro 57 – Identificação e remuneração do auditor externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da contratação		Remuneração Anual		
Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º de Registo no CMVM	Data	Período	Valor da prestação de serviços contratada	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
Deloitte & Associados, SROC, SA	43	231	22-Out-2013		20.250,01 €	- €	20.250,01 €

- **Contratação pública**

Os procedimentos adotados pelo ML, no âmbito da contratação pública, cumpriram o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29, de janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável às compras públicas.

Relativamente à contratação realizada no âmbito do setor especial dos transportes e de valor inferior aos limiares comunitários, embora não esteja sujeita às regras definidas na Parte II do CCP, foram observados os princípios fundamentais aplicáveis, nomeadamente, o princípio da transparência, da igualdade e da concorrência.

Nesta matéria foram cumpridas todas as obrigações legais de publicitação, nomeadamente no Portal base, bem como cumpridas as obrigações de reporte estatístico, junto da ESPAP¹³ e do INE¹⁴.

Os procedimentos internos, a adotar nos processos de aquisição de bens e serviços e na contratação de empreitadas de obra pública, constam do Manual de Compras, em vigor desde 17 de outubro de 2013, sem alterações. O Manual de Compras não prevê atualizações periódicas, sendo atualizado sempre que necessário.

Em 2014, o ML apenas celebrou um contrato de valor superior a cinco milhões de euros, relativo à aquisição de energia elétrica (Aquisição de Elétrica em AT, MT e BTE para as instalações da Carris e do Metropolitano de Lisboa – Proc. n.º 116/2014-CPC). Com efeito, celebrou com a EDP COMERCIAL, Comercialização de Energia, S.A., o contrato n.º 105/2014-ML no valor de 7.880.735,96 euros. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 47º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas), o contrato em causa não está sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas.

¹³ Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (eSPAp)

¹⁴ Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE)

No ano de 2014 o ML não celebrou contratos ao abrigo de acordos quadros, no âmbito do SNCP. O ML aderiu, em 2011, ao Sistema Nacional de Compras Públicas, como entidade compradora voluntária, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro.

- **Racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços**

Durante o ano de 2014, com a promoção da concorrência, foi obtida uma poupança de cerca de 1,6 milhões de euros, correspondendo a 20% da diferença entre o preço fixado no procedimento de aquisição (base ou estimado) e o preço contratual obtido.

Neste período, foi alargada a novos domínios a contratação de necessidades comuns ao ML e à CARRIS, mediante a realização de procedimentos de contratação conjuntos, com agregação das entidades adjudicantes. Foi o caso da aquisição conjunta de serviços de telecomunicações móveis, da locação de equipamentos de impressão e aquisição dos respetivos serviços de manutenção, e da aquisição de serviços de área de marketing, mantendo-se as aquisições conjuntas dos anos anteriores, nomeadamente de energia elétrica. A contratação conjunta de necessidades transversais às duas empresas contribuiu para a poupança alcançada no ano de 2014.

O ML mantém a sua integração no Sistema Nacional de Compras Públicas, ao qual aderiu já em 2010.

No que se refere ao parque de veículos do Estado, o ML cumpre o disposto na Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, encontrando-se centralizada a gestão da frota e definidos os cargos com competências para a utilização de veículos: os membros do Conselho de Administração, os Assessores do Conselho de Administração e os diretores da Empresa.

O quadro que se segue resume o parque total de veículos do ML em 2014:

Quadro 58 – Parque de veículos do ML

Parque de veículos do ML	Ano 2014	Ano 2013	Var. 2014/2013	
			V. Abs.	%
1. N.º de veículos adquiridos	0	0	0	-
2. N.º de veículos abatidos	0	2	-2	-100,0%
3. N.º de veículos atribuídos	41	41	0	0,0%
3.1 Conselho de Administração	1	1	0	0,0%
3.2 Cargos de chefia	19	19	0	0,0%
3.3 Outros (1)	21	21	0	0,0%

(1) Viaturas da pool e frota operacional, incluindo piquete, manutenção e obras.

Nota: Existem ainda outras duas viaturas presentemente avariadas, não incluídas no parque de veículos do ML.

- **Princípio da igualdade do género**

O ML encontra-se a implementar o seu “Plano de Ação para a Igualdade de Género” que abrange o triénio 2013/2015. Este plano tem por base as obrigações previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março, as medidas elencadas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2013, de 8 de março e o previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março.

Este Plano, encontra-se em implementação até ao final do ano de 2015, sendo complementado e reforçado, pela definição de compromissos de melhoria, ajustados à realidade desta Entidade Pública Empresarial e, assumidos mediante a assinatura do protocolo efetuado com a CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), em março de 2014, na qualidade de parceiro, ao abrigo do Acordo de Adesão, ao “Fórum Empresas para a Igualdade de Género – O nosso Compromisso”.

Este acordo emana da vontade do ML em assumir uma cultura de reconhecimento da igualdade de género, através da promoção e combate a todos os processos discriminatórios, como pilar do desenvolvimento e sustentabilidade no mundo empresarial.

- Gastos operacionais – medidas de redução

2017

Quadro 59 – Plano de redução de custos

PRC	Un. Meta	2014	2013	2012	2011	2010	Var. 2014/2013		Var. 2014/2010	
							V. Abs.	%	V. Abs.	%
EBITDA	m€ -	12,95	24,64	20,88	4,64	-31,83	-11,69	-47,44%	44,78	140,68%
(1) CMVMC	m€ -	2,640	2,150	2,205	2,167	2,607	490	22,79%	33	1,27%
(2) FSE	m€ -	31,322	31,880	35,346	38,214	38,674	-558	-1,75%	-7,352	-19,01%
Deslocações / Estadas	m€ em linha com	22	28	26	45	97	-6	-21,43%	-75	-77,32%
Ajudas de custo ¹⁵	m€	2	3	n.d.	n.d.	n.d.	-1	-33,33%	-	-
Comunicações	m€ 2013	81	106	116	154	160	-25	-23,58%	-79	-49,38%
(3) Gastos com o pessoal ¹⁶	m€ -	57,776	74,242	75,298	78,837	87,657	-16,466	-22,18%	-29,881	-34,09%
(3.1) dos quais indemnizações	m€ n.a.	969	2,982	642	0	0	-2,013	-67,51%	-	-
Total (4)=(1)+(2)+(3)-(3.1)	m€	90,769	105,290	112,207	119,218	128,938	-14,521	-13,79%	-38,169	-29,60%
(5) Volume de negócios	m€	89,901	81,088	81,733	67,683	64,039	8,813	10,87%	25,862	40,38%
Peso dos Gastos/VN (4)/(5)	%	100,97%	129,85%	137,28%	176,14%	201,34%	-28,88%	-22,24%	-100,38%	-49,85%
Personal no ativo (1) + (2)	n.º	-3% face 2012	1426	1451	1525	1590	-	-25	-1,7%	-
Efetivos (sem O.S. e sem diretores)	n.º		1409	1434	1508	1572	n.a.	-25	-1,7%	n.a.
Cargos de direção	n.º		17	17	17	18	n.a.	0	0,0%	n.a.
Viaturas										
Viaturas	n.º -	41	41	n.a.	n.a.	n.a.	0	0,0%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas	m€ -	176	195	n.a.	n.a.	n.a.	0	-9,9%	n.a.	n.a.

O total da redução remuneratória em 2014 dos trabalhadores (excluindo os órgãos sociais) foi de 2.625.887,05 €, pelo que o ML cumpriu o estipulado na Lei n.º 83-C/2013.

Relativamente aos Cargos Dirigentes (número de chefias) registou-se uma redução de dois trabalhadores, face ao ano anterior.

- Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Desde 02 de janeiro de 2007 que o ML mantém uma conta aberta junto do IGCP, tendo aplicado junto desta entidade pública os seus excedentes de tesouraria pontuais, conforme previsto no art.º 124º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. Contudo, em 2014, o ML pediu dispensa do princípio de unidade de tesouraria, invocando argumentos de ordem operacional, relacionados com a logística de venda de títulos, dispensa que foi autorizada tendo em conta as necessidades pontuais de linhas de crédito de apoio à tesouraria e o serviço de transportes valores da rede de vendas do Metro.

¹⁵ As "ajudas de custo" até 2012 não se encontram identificadas por estarem numa conta contabilística agregada.

¹⁶ Foram retirados aos "gastos com o pessoal" os efeitos dos custos associados ao "plano de pensões".

• **Recomendações do Tribunal de Contas**

Na sequência das “recomendações” constantes do relatório de auditoria do Tribunal de Contas, cumpre salientar que o cumprimento de algumas das recomendações se encontra fortemente condicionada pela situação económica e financeira que atravessamos, pelo quadro legal vigente.

Neste sentido, relativamente a cada uma das recomendações efetuadas, informamos as medidas tomadas e os resultados obtidos para cada uma, no quadro seguinte.

Quadro 60 – Cumprimento das recomendações do TC

Cumprimento das recomendações do TC	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sim	Não	Em parte		
Recomendação 1:					
Quantificação nas demonstrações financeiras da gratuidade do transporte aos trabalhadores e familiares	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 2:					
Formalização e imputação do pagamento do serviço de transporte aos trabalhadores da Ferconsult	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 3:					
Eliminação da circulação ilegal de passageiros de outras transportadoras	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 4:					
Implementação da depreciação contabilística das ILD		X		Por decisão da tutela, em 2014, as ILD passaram a figurar no balanço, mas sem contabilização de amortizações.	Esta recomendação apenas poderá ser ultrapassada com a celebração do contrato de concessão com o Estado.
Recomendação 5:					
Revisão do Acordo de Empresa com vista à eliminação de subsídios, benefícios e prémios sem relação com o aumento de produtividade ou a qualidade de desempenho		X	-		Os Acordos de Empresa (AE I e AE II) têm um prazo de vigência que termina apenas em 31 de dezembro de 2015. Esta situação condiciona, ou impede, a revisão do seu normativo sem o acordo das associações sindicais que subscreveram os AE.
Recomendação 6:					
Revisão do Acordo de Empresa no sentido de fixar um limite para a atribuição do complemento de pensões	X		-		Os trabalhadores admitidos para a empresa após 31 de dezembro 2003 não se encontram abrangidos pelo pagamento de complemento de reforma e de sobrevivência.
Recomendação 7:					
Diminuição do absentismo dos trabalhadores com funções operacionais e de condução do material circulante	X			Em janeiro de 2013, foi feito o balanço do projeto “Menos Absentismo, Mais Produtividade” com a avaliação do impacto das medidas realizadas.	Concluiu-se que é importante retomar as medidas de intervenção que se mostraram mais eficazes, visando a continuação da tendência para a redução da taxa de absentismo.
Recomendação 8:					
Revisão e contabilização dos montantes atribuídos ao CCD	X		-		Já desde 2013 que o ML não atribui qualquer subsídio ao CCDTML
Recomendação 9:					
Melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida			X	Instalação de meios mecânicos de acesso às estações	Foram concluídos os trabalhos nas estações Roma e Alvalade, estando em curso os trabalhos nas estações Areiro, Colégio Militar e Baixa-Chiado. Devido aos atuais condicionalismos económicos não é possível, neste momento, à empresa financiar as obras nas restantes estações.

2
 h
 f
 A

Cumprimento das recomendações do TC (cont.)	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sim	Não	Em parte		
Recomendação 10:					
Construção de parques de estacionamento		X		Construção de parques de estacionamento na Pontinha, Lumiar, Senhor Roubado e Odivelas, com recurso a meios de financiamento próprios.	O objeto do ML é a "exploração, em exclusividade e regime de serviço público do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa", não lhe cabendo explorar e construir parques de estacionamento. Embora a Empresa o possa fazer de forma a complementar a sua atividade e em parceria com as restantes entidades interessadas, nomeadamente, câmaras municipais e outros operadores de transporte. Contudo, nenhum dos parceiros se mostrou disponível para o efeito, tentando sempre que o fosse o ML a suportar na íntegra quer o investimento, quer a exploração dos parques de estacionamento.
Recomendação 11:					
Criação de um sistema de Parque & Siga	X			Criação de um tarifário específico que permite o estacionamento da viatura em alguns parques da EMEL e da Emparque com o acesso à rede do metro.	Concluído
Recomendação 12:					
Potenciar painéis de informação e postos de atendimento relativos à operacionalidade do Metropolitano	X			Informação de tempo de espera para a passagem do comboio seguinte transmitida nos painéis interiores da generalidade das estações.	Concluído
			X	Colocação de painéis informativos na entrada das estações relativa à circulação na rede do ML	Foram aplicados em algumas estações da rede ML
	X			Criação do Gabinete do Cliente	Foram criadas quatro unidades do "Espaço Cliente CARRIS Metro".
	X			Abertura do gabinete Carris / Metro	
Recomendação 13:					
Extensão das funções do Provedor Arbitral para Provedor do Cliente		X			A implementar em 2015
Recomendação 14:					
Centralização da relação com o cliente numa única entidade	X			"Relação com o cliente" num único órgão da empresa.	Em resultado da alteração na estrutura orgânica do ML foi criada a direção "Marketing e Comercial", passando a "relação com o cliente" a estar centralizada num único órgão. Neste momento, em consequência da integração CARRIS Metro, a relação com o Cliente das duas empresas tem uma estratégia comum, centralizada num único "Centro de Atendimento", bem como nos quatro "Espaço Cliente" existentes.
Recomendação 15:					
Sistematização e compilação dos direitos e deveres do cliente equacionando a compensação pela ausência da prestação do serviço	X			Criação da Carta do Cliente	Concluído
		X		Disponibilizar informação relativa à compensação dos titulares do cartão "Viva viagem", em caso de interrupção do serviço de metro.	Esta informação está disponível no Site da Empresa (www.metropolitanodelisboa.pt)

- Divulgação da informação ML

20/17

Quadro 61 – Informação que consta do Site do SEE (portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentário
	S/N/ N.A.	Data de atualização	
Estatutos	N	-	Aguarda-se a aprovação dos novos estatutos (DL)
Caraterização da Empresa	S	Set-2014	
Função de tutela e acionista	S	Out-2014	
Modelo Governo / Membros dos órgãos sociais:			
Identificação dos órgãos sociais	S	Jan-2015	
Estatuto remuneratório fixado	S	Jan-2015	
Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais	S	Jan-2015	
Identificação das funções e responsabilidade dos membros do Conselho de Administração	S	Jan-2015	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos órgãos sociais	S	Jan-2015	
Esforço financeiro do Estado	S	Jun-2014	
Ficha síntese da Empresa	S	Jan-2015	
Historial, visão, missão e estratégia	S	Set-2014	
Informação financeira histórica e atual	S	Set-2014	
Princípios de bom governo:			
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	Out-2014	
Transações relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	S	Out-2014	
Outras transações	S	Out-2014	
Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental	S	Out-2014	
Avaliação do cumprimento dos PBG	S	Out-2014	
Código de ética e de conduta	S	Out-2014	

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

• Quadro resumo

Quadro 62 – Cumprimentos das orientações legais

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório e Contas
	S	N	N.A.		
Objetivos de gestão / Planos de Atividade e Orçamento					
Grau de cumprimento dos objetivos do contrato de gestão ≥ 100%	X			125%	Ver o ponto "Grau de cumprimento dos objetivos de gestão"
Gestão do risco financeiro			X	3,63%	Ver o ponto "Gestão do risco financeiro e limites de endividamento"
Limites de crescimento do endividamento	X			-457.385 € -10,7%	Ver o capítulo 2.2.3 "Evolução do passivo remunerado"
Evolução do PMP a fornecedores	X			- 17 dias	Ver o ponto "Prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos"
Atrasos nos pagamentos (<i>arrears</i>)	X			204.871 €	Ver o ponto "Prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos"
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			X	-	Os Relatórios e Contas de 2012 e 2013 aguardam aprovação por parte da Tutela.
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41º da Lei n.º 83-C/2013	X			-	Ver o ponto "Remunerações dos órgãos sociais"
Órgãos sociais – redução remuneratória vigentes em 2014	X			17.376 €	Ver o ponto "Remunerações dos órgãos sociais"
Auditor externo – redução remuneratória nos termos do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013			X	-	Ver o ponto "Remunerações – Auditor externo"
Restantes trabalhadores – reduções remuneratórias vigentes em 2014	X			2.625.887 €	Ver o ponto "Plano de redução de custos"
Restantes trabalhadores – proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39º da Lei n.º 83-C/2013	X				Ver o ponto "Custo do fator trabalho"
Artigo 32º do EGP:					
Utilização de cartões de crédito	X			-	Ver o ponto "Remunerações dos órgãos sociais"
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			-	
Contratação pública:					
Aplicação das Normas de contratação pública pela Empresa	X			Aplicação do CCP, da Lei n.º 8/2012, do regime de parecer prévio pela AMA, cfr. DL n.º 107/2012.	Ver o ponto "Contratação pública"
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X	-	As empresas participadas não se encontram abrangidas pelo Código da Contratação Pública.
Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas	X			-	A Empresa não celebrou contratos sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas
Auditorias do Tribunal de Contas (ocorridas em 2013)	X				Ver quadro "Cumprimento das recomendações do TC"
Parque automóvel:	X			0	Ver os pontos "Racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços" e "Plano de redução de custos"
N.º de viaturas	X			41	Desde dezembro de 2012, o ML reduziu significativamente a sua frota automóvel, abatendo ou alienando 14 veículos (25%), tendo reduzido os custos associados à manutenção.
Gastos com viaturas	X			175.949 €	
Gastos operacionais das Empresas Públicas (art.º 61º da Lei n.º 83-C/2013)	X				Com o objetivo de cumprir os objetivos definidos, o ML tem vindo a implementar uma política de redução de custos operacionais, sustentável no médio e longo prazos, tendo conduzido a que os gastos operacionais (CMVM + FSE + Gastos com pessoal s/indemnizações por despedimento) cumpram o estipulado nos princípios financeiros de referência para 2014, apresentando uma redução de 23,4%, face a 2010.
Redução de trabalhadores (art.º 60º da Lei n.º 83-C/2013):					
N.º de trabalhadores	X			-25 -1,7%	Ver o ponto "Plano de redução de custos"
N.º de cargos dirigentes	X			-2 -0,8%	
Princípio da unidade de tesouraria (art. 123º da Lei n.º 83-C/2013):					
Disponibilidades centralizadas no IGCP			X	71%	Ver o ponto "Princípio da unidade de tesouraria do Estado"
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Recelta do Estado	X			0	

Legenda:
S – Sim
N – Não
N.A. – Não Aplicável



5. Perspetivas para 2015

As atuais projeções macroeconómicas apontam para uma gradual recuperação da economia portuguesa nos próximos anos, ligeiramente acima do crescimento esperado para a área do euro.

Um consenso alargado em torno deste crescimento é fundamental para aumentar a credibilidade, a previsibilidade e a capacidade de implementação das políticas que o sustentam.

As condições anteriores são indispensáveis para promover uma melhor afetação dos recursos e o crescimento da produtividade, contribuindo assim para o desígnio de aumentar sustentadamente os níveis de bem-estar económico em Portugal.

Neste contexto em que se prevê a inversão do ciclo económico, com a retoma gradual do crescimento e do emprego, em 2015, o METROPOLITANO DE LISBOA prosseguirá a sua atividade, num novo enquadramento do grupo TRANSPORTES DE LISBOA, aprofundando e consolidando o respetivo processo de reestruturação e de integração operacional com a CARRIS e com o grupo TRANSTEJO, no quadro da administração e gestão comum, em que hoje funcionam estas empresas.

O METROPOLITANO DE LISBOA vai continuar a apostar na procura de novas formas de fidelização e de captação de novos clientes, bem como de reforço do combate à fraude na utilização do Transporte Público, de que se espera uma recuperação da procura.

Ao mesmo tempo, em 2015, vão prosseguir as ações de redução dos gastos e de aumento da produtividade, de modo a acomodar a decisão do governo de terminar com o apoio financeiro do Estado, pelo fim da atribuição das indemnizações compensatórias, sem prejuízo de dar continuidade ao apoio às tarifas dos grupos sociais mais fragilizados (Social+), melhorando os resultados financeiros, condição indispensável para a sustentabilidade económica e financeira da Empresa.

Será, também, preocupação preservar e consolidar o equilíbrio do tecido social na Empresa, reforçando o clima de diálogo e de concertação indispensáveis ao seu normal funcionamento.

Ao mesmo tempo, o METROPOLITANO DE LISBOA, no âmbito dos trabalhos técnicos, financeiros e jurídicos desenvolvidos com a CARRIS, concretizará, com o acionista, o processo de concessão do respetivo serviço público a privados, conforme previsto no PET e refletido na Lei do Orçamento do Estado para 2014.

Em 2013 foi dado um passo importante com a publicação pelo governo de um novo diploma que veio clarificar, quer a subsidiação do Estado, quer a repartição de receitas, sendo, no entanto, necessário para a sua correta aplicação, repensar toda a organização atual do sistema de transportes da região de Lisboa.

Só assim, será possível romper com hábitos instalados, criar novas regras, novas exigências de serviço e, sobretudo, contratualizar todo o serviço público de transporte, envolvendo o Estado, as Autarquias e os Reguladores, dando ao processo uma absoluta transparência em prol das populações da região de Lisboa que passarão a beneficiar de um verdadeiro sistema integrado de transporte público, ao melhor preço possível.

Note-se que todo este ajustamento do sistema terá, de acordo com a legislação europeia sobre transportes, de ser concluído até 2019.

Com a nomeação de um novo Conselho de Administração comum ao METROPOLITANO DE LISBOA, à CARRIS e ao Grupo TRANSTEJO, nos termos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro, serão concretizados novos projetos e adotadas medidas que aprofundarão a integração operacional do METROPOLITANO DE LISBOA com as empresas acima referidas, bem serão desenvolvidas as ações necessárias que permitam a abertura da gestão e das atuais concessões à iniciativa privada, o que levará à adoção de um conjunto diversificado de medidas, cujo resultado terá acrescida visibilidade no exercício de 2015.

O exercício de 2015, ano em que o METROPOLITANO DE LISBOA completará 56 anos de atividade, será, assim, simultaneamente, um período em que se encerrará um ciclo de reestruturação da Empresa, iniciando-se um novo ciclo que será marcado pela construção de um novo modelo de organização e de funcionamento, assente num diferente enquadramento e em novos paradigmas.

Handwritten blue ink marks, including a large 'Z' shape, a circle, and some illegible scribbles.

Este novo modelo de organização e de funcionamento permitirá ao METROPOLITANO DE LISBOA afirmar-se como uma empresa pública com um desempenho diferente, no novo ciclo que, em 2015, será iniciado, esperando-se que a empresa, num novo enquadramento do grupo TRANSPORTES DE LISBOA, seja mais flexível, com uma dinâmica renovada, com um acrescido enfoque no mercado, com condições que lhe garantam maior sustentabilidade, prosseguindo e acentuando, com inovação, a oferta de novas soluções de mobilidade urbana, capazes de reforçarem o seu importante contributo para a competitividade e para a qualidade de vida em Lisboa.

Assegurar a sustentabilidade do METROPOLITANO DE LISBOA, bem como a sua capacidade para continuar a atuar, de forma ativa, na mobilidade de Lisboa e da sua área metropolitana envolvente, são, afinal, os desafios principais que, em 2015, a Empresa terá que vencer e que enfrentar com confiança.

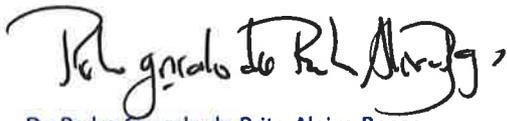
6. Proposta de aplicação de resultados

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no valor de 50.837.743 euros seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração



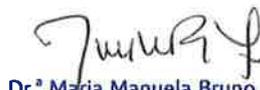
Eng.º Rui Lopes Loureiro



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos



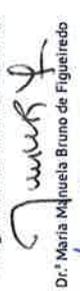
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo



Dr. José Rui Roque

7. Demonstrações financeiras

Quadro 63 – Balanços em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	ATIVO		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
	2014	2013	2014	2013
Ativo não corrente				
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	4 677 424 000	4 361 698 549	1 079 179 039
Ativos fixos tangíveis	6	227 413 137	259 863 291	21 597
Propriedades de investimento	8	390 982	428 728	1 501 878
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	5 184 088	25 683 810	(1 539 560 250)
Outras contas a receber	13	-	10 502 602	19 918 353
Derivados	10	3 678 000	3 271 187	60 237 856
Outros ativos financeiros	11	50 089 996	36 449 583	(50 837 743)
Total do ativo não corrente		4 964 180 203	4 697 897 750	(454 247 222)
Ativo corrente				
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	-	2 041 708	3 600 774 086
Inventários	12	2 482 190	1 569 041	13 212 202
Clientes	13	3 166 534	4 342 615	55 736 875
Estado e outros entes públicos	21	2 648 299	4 394 694	691 360 435
Outras contas a receber	13	12 526 562	18 055 213	198 710 014
Diferimentos	14	56 349 086	57 691 347	247 102 172
Caixa e depósitos bancários	4	23 806 166	18 186 353	216 987 145
Total do ativo corrente		100 978 837	106 280 971	3 600 774 086
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		4 677 424 000	4 363 740 257	1 021 625 214
Total do ativo afetado à operação (ML)		387 735 039	440 438 464	4 506 881 999
Total do Ativo		5 065 159 040	4 804 178 720	4 733 048 815
O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2014				
O Técnico Oficial de Contas				
 Dr. Carlos Emílio Ferreira Mota				
O Conselho de Administração  Rui Lopes Loureiro  Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Fogaça  Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos  Dr.ª Maria Inês Bruno de Figueiredo  Dr. José Rui Roque				
Capital Próprio				
Capital realizado	15	1 628 862 756	1 501 878	1 501 878
Reserva legal		21 597		21 597
Outras reservas		1 501 878		1 501 878
Resultados transferidos		(1 587 160 498)		(1 539 560 250)
Outras variações no capital próprio	16	17 012 122		19 918 353
Resultado líquido do exercício		60 237 856	(438 939 383)	(438 939 383)
Total do capital próprio		9 400 113	(15 307 839)	(454 247 222)
Passivo				
Passivo não corrente				
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	3 485 256 785	3 600 774 086	3 600 774 086
Provisões	17	55 736 875	13 212 202	13 212 202
Financiamentos obtidos	18	520 076 153	691 360 435	691 360 435
Derivados	10	198 710 014	210 714 948	210 714 948
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	247 102 172	216 987 145	216 987 145
Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração		3 485 256 785	3 600 774 086	3 600 774 086
Total do passivo não corrente afetado à operação (ML)		1 021 625 214	1 132 274 729	1 132 274 729
Total do passivo não corrente		4 506 881 999	4 733 048 815	4 733 048 815
Passivo corrente				
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	341 066 173	298 900 953	298 900 953
Fornecedores	20	1 370 469	1 616 266	1 616 266
Adiantamento de clientes		269 798	-	-
Estado e outros entes públicos	21	2 520 432	2 597 692	2 597 692
Financiamentos obtidos	18	160 674 782	176 977 441	176 977 441
Outras contas a pagar	23	41 484 990	42 353 773	42 353 773
Diferimentos	24	1 490 284	2 931 002	2 931 002
Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração		3 41 066 173	298 900 953	298 900 953
Total do passivo corrente afetado à operação (ML)		207 810 755	226 476 174	226 476 174
Total do passivo corrente		5 48 876 928	5 25 377 127	5 25 377 127
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		3 826 322 957	3 899 675 039	3 899 675 039
Total do passivo afetado à operação (ML)		1 229 435 969	1 358 750 903	1 358 750 903
Total do passivo		5 055 758 927	5 258 425 942	5 258 425 942
Total do capital próprio e do passivo		5 065 159 040	4 804 178 720	4 804 178 720

Quadro 64 – Demonstrações dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

		Un: €	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2014	2013
Vendas e serviços prestados	25	89 900 742	81 088 387
Subsídios à exploração	26	34 878 374	45 363 649
Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	(20 124 337)	(1 259 896)
Trabalhos para a própria entidade		1 551 256	1 945 091
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2 639 558)	(2 150 462)
Fornecimentos e serviços externos	27	(31 322 364)	(31 879 718)
Gastos com o pessoal	28	(67 754 065)	(86 397 818)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	12	105 064	(25 000)
Provisões (aumentos / reduções)	17 e 19	(30 575 894)	2 591 191
Aumentos / reduções de justo valor	10 e 11	13 618 875	23 199 397
Outros rendimentos e ganhos	29	12 031 380	29 336 492
Outros gastos e perdas	30	(3 569 549)	(11 410 347)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(3 900 076)	50 400 965
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 8	(27 044 540)	(27 910 026)
Imparidade de ativos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	6 e 8	(4 683 754)	132 970
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(35 628 370)	22 623 909
Juros e rendimentos similares obtidos	31	7 525 403	879 050
Juros e gastos similares suportados	31	(22 666 574)	(38 723 273)
Resultado antes de impostos		(50 769 541)	(15 220 314)
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	(68 202)	(87 525)
Resultado líquido do exercício		(50 837 743)	(15 307 839)

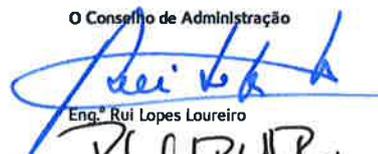
O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

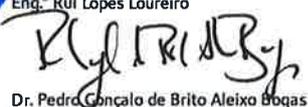


Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração



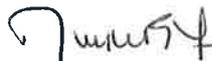
Eng.º Rui Lopes Loureiro



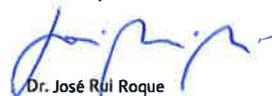
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo



Dr. José Rui Roque

Quadro 65 – Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Un: €

	Notas	2014	2013
Atividades operacionais			
Vendas de bilhetes e passes		86 467 539	85 826 671
Subsídios à exploração	3.18	30 032 684	47 882 886
Recebimentos de clientes		14 323 316	9 049 365
Pagamentos a fornecedores		(37 563 309)	(30 910 102)
Pagamentos ao pessoal		(43 348 054)	(61 237 094)
Caixa gerada pelas operações		49 912 176	50 611 726
Pagamento e recebimento de impostos		(202 183)	(9 500 406)
Outros pagamentos / Recebimentos da atividade operacional		(2 002 829)	(7 358 310)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		47 707 164	33 753 010
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	1 534 630
Atividades de investimento em ILD - Subsídios de investimento		2 161 774	56 447 910
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		19 395	223 302
Total dos recebimentos		2 181 169	58 205 842
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos Financeiros		(28 571)	-
Ativos fixos tangíveis		(10 363 975)	(16 649 361)
Total dos pagamentos		(10 392 547)	(16 649 361)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(8 211 377)	41 556 481
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Aumentos de Capital	15	211 326 846	475 429 039
Empréstimos bancários - IGCP/DGTF		-	129 885 756
Atividades de investimento em ILD - Empréstimos bancários - IGCP/DGTF		-	282 974 244
Cancelamento antecipado de contratos de swap - ML		-	15 422 250
Total dos empréstimos		211 326 846	903 711 289
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos bancários	18	(121 502 576)	(274 985 576)
Operações de leasing operacional		(7 725 180)	(10 610 120)
Operações de leasing financeiro		(12 525 199)	(30 423 708)
Empréstimos obrigacionistas		(7 731 367)	(7 731 367)
Ganhos e perdas de financiamento		(95 459 528)	(91 216 934)
Cancelamento antecipado de contratos de swap - ILD	5.5	-	(490 851 289)
Depósito a prazo (caução)		(258 969)	(19 700 540)
Suprimentos concedidos	9	-	(5 092 660)
Total dos pagamentos		(245 202 819)	(930 612 194)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(33 875 973)	(28 900 905)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)-(1)+(2)+(3)		5 619 814	48 408 586
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	18 186 353	24 420 301
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	23 806 166	18 186 353
Numerário		303 270	15 369
Depósitos bancários		23 502 896	18 170 984
Caixa e seus equivalentes no fim do período		23 806 166	18 186 353

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Emério Ferreira Mota

Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração

Rui Lopes Loureiro

Eng.º Rui Lopes Loureiro

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Manuela Bruno de Figueiredo

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

José Rui Roque

Dr. José Rui Roque

Quadro 66 – Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Un. euros

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transiçãdos	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total Capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2013		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 466 173 836)	22 824 584	(77 332 060)	(915 407 837)
Alterações no período:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012	15	-	-	-	(77 332 060)	-	77 332 060	-
Reconhecimento de subsídios	16	-	-	-	-	(2 906 231)	-	(2 906 231)
Plano de benefícios definidos – ganhos e perdas atuariais	19	-	-	-	44 344 250	-	-	44 344 250
Regularização do justo valor dos derivativos e de juros de empréstimos		-	-	-	(40 398 604)	-	-	(40 398 604)
Resultado líquido do exercício		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 539 560 250)	19 918 353	-	(914 368 422)
Resultado integral								
Aumento de capital		475 429 039	-	-	-	-	-	(15 307 839)
Posição em 31 de dezembro de 2013		1 079 179 039	21 597	1 501 878	(1 539 560 250)	19 918 353	(15 307 839)	(15 307 839)
Posição em 1 de janeiro de 2014		1 079 179 039	21 597	1 501 878	(1 539 560 250)	19 918 353	(15 307 839)	(454 247 221)
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013	15	-	-	-	(15 307 839)	-	15 307 839	-
Reconhecimento de subsídios	16	-	-	-	-	(2 906 231)	-	(2 906 231)
Plano de benefícios definidos – ganhos e perdas atuariais	19	-	-	-	(20 416 552)	-	-	(20 416 552)
Reconhecimento de perdas acumuladas em subsidiárias	9 e 17	-	-	-	(11 875 855)	-	-	(11 875 855)
Resultado líquido do exercício		1 079 179 039	21 597	1 501 878	(1 587 160 496)	17 012 122	-	(489 445 859)
Resultado integral								
Aumento de capital	15	549 683 716	-	-	-	-	(50 837 743)	(50 837 743)
Posição em 31 de dezembro de 2014		1 628 862 755	21 597	1 501 878	(1 587 160 496)	17 012 122	(50 837 743)	9 400 113

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Enério Ferreira Mota

Dr. Carlos Enério Ferreira Mota

O Conselho de Administração

Eng. Rui Lopes Loureiro
Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bógas

Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Dr. José Rui Roque

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Empresa Pública Empresarial), assumiu, no dia 26 de junho de 2009, com a entrada em vigor do respetivo Decreto-Lei, a sua nova denominação, adiante designada por “Empresa”.

Esta alteração está de acordo com o Decreto-Lei n.º 148-A/2009, D.R. n.º 122, Suplemento, Série I, de 26 de junho de 2009, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que aprova o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., bem como os respetivos Estatutos, e revoga o Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro.

A anterior designação, Metropolitano de Lisboa, E.P., tinha resultado da nacionalização em 1975, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L.

A Empresa tem por objeto principal a exploração, em exclusividade e regime de serviço público, do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa e na manutenção e desenvolvimento da rede de metro.

A Empresa opera dentro do enquadramento legal criado pelas leis gerais que regulam a existência e a atividade das entidades públicas empresariais, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa.

A prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pela Tutela (Ministério das Finanças e Ministério da Economia), beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário e para investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação pelo Conselho de Administração, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 9. A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados no capital próprio em 31 de dezembro de 2014 e no resultado líquido findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respetivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral ao nível dos ativos, passivos, gastos e rendimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de maio de 2015. Contudo, as mesmas estão sujeitas a aprovação pelo Estado Português através dos Ministérios que tutelam a atividade da Empresa, detentor do capital estatutário, nos termos da legislação específica sobre entidades públicas empresariais em vigor em Portugal.

As demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013, não foram ainda objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela. O Conselho de Administração da Empresa procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos seus Relatórios de Gestão sobre aqueles exercícios, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'J' and 'A', and a signature at the bottom right.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF").

3.2. Atividades de investimento de infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei nº 196/1980 de 20 de Junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de Dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de Janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011 a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD pelo que o total do balanço da Empresa, naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, ano em que ocorreu o despacho nº 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração ("ILD") do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas", as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo das ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e intangíveis deduzidos de subsídios e imparidades na rubrica ILD no ativo não se encontram a ser amortizados (Notas 3.3 e 3.4).

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos caso em que o seu justo valor é positivo.

Handwritten initials and a signature in blue ink.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados como gastos do exercício no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O decreto-lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou o mesmo à rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

3.3. Ativos fixos tangíveis

Afetos à gestão de infraestruturas (ativos não ILD):

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos, que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

Handwritten signature in blue ink.

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Afetos às infraestruturas de longa duração ("ILD"):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

O registo das amortizações relativas a estes ativos foi efetuado para os ativos fixos tangíveis afetos à gestão de infraestruturas, mas apenas até 31 de dezembro de 1997. Após 1 de janeiro de 1998, estes ativos não se encontram a ser amortizados.

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos fixos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

3.5. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locadora:

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a

amortização do ativo, sendo calculada conforme descrito na Nota 3.3 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.6. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Sempre que, à data do balanço, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente, na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)".

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade, é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.7. Imparidade de ativos fixos tangíveis (não ILD)

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.8. Participações financeiras em subsidiárias, associadas e participadas

As participações em subsidiárias, associadas e participadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada ou participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada ou participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3.9. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado. Os inventários da Empresa em 31 de dezembro de 2014 consistem, essencialmente, em títulos de transporte (bilhetes), material de manutenção e limpeza.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica da demonstração dos resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversão)".

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

3.10. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Handwritten initials and a circled 'A' in the top right corner.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros incluem depósitos bancários detidos para garantia de cumprimento de dois empréstimos. Estes ativos encontram-se registados ao justo valor.

d) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Aumentos/reduções de justo valor”.

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e os colaterais dados como garantia dos financiamentos.

Handwritten signature at the bottom right.

2
h
t
A

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

Ativos Financeiros	Notas	2014		2013	
		Justo valor	Custo ou custo amortizado	Justo valor	Custo ou custo amortizado
Não corrente:					
Outras contas a receber	13	-	-	-	10.502.602
Derivados	10	3.678.000	-	3.271.187	-
Outros ativos financeiros	11	50.089.996	-	-	36.449.583
		53.767.996	-	3.271.187	46.952.185
Corrente:					
Clientes	13	-	3.166.534	-	4.342.615
Outras contas a receber	13	-	12.526.562	-	18.055.213
Caixa e depósitos bancários	4	-	23.806.166	-	18.186.353
		-	39.499.262	-	40.584.181
		53.767.996	39.499.262	3.271.187	87.536.366

Passivos Financeiros	Notas	2014		2013	
		Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado	Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado
Não corrente:					
Financiamentos obtidos	18	-	520.076.153	-	691.360.435
Derivados	10	198.710.014	-	210.714.948	-
		198.710.014	520.076.153	210.714.948	691.360.435
Corrente:					
Fornecedores	20	-	1.370.469	-	1.616.266
Financiamentos obtidos	18	-	160.674.782	-	176.877.441
Outras contas a pagar	23	-	41.484.990	-	42.353.773
		-	203.530.240	-	220.847.481
		198.710.014	723.606.393	210.714.948	912.207.915

Handwritten initials and a circled '0' in the top right corner.

3.11. Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumia o princípio de que competia ao Estado Português financiar os ILD no Metro. Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa regista os encargos financeiros relativos aos ILD na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

3.12. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 23%.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. No caso da Empresa e porque o seu resultado tributável será significativamente negativo, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas a pagar essencialmente originadas pelos gastos incorridos no exercício com viaturas ligeiras de passageiros e mistas e outros com deslocações, ou em despesas de representação ou de relações públicas.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a amortizações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

Nos exercícios findos compreendidos entre 31 de dezembro de 2009 a 2014, ocorreram situações que conduziram ao registo de ativos por impostos diferidos, no montante total de, aproximadamente, 96.000.000 euros referentes a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente que não foram reconhecidos por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos.

Handwritten signature at the bottom right of the page.

3.13. Subsídios do Governo (não ILD)

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica de "Outras variações no capital próprio", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.14. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.15. Benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio no ano em que são determinados.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- b) Pré-reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda determinadas responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2014. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos participados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

3.16. Instrumentos financeiros derivados

A Empresa contrata instrumentos financeiros derivados para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.



Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura. Quando forem designados como instrumento de cobertura, o correspondente ganho ou perda de remensuração deve ser registado em resultados quando a posição coberta afetar resultados.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que não cumprem todos os requisitos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, são considerados como de especulação. A valorização destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício efetuado de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados, com a exceção dos instrumentos financeiros derivados que se encontram em contencioso com o Banco Santander, sendo que estes encontram-se valorizados de acordo com a valorização determinada pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (“IGCP”) que tem como incumbência gerir todas as operações sobre instrumentos derivados do ML.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Empresa não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da NCRF 27.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa relativamente aos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de “Derivados”, caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de “Derivados”. As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que dizem respeito na rubrica de “Aumentos/reduções do justo valor”.

No caso dos instrumentos financeiros contratados pela Empresa, relativamente aos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD, encontram-se reconhecidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” no ativo ou passivo consoante o justo valor à data de relato seja negativo ou positivo, respetivamente, sendo as alterações de justo valor reconhecidas nessas rubricas à data de cada balanço, pelo que o efeito das variações de justo valor no capital próprio da Empresa é, neste caso, nulo.

3.17. Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.18. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais – As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (“IMT, I.P.”).

Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços da Empresa e de cada um dos outros operadores.

- Bilhetes e bilhetes pré-comprados – A Empresa reconhece a receita no momento da venda dos bilhetes.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas na rubrica de "Subsídios à exploração" no exercício em que são atribuídas.

3.19. Gastos departamentais incluídos nos ILD

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 10% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos de infraestruturas de longa duração – ILD, aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pela Empresa) (Nota 5 e 6), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, conseqüentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

3.20. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.21. Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.22. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- c) Perda por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – o qual com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados, com a exceção dos instrumentos financeiros derivados que se encontram em contencioso com o Banco Santander, sendo que estes encontram-se valorizados de acordo com o valorização determinada pelo IGCP que tem como incumbência gerir todas as operações sobre instrumentos derivados do ML;

- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de pensões e preparada pelo atuário.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'A' and some illegible scribbles.

3.23. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, detalha-se conforme se segue:

Fluxos de Caixa	2014	2013
Numerário	303.270	15.369
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	23.502.896	18.170.984
	23.806.166	18.186.353

5. Investimentos de infraestruturas de longa duração

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos como segue:

	Notas	2014	2013
Actividades de investimento de ILD:			
Ativo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	5.1	3.081.873.280	3.073.855.435
Activos intangíveis	5.2	6.934.526	6.919.091
Subsídios	5.3	(985.705.613)	(983.543.839)
Conta a receber - Estado	5.4	2.572.280.099	2.264.467.862
Outras contas a receber	5.5	2.041.708	-
		4.677.424.000	4.361.698.549
Ativo corrente:			
Outras contas a receber	5.5	-	2.041.708
		-	2.041.708
Total do ativo		4.677.424.000	4.363.740.257
Passivo não corrente:			
Provisões	5.4.1	47.815.256	19.729.602
Financiamentos obtidos	5.6	2.822.757.942	3.135.580.620
Derivados	5.7	614.683.586	445.463.864
		3.485.256.785	3.600.774.086
Passivo corrente:			
Fornecedores	5.8	1.519.933	2.267.294
Financiamentos obtidos	5.6	312.822.678	265.660.304
Outras contas a pagar	5.9	26.723.562	30.973.355
		341.066.173	298.900.953
Total do passivo		3.826.322.957	3.899.675.039
Total ILD líquido		851.101.043	464.065.217

Handwritten signature in blue ink.

A variação do saldo líquido da rubrica de ILD face a 31 de dezembro de 2013 resulta, essencialmente, das seguintes factos:

- Conversão em capital de financiamentos obtidos do Estado no montante de 186.426.360 euros (Nota 15);
- Amortização de financiamentos obtidos de acordo com os planos de reembolso definidos no montante de 79.233.944 euros; e
- Juros incorridos no exercício de 2014 por conta dos financiamentos obtidos no montante de 113.769.965 euros (Nota 5.4.2).

5.1. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2014						
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis - ILD's	3.171.864.274	(199.062.008)	2.972.802.266	3.932.541	21.530.090	2.998.264.897
Terrenos e recursos naturais	16.314.977	(2.388.442)	13.926.535	24.908	(472.500)	13.478.943
Edifícios e outras construções	2.709.907.330	(176.310.029)	2.533.597.301	3.789.824	19.538.599	2.556.925.724
Equipamento básico	445.641.967	(20.363.537)	425.278.430	117.809	2.463.991	427.860.230
Activos fixos tangíveis em curso	99.171.926	-	99.171.926	5.096.930	(22.083.131)	82.185.724
Terrenos e recursos naturais	32.112	-	32.112	-	-	32.112
Edifícios e outras construções	88.149.665	-	88.149.665	3.622.748	(19.599.189)	72.173.224
Equipamento básico	10.990.149	-	10.990.149	1.474.182	(2.483.942)	9.980.389
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	3.295.531	-	1.881.243	-	(226.472)	1.654.771
Perdas por Imparidade Edifícios e outras construções	-	-	-	(232.112)	-	(232.112)
Total do activo fixo tangível bruto - ILD's	3.274.331.731	(199.062.008)	3.073.855.435	8.797.359	(779.514)	3.081.873.280

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2014 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso - Edifícios e outras construções", no montante de 3.789.824 euros referem-se, essencialmente, ao empreendimento Amadora Este/Reboleira, com 1.024.473 euros e à remodelação da rede 1.530.525 euros.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2014 para as rubricas de "Ativo fixo tangível - Edifícios e outras construções" e de "Ativo fixo tangível - Equipamento básico", nos montantes de 19.599.599 euros e 2.463.991 euros, respetivamente, referem-se essencialmente ao movimento de transferência de ativo fixo tangível em curso de investimentos relativos ao interface do Cais do Sodré.

31 de Dezembro de 2013						
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis - ILD's	3.140.144.000	(199.062.008)	2.941.081.992	5.559.606	26.160.668	2.972.802.266
Terrenos e recursos naturais	16.098.382	(2.388.442)	13.709.940	216.595	-	13.926.535
Edifícios e outras construções	2.692.985.861	(176.310.029)	2.516.675.832	5.194.330	11.727.138	2.533.597.300
Equipamento básico	431.059.757	(20.363.537)	410.696.220	148.681	14.433.530	425.278.431
Activos fixos tangíveis em curso	125.926.855	-	125.926.855	3.126.215	(29.881.145)	99.171.926
Terrenos e recursos naturais	32.112	-	32.112	-	-	32.112
Edifícios e outras construções	102.362.526	-	102.362.526	1.217.841	(15.430.702)	88.149.665
Equipamento básico	23.532.217	-	23.532.217	1.908.375	(14.450.443)	10.990.149
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	3.295.531	-	2.710.811	-	(829.569)	1.881.243
Total do activo fixo tangível bruto - ILD's	3.269.366.386	(199.062.008)	3.069.719.658	8.685.821	(4.550.046)	3.073.855.435

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso - equipamento básico", no montante de 1.908.375 euros referem-se, essencialmente, ao empreendimento Oriente/Aeroporto, com 768.079 euros e à remodelação da rede 855.342 euros.

Os abates ocorridos durante o exercício de 2013, referem-se, essencialmente à redução dos adiantamentos concedidos, relativamente ao empreendimento Oriente/Aeroporto, à Remodelação da Rede e da Estação Areiro, nos montantes de 851.822 euros, 693.006 euros e 158.816 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2013 para as rubricas de "Ativo fixo tangível – edifícios e outras construções" e de "Ativo fixo tangível – equipamento básico", nos montantes de 15.430.702 euros e 14.450.443 euros, respetivamente, referem-se essencialmente ao movimento de transferência de ativo fixo tangível em curso de despesas relativas ao empreendimento Oriente/Aeroporto, em resultado da abertura da estação no decurso do exercício de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de 99.171.926 euros registado na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso" inclui, essencialmente, 53.431.060 euros relativo ao projeto de expansão do empreendimento Amadora Este/Reboleira e 5.253.492 euros relativo ao empreendimento Oriente/Aeroporto.

Em 31 de dezembro de 2014 os ativos fixos tangíveis em curso das rubricas de "Terrenos e recursos naturais", "Edifícios e outras construções" e "Equipamento básico", nos montantes de 32.112 euros, 72.173.224 euros e 9.980.389 euros, respetivamente, compõem-se conforme segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
2014			
Remodelação da rede	-	14.914.567	4.250.244
Extensão Rato/Estrela	-	1.456.432	-
Extensão Amadora Este/Reboleira	-	53.400.558	996.634
Extensão S. Sebastião/Campolide	-	3.061.938	718.339
Interface do Cais do Sodré	-	13.743.758	1.264.810
Extensão Oriente/Aeroporto	-	13.388.254	17.988.895
Promoção de acessibilidades	-	1.669.544	-
Outros	32.112	(29.461.827)	(15.238.533)
	32.112	72.173.224	9.980.389

Os montantes de (29.461.827 euros) e (15.238.533 euros) respeitam a transferências ocorridas até 31 de dezembro de 2014 para as rubricas do ativo fixo tangível correspondentes.

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2014 e 2013, encontram-se incluídos os seguintes gastos departamentais:

	2014			2013		
	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos capitalizados						
Gastos departamentais	68.926.989	6.229.944	75.156.933	67.585.309	6.086.648	73.671.957
	68.926.989	6.229.944	75.156.933	67.585.309	6.086.648	73.671.957

5.2. Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2014				
Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.152.663	2.439	752.745	3.907.846
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Activos intangíveis em curso	1.746.601	12.996	(752.745)	1.006.853
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.919.091	15.435	-	6.934.526

O montante de 752.745 euros transferido para a rubrica de "Despesas de investigação e desenvolvimento", respeita ao estudo prévio de prolongamento na linha Vermelha.

31 de Dezembro de 2013

Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.151.465	-	1.198	3.152.663
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Activos intangíveis em curso	1.736.932	10.867	(1.198)	1.746.601
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.908.224	10.867	-	6.919.091

O montante de 1.198 euros transferido para a rubrica de "Despesas de investigação e desenvolvimento" respeita a serviços de análise de risco efetuados na linha vermelha.

5.3. Subsídios

O montante ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi como se segue:

31 de Dezembro de 2014

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Feder	229.464.397	-	-	229.464.397
Piddac	174.422.124	3.937.500	-	178.359.624
Fundo Coesão	375.139.922	5.625.648	(7.401.374)	373.364.196
Subsídios diversos	204.517.396	-	-	204.517.396
Total de subsídios	983.543.839	9.563.148	(7.401.374)	985.705.613

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no montante de 9.563.148 euros respeita, aos subsídios atribuídos no âmbito do: (i) Fundo de Coesão, relativamente à comparticipação nas despesas relativas à extensão Oriente/Aeroporto, no montante de 5.625.648 euros; e (ii) PIDDAC, no montante de 3.937.500 euros para a extensão Amadora Este/Reboleira.

A redução verificada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no montante de 7.401.374 euros respeita, essencialmente à devolução da comparticipação nas despesas relativas à extensão Amadora Este/Reboleira.

5.4. Conta a receber do Estado

Esta rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, sendo que a sua composição é como segue:

Descrição	Notas	2014	2013
Instrumentos Financeiros	5.7	614.683.586	445.463.864
Provisão para processos judiciais em curso	5.4.1	47.815.256	19.729.602
Juros, taxa de aval e imposto de selo	5.4.2	1.603.258.910	1.489.488.945
Gastos de emissão	5.4.2	20.230.150	20.230.150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	5.4.2	289.555.301	289.555.301
Perdas por Imparidade em edifícios outras construções	5.4.3	232.111	-
Ganhos em activos fixos tangíveis	5.4.4	(3.495.216)	-
		2.572.280.099	2.264.467.862

5.4.1. Provisão para processos judiciais em curso

O montante de 47.815.256 euros em 31 de dezembro de 2014 (19.729.602 euros em 31 de dezembro de 2013) inclui: (i) o montante de 9.084.338 euros referente à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados; e (ii) o montante de 38.219.570 euros relativo aos juros vencidos e não pagos desde setembro de 2013 até dezembro de 2014 à instituição financeira com quem foram contratados os dois instrumentos financeiros derivados associados, em consequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender os referidos pagamentos na sequência do processo que se encontra decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado Português.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2014 o passivo vencido encontra-se refletido nas demonstrações financeiras na rubrica afeta aos ILD, bem como, o montante das despesas que a Empresa irá incorrer com o processo caso o desfecho do mesmo lhe venha a ser favorável, cuja estimativa em 31 de dezembro de 2014 ascende a 511.348 euros e encontra-se refletida na rubrica de "Provisão para processos judiciais em curso".

5.4.2. Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos e infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nos ILD construídos.

Até 2009, os encargos financeiros suportados com as ILD que não foram possíveis de ser capitalizados nas mesmas encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Com efeitos no exercício de 2010 (reexpresso), no decurso da transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os puder acrescer à rubrica de "Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração – Gastos de empréstimos", seguindo o princípio descrito na Nota 3.11 relativamente aos encargos financeiros no montante de, aproximadamente, 1.017.000.000 euros incorridos até 1995, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. Contudo, e no que respeita aos encargos financeiros incorridos, anteriores a essa data, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 285.555.301 euros que permitiu saldar as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009, como sendo a estimativa possível, àquela data, dos juros e outros encargos incorridos e anteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados até 1995.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os gastos com empréstimos tinham a seguinte composição:

Descrição	2014	2013	Varição do ano
Juros, taxa de aval de imposto de selo	1.603.258.910	1.489.488.945	113.769.966
Gastos de emissão	20.230.150	20.230.150	-
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289.555.301	289.555.301	-
Total de gastos de empréstimos	1.913.044.361	1.799.274.396	113.769.966

5.4.3. Perdas por imparidade em edifícios outras construções

No decurso do exercício de 2014 a Empresa obteve uma avaliação dos imóveis, a qual foi efetuada por uma entidade especializada e independente, da qual resultou uma imparidade no montante de 232.111 euros.

5.4.4. Ganhos em Imobilizado

No decurso do exercício de 2014 a Empresa transferiu para o património do Estado a parcela de terreno integrada no terminal do Cais do Sodré, da qual resultou um ganho no montante de 3.495.216 euros.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de "Ativo intangível", "Ativo fixo tangível" e "Ativo tangível em curso" detalha-se como segue:

Descrição	31 de Dezembro de 2014				31 de Dezembro de 2013			
	Intangível	Tangível	Em curso	Total	Intangível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	152.231	297.350.438	11.142.300	308.644.969	150.125	297.349.532	10.282.040	307.781.697
	152.231	297.350.438	11.142.300	308.644.969	150.125	297.349.532	10.282.040	307.781.697

5.5. Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber respeita a uma multa contratual correspondente ao débito efetuado ao empreiteiro na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação Areiro.

5.6. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos afetos à atividade dos ILD em 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalha-se como segue:

	Entidade financiadora	2014				2013			
		Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão "Private placement"	Merrill Lynch	77.313.674	7.731.367	7.731.367	15.462.735	77.313.674	7.731.367	15.462.735	23.194.102
Emissão Metro 2019	JP Morgan	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2026	BNPP	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2027	Barclays	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000
			7.731.367	1.317.731.367	1.325.462.735		7.731.367	1.325.462.735	1.333.194.102
Empréstimos bancários:									
ML A	BEI	57.193.405	3.183.611	6.367.221	9.550.832	57.193.405	3.183.611	9.550.832	12.734.442
ML B	BEI	-	-	-	-	-	-	-	-
ML I/2	BEI	234.435.012	18.000.000	65.579.594	83.579.594	234.435.012	18.000.000	83.579.594	101.579.594
ML II	BEI	74.819.685	4.987.979	19.951.916	24.939.895	74.819.685	4.987.979	24.939.895	29.927.874
ML III	BEI	54.867.769	5.584.000	25.119.084	30.703.084	54.867.769	5.584.000	30.703.084	36.287.084
ML II/B	BEI	99.759.579	6.650.639	33.253.193	39.903.832	99.759.579	6.650.639	39.903.832	46.554.471
ML II/C	BEI	54.867.769	3.657.851	23.776.033	27.433.884	54.867.769	3.657.851	27.433.884	31.091.736
ML IV	BEI	169.591.285	22.400.000	62.704.090	85.104.090	169.591.285	22.400.000	85.104.090	107.504.090
ML I/3	BEI	124.699.474	7.038.497	101.780.559	108.819.056	124.699.474	7.038.497	108.819.056	115.857.552
ML I/3B	BEI	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685
ML V/A	BEI	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000
ML V/B	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
ML V/C	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF	507.957.564	126.989.391	126.989.391	253.978.782	507.957.564	126.989.391	253.978.782	380.968.173
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237.747.877	59.436.969	118.873.939	178.310.908	237.747.877	59.436.969	178.310.908	237.747.877
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282.974.244	47.162.374	235.811.870	282.974.244	282.974.244	-	282.974.244	282.974.244
			305.091.310	1.205.026.575	1.510.117.885		257.928.936	1.510.117.885	1.768.046.821
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000
			-	300.000.000	300.000.000		-	300.000.000	300.000.000
Linhas de crédito:									
Total de empréstimos obtidos			312.822.678	2.822.757.942	3.135.580.620		265.660.304	3.135.580.620	3.401.240.924

O empréstimo por obrigações "Private Placement", foi contraído em 7 de outubro de 1996 por um período de vinte anos, com SWAP/PTE para o montante total final da emissão. O reembolso é feito em pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida.

O empréstimo por obrigações "Metro 2019" foi contraído em 4 de fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2027", foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pelo Lei Inglesa.

A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado Português o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

A

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em consequência do despacho emanado pelo Ministério das Finanças e Economia datado de 31 de dezembro de 2014, a Empresa procedeu à conversão em capital de parte da dívida contraída junto da DGTF em 2011 e 2012, no montante de 315.628.462 euros, do qual, o montante de 186.426.360 euros se encontrava classificado na rubrica de financiamentos dos ILD (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2014, estes empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2016	7.731.367
2017	
2018	
2019	400.000.000
2020 e seguintes	910.000.000
	1.317.731.367

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2016	305.091.310
2017	178.101.919
2018	118.664.950
2019	118.664.950
2020 e seguintes	484.503.446
	1.205.026.575

Handwritten marks: a blue checkmark, a circle, and the letter 'A'.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

CONTRATO	Montante em Divisa a 31-12-2014 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM/NÃO)	PARI PASSU (SIM/NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM/NÃO)	RATING DOWNGRADE	GROSS UP (SIM/NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPOSTO DO SELO	OUTRAS CLÁUSULAS
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 7 de Dezembro de 1992, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML A"), alterado em 10 de Março de 2006	9.550.831,89	5 de Dezembro de 2017	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML Z"), alterado em 10 de Março de 2006	83.579.594,03	15 de Setembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 16 de Dezembro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I")	24.939.894,75	15 de Dezembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 7 de Setembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML III"), alterado em 10 de Março de 2006	30.703.084,02	15 de Junho de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 18 de Dezembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II/B")	39.903.832,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1996, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/B"), alterado em 10 de Março de 2006	108.819.055,59	15 de Setembro de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/B B"), alterado em 10 de Março de 2006	74.819.684,56	15 de Setembro de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 14 de Julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/C")	27.433.884,37	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 26 de Novembro de 1998, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML IV"), alterado em 10 de Março de 2006	85.104.089,66	15 de Setembro de 2018	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 23 de Fevereiro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/A"), alterado em 10 de Março de 2006	150.000.000,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 19 de Dezembro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/B"), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 9 de Maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/C"), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Schuldchein Loan Agreement celebrado com o ABN AMRO Bank, NV em 10 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300.000.000,00	20 de Julho de 2024	SIM (cf. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
US \$ 100.000.000,00 7,42% Notes due 2016 - Merrill Lynch - Private Placement	15.462.734,85	17 de Outubro 2016	SIM	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Não alteração da natureza ou do objecto social da empresa (operação do sistema Metro)
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 - JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeito à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027 - BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 5,75% Guaranteed Notes due 2019 - Barclays Capital, BNP Paribas, Caixa - Banco de Investimento, S.A., Santander Global Banking & Markets / Fevereiro 2009, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2019	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa

204
4

5.7. Instrumentos financeiros derivados

A Empresa conforme referido na Nota 3.16, contratou swaps de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos à ILD. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avaliados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o justo valor dos contratos de swaps afetos à ILD foi determinado de acordo com o descrito na Nota 3.16 e detalham-se como se segue:

Financiamentos bancários derivados		Data				Capital coberto 31.12.2014			Justo valor		
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	Justo valor ("JV")		Variação	
								(contraparte)			
								31.12.2014	31.12.2013		
B E I (ML A)	BBVA	02-02-2006	05-12-2005	15-12-2017	9.030.538	520.294	9.550.832	(349.496)	(463.502)	114.006	
B E I (ML I/2)	2º, 3º E 6º DESEMBOLSOS	BST	30-03-2006	15-03-2006	15-09-2019	78.145.004	5.434.590	29.096.544	(20.280.511)	(14.880.443)	(5.400.068) (*)
B E I (ML II)	2º E 3º DESEMBOLSOS	RBS	16-01-2009	15-12-2008	15-12-2019	24.939.895		9.975.956	62.051	65.958	(3.907)
B E I (ML III)	1º E 4º DESEMBOLSOS	BBVA	02-02-2006	15-12-2005	15-06-2020	20.118.182	10.584.902	12.802.479	(801.531)	(673.433)	(128.098)
B E I (ML IV)	1º, 2º, 3º, 4º E 5º DESEMBOLSOS	BES INV	11-02-2010	15-12-2009	15-09-2018	37.409.842	37.409.842	74.819.685			
B E I (ML V/C)	1º DESEMBOLSO	BST	26-05-2003	16-06-2003	15-06-2022	67.836.514	17.267.576	67.836.514	(5.075.869)	(7.472.612)	2.396.743
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	BST	31-05-2007	15-03-2007	15-06-2022	66.666.667	13.333.333	85.104.090			
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	CAIXA BI	16-07-2009	15-03-2010	15-06-2022	193.843.172	(193.843.172)	33.333.333	(6.912.860)	(5.609.517)	(1.303.343)
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE C	BST	25-02-2005	22-07-2005	22-07-2024	300.000.000		100.000.000	(444.695.246)	(362.740.428)	(81.954.818) (*)
MERRILL LYNCH	M LYNCH		16-07-2010	15-04-2010	15-10-2016	193.843.172		300.000.000	2.883.000	429.430	2.453.571
OBRIGAÇÕES 2026	BBVA	15-12-2006	04-12-2006	04-12-2026	15.462.735		15.462.735				
OBRIGAÇÕES 2026	M LYNCH	16-07-2010	04-12-2009	04-12-2026	70.000.000		70.000.000	(31.523.089)	(18.831.618)	(12.691.471)	
OBRIGAÇÕES 2026	CGD	16-07-2010	04-12-2009	04-12-2026	30.000.000		30.000.000	(34.996.719)	(5.754.850)	(29.241.869)	
OBRIGAÇÕES 2026	CAIXA BI	28-04-2010	04-12-2009	04-12-2026	30.000.000		30.000.000	(34.941.808)	(5.754.850)	(29.186.958)	
OBRIGAÇÕES 2019	CITIBANK	15-01-2010	04-02-2010	04-02-2019	400.000.000		400.000.000	100.000.000	20.962.644	22.195.656	(1.233.012)
					400.000.000		400.000.000	100.000.000	(24.364.337)	(24.152.174)	(212.163)
					2.212.219.766		2.161.593.799	(614.683.586)	(445.463.864)	(169.219.722)	

(*) Encontram-se valorizados de acordo com a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública- IGCP conforme referido na Nota 3.16.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa passou a mensurar os instrumentos financeiros derivados de acordo com o "marked-to-market" determinado pela contraparte com os quais os mesmos foram contratados. A metodologia utilizada é das instituições bancárias contratantes, que consiste na projeção dos cash-flows atualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero atual de forma a projetar os Indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efetuados com as diversas instituições bancárias. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no capital próprio da Empresa, dado que o passivo tem como contrapartida uma conta a receber do Estado na rubrica de ILD.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa liquidou 34 contratos de swap tendo pago o montante de 490.851.289 euros cujo "marked-to-market" à data da liquidação, determinado pela contraparte com a qual os mesmos foram contratados ascendia a 671.686.152 euros.

O detalhe dos contratos de swap liquidados detalha-se como segue:

Financiamento base	Despacho	Entidade bancária	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Data cancelamento	Valor líquido pago	"Marked-to-market" (Contraparte)	Variação
BEI ML I/3	548/13-SET	Société Generale	Vanilla swap	15-Set-21	95.602.930	20-03-2013	(21.900.000)	(24.812.540)	(2.912.540)
BEI ML I/3	548/13-SET	Société Generale	Vanilla swap	22-Jul-24	100.000.000	20-03-2013	(98.960.000)	(50.401.491)	(11.441.491)
ABN1	549/13-SET	Morgan Stanley	CMS Steepener	22-Jul-24	100.000.000	21-03-2013	(23.000.000)	(30.751.213)	(7.751.213)
BEI REESTRUT - IC	660/13-SET	Crédit Suisse	Worst of 2 Spreads	15-Jun-22	17.364.188	08-04-2013	(21.400.000)	(40.883.076)	(19.483.076)
	660/13-SET	Crédit Suisse	Floors, Overlay	22-Jul-24	100.000.000	08-04-2013	(7.300.000)	10.897.948	18.197.948
	660/13-SET	Crédit Suisse	Spread Option, Overlay	22-Jul-24	100.000.000	08-04-2013	(9.800.000)	(12.318.660)	(2.518.660)
OBRIG 2026-5	660/13-SET	Crédit Suisse	Index linked + Inflation Floor + (EUR10Y- EUR2Y) Digital + (EUR 20Y ia - EUR 10Y ia) Leveraged Floor	04-Dez-26	70.000.000	08-04-2013	(7.900.000)	(6.982.720)	917.280
	879/13-SET	Barclays	Vanilla, Overlay	15-Jun-22	77.895.605	07-05-2013	(4.832.919)	(6.098.999)	(1.266.080)
BEI ML V/B	879/13-SET	Barclays	Index linked	15-Jun-21	80.000.000	07-05-2013	(16.188.865)	(19.318.887)	(3.130.022)
OBRIG 2026-1	879/13-SET	Barclays	Index linked	04-Dez-26	100.000.000	07-05-2013	(16.450.389)	(22.722.434)	(6.272.045)
OBRIG 2026-6	879/13-SET	Barclays	Cap Knock Out	04-Dez-26	200.000.000	07-05-2013	(1.334.193)	(1.742.306)	(408.113)
OBRIG 2026-7	879/13-SET	Barclays	Index linked	04-Dez-26	100.000.000	07-05-2013	(50.229.558)	(60.610.697)	(10.381.139)
OBRIG 2027-1	879/13-SET	Barclays	Index linked	07-Dez-22	200.000.000	07-05-2013	(36.398.650)	(48.840.456)	(12.441.806)
OBRIG 2019	879/13-SET	Barclays	Vanilla	04-Fev-19	400.000.000	07-05-2013	65.078.000	59.796.768	(5.281.232)
OBRIG 2030	879/13-SET	Barclays	Vanilla	30-Dez-30	300.000.000	07-05-2013	(84.149.925)	(94.973.821)	(10.823.896)
BEI ML II/C 1ª e 2ª	966/13-SET	BNP Paribas	Index linked	15-Jun-22	86790834	16-05-2013	(10.140.000)	(16.471.820)	(6.331.820)
	966/13-SET	BNP Paribas	Snowball, Overlay	15-Jun-22	40.000.000	16-05-2013	(780.000)	(1.103.064)	(323.064)
BEI ML II 1ª	966/13-SET	BNP Paribas	Callable Swap	15-Dez-19	11.472.352	16-05-2013	(390.000)	(553.696)	(163.696)
BEI ML V/C 2ª	966/13-SET	BNP Paribas	Callable Swap	15-Jun-22	40.000.000	16-05-2013	(3.055.000)	(4.558.493)	(1.503.493)
OBRIG 2027-3	966/13-SET	BNP Paribas	Vanilla	07-Dez-27	100.000.000	16-05-2013	585.000	1.108.690	523.690
	1007/13-SET	Goldman Sachs	Floor, Overlay	04-Fev-19	300.000.000	20-05-2013	(26.999.828)	(47.492.424)	(20.492.596)
BEI ML II 4ª	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla Swap	15-Dez-19	21.947.108	13-06-2013	(435.007)	(630.458)	(195.451)
	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla	15-Jun-22	40.000.000	13-06-2013	850.721	1.222.515	371.794
	1161/13-SET	JP Morgan	Snowball, Overlay	15-Jun-22	12.545.916	13-06-2013	931.613	1.342.312	410.699
OBRIG 2026-2	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla + Short Cap.	04-Dez-26	100.000.000	13-06-2013	(4.966.196)	(6.558.103)	(1.591.907)
OBRIG 2026-6A	1161/13-SET	JP Morgan	Range Accrual GBP10y- JPY6m	04-Dez-26	170.000.000	13-06-2013	(72.985.315)	(99.503.117)	(26.517.802)
OBRIG 2026-6B	1161/13-SET	JP Morgan	KO Swap, Overlay	04-Dez-26	30.000.000	13-06-2013	(1.180.408)	(1.639.317)	(458.909)
OBRIG 2027-2	1161/13-SET	JP Morgan	Index Linked	07-Dez-27	100.000.000	13-06-2013	(28.439.707)	(43.018.822)	(14.579.115)
BEI ML I/2 - 1ª, 4ª, 5ª, 7ª e 8ª	1234/13-SET	Deutsche	Index Linked	15-Set-19	93.192.074	28-06-2013	(10.621.473)	(16.793.772)	(6.172.299)
BEI ML II/B	1234/13-SET	Deutsche	Inverse Flooter Eur 10-2	15-Dez-20	86.458.302	28-06-2013	(3.093.298)	(4.994.948)	(1.901.650)
BEI ML V/A	1234/13-SET	Deutsche	Convertible Swap	15-Dez-20	150.000.000	28-06-2013	(19.719.623)	(30.436.427)	(10.716.804)
	1234/13-SET	Deutsche	Snowball	15-Jun-22	25.091.832	28-06-2013	(4.162.465)	(5.325.071)	(1.162.606)
	1234/13-SET	Deutsche	Inflation Linked, overlay	04-Dez-26	70.000.000	28-06-2013	(5.041.073)	(5.859.731)	(818.658)
OBRIG 2026-5A	1234/13-SET	Deutsche	Index Linked	04-Dez-26	70.000.000	28-06-2013	(26.442.728)	(40.657.824)	(14.215.096)
							(490.851.289)	(671.686.152)	(180.834.863)

5.8. Fornecedores

A rubrica de fornecedores, é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

5.9. Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é composta, essencialmente, pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício seguinte.

Handwritten notes and initials in blue ink at the top right of the page.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis da Empresa, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2014								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	24.287.679	251.264.326	498.794.178	574.711	27.454.344	25.238.237	3.298.807	830.912.282
Aquisições	-	207.393	337.175	-	105.791	36.147	2.078.077	2.764.583
Transferências	-	-	22.134	-	-	(1.994)	(48.418)	(28.278)
Abates	-	-	(7.146.540)	(727)	(4.694.372)	(1.090.201)	-	(12.931.840)
	24.287.679	251.471.719	492.006.947	573.984	22.865.763	24.182.189	5.328.466	820.716.747
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	181.177.005	352.698.344	521.334	25.515.635	11.136.675	-	571.048.992
Amortizações do exercício	-	10.800.927	14.327.123	32.274	1.065.305	747.778	-	26.973.406
Imparidades	-	4.717.143	-	-	-	-	-	4.717.143
Abates	-	-	(4.749.734)	(727)	(4.683.477)	(1.994)	-	(9.435.931)
	-	196.695.075	362.275.733	552.881	21.897.463	11.882.459	-	593.303.610
	24.287.679	54.776.644	129.731.214	21.103	968.300	12.299.729	5.328.466	227.413.137

2013								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	24.287.679	251.253.540	498.781.147	612.354	28.258.400	25.321.737	2.976.076	831.490.932
Aquisições	-	10.786	30.633	17.280	131.653	(75.790)	322.731	437.293
Alienações	-	-	(11.164)	(54.923)	-	-	-	(66.086)
Abates	-	-	(6.439)	-	(935.708)	(7.711)	-	(949.858)
	24.287.679	251.264.326	488.794.178	574.711	27.454.344	25.238.237	3.298.807	830.912.282
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	170.366.788	337.927.426	527.632	25.146.462	10.249.830	-	544.218.137
Amortizações do exercício	-	10.810.217	14.785.270	44.388	1.304.720	894.297	-	27.838.892
Alienações	-	-	(8.449)	(50.686)	-	-	-	(59.135)
Abates	-	-	(5.903)	-	(935.546)	(7.453)	-	(948.902)
	-	181.177.005	352.698.344	521.334	25.515.635	11.136.675	-	571.048.991
	24.287.679	70.087.321	146.095.834	53.377	1.938.709	14.101.562	3.298.807	259.863.291

Os abates registados na rubrica de "Equipamento Básico" e "Equipamento Administrativo" no montante de 8.274.031 euros são referentes ao abate de 1 unidade tripla, em consequência de um acidente no dia 29 julho, estando à data o processo em fase de inquérito.

Os aumentos na rubrica de ativos fixos tangíveis em curso, referem-se, essencialmente, à aquisição à Ferconsult, S.A. do piso 0 da Avenida Barbosa du Bocage, no montante de 1.995.000 euros, a qual teve por base uma avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente com referência a 31 de dezembro de 2014.

No decurso do exercício de 2014 a empresa mandou avaliar diversos imóveis, resultando uma imparidade dos mesmos no montante de 4.717.143 euros, a qual foi registada na demonstração de resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)".

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa capitalizou encargos financeiros, relacionados com empréstimos contraídos para financiar ativos em fase de construção e gastos departamentais, conforme segue:

Gastos capitalizados	2014	2013
Gastos de empréstimos	-	404
	-	404

As amortizações do exercício, no montante de 26.973.406 euros (27.838.892 euros em 2013), foram registadas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" na demonstração de resultados.

7. Locações

Locações financeiras

Conforme referido na Nota 3.5. a Empresa regista no seu ativo fixo tangível (Nota 6) os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 55 unidades triplas de tração e uma viatura ligeira registados na rubrica de "Ativos fixos tangíveis – equipamento básico" e "Ativos fixos tangíveis – equipamento transporte", respetivamente.

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são detalhados conforme se segue:

Locações Financeiras - Bens	2014		2013	
	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento básico	299.632.078	185.314.074	114.318.004	127.332.698
Equipamento de transporte	77.399	77.399	-	4.458
	299.709.477	185.391.473	114.318.004	127.337.156

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, venceram juros anuais que se situam entre -3,6796% e 3,0861%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

Locações Financeiras	Capital em dívida (Nota 18)	
	2014	2013
Até 1 ano	16.932.255	9.024.101
Entre 1 ano e 5 anos	29.927.430	42.731.314
A mais de 5 anos	-	7.630.671
	46.859.685	59.386.086

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2014 a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. (Nota 9) não reconhecidas no balanço (Nota 3.5) no montante de 219.035.255 euros (Nota 17).

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

Locações Operacionais	Pagamentos mínimos	
	2014	2013
Até 1 ano	7.125.473	7.179.113
Entre 1 ano e 5 anos	31.665.755	31.654.789
A mais de 5 anos	180.244.028	188.507.045
	219.035.255	227.340.947

8. Propriedades de Investimento

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi como segue:

31 de dezembro de 2014					
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3.555.595	1.425.003	1.739.610	390.982	390.982
	3.555.595	1.425.003	1.739.610	390.982	390.982

31 de dezembro de 2013					
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3.555.595	1.353.869	1.772.999	428.728	428.728
	3.555.595	1.353.869	1.772.999	428.728	428.728

As propriedades de investimento detidas pela Empresa referem-se a 35 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede, os quais se encontram a ser amortizados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado pelo diferencial entre os cash-flows previstos das rendas dos contratos de locação celebrados, conforme referido na Nota 3.6, e os custos estimados (nomeadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis e gastos com condomínio e manutenção) até ao final dos referidos contratos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

31 de dezembro de 2014				
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	24.753	16.372	71.134	(62.753)
	24.753	16.372	71.134	(62.753)

31 de dezembro de 2013				
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	22.925	14.426	71.134	(62.635)
	22.925	14.426	71.134	(62.635)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Empresa procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 33.389 euros, a qual foi registada na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)" na demonstração dos resultados.

As amortizações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, no montante de 71.134 euros, foram registadas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização".

9. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e em outras empresas:

2014										
	Sede	% detida	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
Subsidiárias:										
Ferconsult, S.A.	Lisboa	100,00%	8.455.942	5.519.055	2.936.887	8.028.033	(1.554.212)	(1.554.212)	(1.554.212)	2.936.887 a)
Metrocom, S.A.	Lisboa	100,00%	2.967.511	877.969	2.089.542	2.504.515	220.205	220.205	220.205	2.089.542 a)
Empresas associadas:										
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	2.051.094	2.052.693	(1.598)	1.896.754	1.166	466	466	-
Enstrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.:E	Lisboa	5,00%	3.937.017	3.858.142	78.775	5.497.223	78.775	3.939	3.939	3.939
Total de investimento em subsidiárias e associadas										5.030.368
Investimento noutras empresas:										
Otis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	2.575.215	1.499.315	1.075.900	3.984.319	296.068	42.293	42.293	153.720
TREM, A.C.E.	Lisboa	90,00%	3.763.935 b)	67.162.956	(13.399.021) b)	2.589.484	(1.097.755) b)	(987.980)	(987.980)	- a)
TREM II, A.C.E.	Lisboa	0,01%	13.376.786 b)	152.061.519	(26.170.844) b)	5.091.897	(2.672.524) b)	(241)	(241)	- a)
Total de investimento noutras empresas										153.720
Total										5.184.088

- a) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.
b) Montantes corrigidos com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.
c) A Empresa controla directa e indirectamente, 100% do capital desta empresa.

2013										
	Sede	% detida	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
Subsidiárias:										
Ferconsult, S.A.	Lisboa	100,00%	10.698.003	6.206.904	4.491.099	6.687.002	121.488	121.488	121.488	4.491.099 b)
Metrocom, S.A.	Lisboa	100,00%	2.830.322	960.986	1.869.337	2.570.108	337.702	337.702	337.702	1.869.337 b)
Empresas associadas:										
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	2.884.907	2.887.671	(2.764)	1.842.904	103	41	41	469
Enstrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.:E	Lisboa	5,00%	5.159.755	5.150.377	9.378	7.278.533	9.378	469	469	469
Total de investimento em subsidiárias e associadas										6.360.905
Investimento noutras empresas:										
Edel - Empresa Editorial, Lda	Lisboa	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	20 a)
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	16,00%	75.805.477	87.156.402	(11.350.891)	4.865.888	60.265	9.642	9.642	19.143.134
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	179.750
Otis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	2.683.601	1.425.289	1.258.312	4.541.006	678.480	96.921	96.921	179.750
TREM, A.C.E.	Lisboa	0,01%	4.782.878 d)	69.992.068	(11.875.856) d)	2.547.293	(1.173.613) d)	(106)	(106)	b)
TREM II, A.C.E.	Lisboa	0,01%	22.209.014 d)	157.642.186	(23.076.987) d)	5.024.680	(2.812.678) d)	(253)	(253)	b)
Total de investimento noutras empresas										19.322.904
Total										25.683.810

- a) Informação financeira não auditada em 31 de Dezembro de 2013.
b) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.
c) Informação não disponível.
d) Montantes corrigidos com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

A participação financeira detida pela Empresa na subsidiária Ferconsult, S.A. encontra-se em 31 de dezembro de 2014 registada pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, registado uma perda no decurso do exercício de 2014 no montante de 1.554.212 euros que foi reconhecido na demonstração dos resultados na rubrica "Ganhos/perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos".

No decurso do exercício de 2014 Empresa alienou a sua participação na GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., conforme despacho da Direção Geral de Tesouro e Finanças, pelo valor de 1 euro (Nota 29). A participação que a Empresa detinha na GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. encontrava-se registada por valor nulo, sendo que no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Empresa reconheceu na demonstração dos resultados uma provisão no montante de 1.816.143 euros correspondente à sua parte nas perdas acumuladas apuradas por esta participada no exercício e em exercícios anteriores, sendo que, adicionalmente, a Empresa tinha concedido suprimentos no montante de 19.143.134 euros, para os quais a Empresa não registou qualquer imparidade. Em resultado da alienação, a Empresa reconheceu uma perda líquida, em 2014, na rubrica de "Ganhos/perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos" pelo montante de 17.326.990 euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e decorrente da decisão tomada em Assembleia Geral do TREM, S.A. ("TREM") em 23 de dezembro de 2014, foi aceite a exoneração do Banco Santander e da Caixa Geral de Depósitos como agrupados do TREM, no qual detinham cada um, uma participação de 49,9950%. Em resultado desta decisão, e tal como previsto nos estatutos do TREM, a Empresa que detinha anteriormente, 0,0090% passou a deter 90% do capital, e a Ferconsult (empresa detida a 100% pela Empresa) que detinha anteriormente 0,0010% passou a deter 10% do capital, sendo que da saída dos anteriores agrupados não resultou o pagamento ou recebimento de qualquer montante, quer pela Empresa quer pela Ferconsult.

Consequentemente, por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa que as perdas apuradas pelo TREM em 31 de dezembro de 2014 não se reverterão no futuro e que é responsabilidade da Empresa satisfazer os compromissos assumidos pelo TREM, foi reconhecida com referência àquela data uma provisão pelo montante de 13.399.021 euros (Nota 17), que corresponde a 100% do capital próprio negativo apresentado pelo TREM em 31 de dezembro de 2014 (ajustado pelos ajustamentos de consolidação), dos quais 13.394.217 euros foram reconhecidos no decurso do exercício de 2014 da seguinte forma: (i) o montante de 11.875.855 euros foi reconhecido por contrapartida da rubrica de "Resultados transitados" pelo facto do Conselho de Administração da Empresa ter concluído, pelos factos ocorridos em 2014, que a exoneração daqueles agrupados e os efeitos daí decorrentes já deveriam ter sido reconhecidos em exercícios anteriores; e (ii) o montante de 1.518.362 euros, correspondente ao resultado líquido apurado em 2014 pela subsidiária (ajustado pelos ajustamentos de consolidação) foi reconhecido por contrapartida da rubrica de "Ganhos/perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos" na demonstração dos resultados, por sua vez, o montante de 4.804 euros havia sido reconhecido em exercícios anteriores.

Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa concedeu suprimentos à GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., no montante de 5.092.660 euros, sendo que em 31 de dezembro de 2013, o montante total concedido a título de suprimentos ascende a 19.143.134 euros. A Empresa não reconheceu qualquer perda por imparidade relativa a este montante, por ser entendimento do Conselho de Administração que os mesmos serão realizáveis no futuro.

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pela Empresa no decurso do exercício de 2014 e 2013 foi como segue:

	2014		
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	6.540.676	19.143.134	25.683.810
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(1.287.765)	-	(1.287.765)
Dividendos	(68.823)	-	(68.823)
Reduções de suprimentos - GIL	-	(19.143.134)	(19.143.134)
Saldo final	5.184.088	-	5.184.088
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	-	-
Saldo final	-	-	-
Ativo líquido	5.184.088	-	5.184.088

	2013		
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	6.094.435	14.050.474	20.144.909
Aplicação do método da equivalência patrimonial	556.580	-	556.580
Dividendos	(39.655)	-	(39.655)
Aumentos de suprimentos - GIL	-	5.092.660	5.092.660
Outras variações	(70.684)	-	(70.684)
Saldo final	6.540.676	19.143.134	25.683.810
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	(313.493)	-	(313.493)
Reclassificação para a rubrica de "Provisões"	313.493	-	313.493
Ativo líquido	6.540.676	19.143.134	25.683.810

10. Derivados

O saldo das rubricas de "Derivados" em 31 de dezembro de 2014 e 2013 corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado pelos bancos contratados, e detalham-se como segue:

Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Justo valor ("JV") (contraparte)		Variação	Justo valor ("JV") (contraparte)	
						31.12.2014			31.12.2013	
						Activo	Passivo		Activo	Passivo
DB EXPORT/97	BST	26-02-2003	15-06-2003	30-12-2015	18.946.700	-	(443.914)	533.566	-	(977.480)
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22-09-2005	01-07-2005	01-01-2019	43.846.560	-	(32.359.608)	10.871.515 (*)	-	(43.231.123)
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16-07-2009	01-07-2009	01-01-2019	21.923.280	3.678.000	-	406.813	3.271.187	-
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06-06-2005	23-09-2005	23-09-2022	79.850.569	-	(165.906.491)	599.854 (*)	-	(166.506.345)
					164.567.109	3.678.000	(198.710.014)	12.411.747	3.271.187	(210.714.948)

(*) Encontram-se valorizados de acordo com a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP.

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2014, efetuada pelo IGCP e considerando determinadas assunções e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pela Empresa, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 5.7), seria como segue:

2014	+1%	-1%
Justo Valor	21.466.653	(62.675.519)
	21.466.653	(62.675.519)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa liquidou 9 contratos de swap tendo pago o montante de 15.422.250 euros. O ganho resultante da liquidação destes contratos, cujo montante ascendeu a 24.527.071 euros, que corresponde à diferença entre o valor pago e o "marked-to-market" determinado pela contraparte com quem os mesmos foram contratados com referência a 31 de dezembro de 2012, foi registado na rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" (Nota 29) e a perda no montante de 9.104.821 euros foi registada na rubrica de "Outros gastos e perdas" (Nota 30).

O detalhe dos contratos de swap liquidados detalha-se como segue:

Financiamento base	Tipologia	Despacho	Entidade bancária	Tipo de Instrumento	Maturidade	Notional (original)	Data cancelamento	Valor líquido pago	"Marked-to-market" (Contraparte)	Variação
TREM I	ML	660/13-SET	Crédit Suisse	Index linked + Inflation Floor + (EUR10Y- EUR2Y) Digital + (EUR 20Y Ia - EUR 10Y Ia) Leveraged Floor	20-Mar-20	80.222.338	08-04-2013	(1.300.000)	(877.164)	422.836
	ML	660/13-SET	Crédit Suisse	Index linked + Inflation Floor + (EUR10Y- EUR2Y) Digital + (EUR 20Y Ia - EUR 10Y Ia) Leveraged Floor	21-Set-24	88.007.484	08-04-2013	(3.000.000)	(1.674.198)	1.325.802
GOLDMAN SCHUKDESCHEN	ML	1007/13-SET	Goldman Sachs	Bullet Swap	21-Jul-16	71.042.080	20-05-2013	8.112.044	14.430.951	6.318.907
	ML	1007/13-SET	Goldman Sachs	Bullet Swap	24-Jul-16	50.000.000	20-05-2013	5.792.784	10.278.688	4.485.904
	ML	1161/13-SET	JP Morgan	Snawball, Overlay	01-Jan-19	34.769.094	13-06-2013	3.066.515	4.685.342	1.618.827
DEUTSCHE SCHUKDESCHEN	ML	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla (Restructured)	23-Set-22	90.036.707	13-06-2013	7.361.246	10.590.719	3.229.473
	ML	1234/13-SET	Deutsche	Range	18-Ago-16	25.500.000	28-06-2013	(1.243.210)	(5.117.906)	(3.874.696)
	ML	1234/13-SET	Deutsche	Swap & Short cap	18-Ago-14	150.000.000	28-06-2013	(3.561.611)	(1.943.975)	1.617.636
	ML	1234/13-SET	Deutsche	Swap & Short cap	18-Ago-16	2.450.000	28-06-2013	194.482	886.918	692.436
								15.422.250	31.259.376	15.837.126

11. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 na rubrica "Outros ativos financeiros - não corrente" inclui: (i) o montante de 27.530.523 euros relativo a um colateral que a Empresa teve de conceder em abril de 2009, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, no âmbito do contrato de locação operacional celebrado para a aquisição das 24 UT, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do "rating" atribuído à Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 9.636 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor"; e (ii) o montante de 22.559.473 euros relativo a um colateral que a Empresa constituiu em 2013, em obrigações americanas com a Wilmington Trust em consequência do "downgrade" do rating da Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 1.197.492 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor".

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Inventários	2014			2013		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consu						
Materiais	2.409.930	(299.936)	2.109.994	1.144.973	(405.000)	739.973
Ferramentas	17.588	-	17.588	18.732	-	18.732
Produtos de limpeza	39.015	-	39.015	41.216	-	41.216
Combustíveis	38.553	-	38.553	37.025	-	37.025
Títulos de transporte	-	-	-	433.525	-	433.525
Outros materiais	255.836	-	255.836	298.571	-	298.571
Artigos promocionais/publicações	21.203	-	21.203	-	-	-
	2.782.126	(299.936)	2.482.190	1.974.041	(405.000)	1.569.041

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

Custo das mercadorias vendidas	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	
	2014	2013
Saldo inicial	1.974.041	1.602.617
Compras	2.584.879	2.208.435
Regularizações	862.764	313.452
Saldo final	2.782.126	1.974.041
	2.639.558	2.150.462

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

Perdas por Imparidade - Inventários	2014			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	405.000	-	105.064	299.936
	405.000	-	105.064	299.936

Perdas por Imparidade - Inventários	2013			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	380.000	25.000	-	405.000
	380.000	25.000	-	405.000

Os aumentos/reversões das perdas por imparidade de inventários dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram registados na rubrica de "Imparidade de inventários - (perdas/reversões)" na demonstração dos resultados.

13. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

Clientes e Outras contas a receber	2014		2013			
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:						
Outras contas a receber	-	-	-	10.502.602	-	10.502.602
	-	-	-	10.502.602	-	10.502.602
Correntes:						
Clientes	3.166.955	(421)	3.166.534	4.343.036	(421)	4.342.615
Outras contas a receber	16.909.360	(4.382.808)	12.526.552	22.438.021	(4.382.808)	18.055.213
	20.076.315	(4.383.229)	15.693.086	26.781.057	(4.383.229)	22.397.828
	20.076.315	(4.383.229)	15.693.086	37.283.659	(4.383.229)	32.900.430

O detalhe das contas a receber e a repartição entre corrente e não corrente é como segue:

Clientes	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Simtejo	59.624	-	59.624	-
Ar Telecom	463.383	-	463.383	-
Associação Turismo de Lisboa	41.221	-	84.596	-
Direcção Geral de Transportes Terrestres	23.644	-	23.644	-
Tmn - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	-	-	262.958	-
Refer	1.045	-	1.045	-
Soflusa - Soc. Fluvial Transportes	36.697	-	2.023	-
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 32)	1.437.506	-	2.666.854	-
Meo - Serv. Comun. Multimédia, SA	140.425	-	-	-
Outros	963.411	-	863.505	-
	3.166.955		4.343.036	
Imparidade de contas a receber	(421)	-	(421)	-
	3.166.534		4.342.615	

Outros devedores	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Parque Expo' 98	7.980.766	-	7.980.766	-
Transtejo	98.420	-	3.157.679	10.502.602
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	731.832	-	747.716	-
Câmara Municipal do Barreiro	3.082.811	-	3.101.278	-
Câmara Municipal de Lisboa	430.387	-	437.240	-
Rodoviária de Lisboa	34.222	-	76.782	-
Refer	24.139	-	114.414	-
Receitas de tráfego	1.965.733	-	2.317.465	-
Pessoal	359.488	-	584.270	-
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 32)	478.149	-	312.721	-
Outros	1.723.424	-	3.607.690	-
	16.909.370		22.438.021	10.502.602
Imparidade de outras contas a receber	(4.382.808)	-	(4.382.808)	-
	12.526.562		18.055.213	10.502.602
	15.693.096		22.397.827	10.502.602

Em 17 de agosto de 1994, a Empresa celebrou um protocolo de acordo com a Parque Expo'98, S.A. ("Parque Expo'98") no qual ficou determinada uma compensação a receber pela Empresa pela antecipação da construção e exploração da linha Vermelha e respetivas estações Alameda – Expo. A compensação no montante total de 9.975.957 euros seria paga pela Parque Expo'98 durante os anos de 1995 a 1998 nos montantes de 1.995.191 euros, 2.493.990 euros, 2.493.990 euros, e 2.992.787 euros, respetivamente. Em resultado deste protocolo de acordo, a Empresa registou uma conta a receber e um rendimento a reconhecer no montante de 9.975.957 euros. Até 31 de dezembro de 2014, da compensação total a Empresa recebeu o valor de 1.995.191 euros relativo a parcela de 1995, tendo registado naquela data na rubrica de "Outros contas a receber" o montante de 7.980.766 euros.

Em 1998, com a conclusão das obras de construção e início de exploração da linha Vermelha e respetivas estações, a Empresa decidiu dar início ao reconhecimento do rendimento a reconhecer relacionado com a compensação atribuída, durante o período compreendido entre maio de 1998 (data em que a linha passou a funcionar) e 2003 (data em que a Empresa concluiria a construção e daria início a exploração desta linha).

Em 29 de setembro de 1995 foi celebrado um Protocolo de Acordo entre a Empresa, a Parque Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual ficou definido que a Empresa pagaria a Parque Expo'98 a importância de 7.082.930 euros a título de expropriação da área indispensável a implementação e construção da estação de metro Oriente, não tendo sido definido um prazo ou plano para o seu pagamento. Em resultado deste protocolo a Empresa capitalizou nos encargos com a construção da linha Vermelha Alameda/Oriente e respetivas estações o montante de 7.082.930 euros e registou uma conta a pagar na rubrica de "Outras contas a pagar", pelo mesmo montante (Nota 23).

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a Empresa celebrou um protocolo com a Transtejo, tendo em vista a transferência para aquela entidade, do montante de 14.502.602 euros relativo a obras efetuadas por conta daquela entidade no terminal fluvial do Cais do Sodré.

No decurso do exercício findo a 31 de dezembro de 2014, a Empresa celebrou um acordo de Dação em Cumprimento com o Estado Português e a Transtejo, do qual resultou a liquidação da totalidade da dívida pela Transtejo referente ao terminal fluvial do Cais dos Sodré, a qual em 31 de dezembro de 2013 ascendia a 10.502.002 euros.

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2014 e 2013 foi como segue:

Imparidades	2014			2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
De dívidas a receber de clientes	421			421	421			421
De outras contas a receber	4.382.808			4.382.808	4.382.808			4.382.808
	4.383.229	-	-	4.383.229	4.383.229	-	-	4.383.229

14. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Diferimentos activos	2014	2013
Seguros	-	8.115
Encargos com contratos de leasing	1.445.487	1.730.816
Trabalhos por conta de terceiros	54.651.573	55.707.366
Outros	252.027	245.050
	56.349.086	57.691.346

A rubrica "Diferimentos ativos – encargos com contratos de leasing", no montante de 1.445.487 euros, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

A rubrica "Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros" inclui, os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado relativamente às quais o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um de protocolo para regularização da situação.

15. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2014 o capital da Empresa, subscrito e realizado cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a 1.628.862.756 euros, é detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi efetuado um aumento de capital no montante de 549.683.716 euros, do qual: (i) 211.326.846 euros foram subscritos e realizados em dinheiro; (ii) 315.628.462 euros por conversão de dívida em capital (inclui o montante de 186.462.360 euros de financiamentos efetuados ao ILD (Nota 5.6) e o montante de 129.202.102 euros de financiamentos concedidos à Empresa (Nota 18); (iii) 13.537.361 euros por conversão de juros a liquidar relativos aos empréstimos referidos acima; e (iv) 16.152.430 euros decorrente do Acordo de Dação em Cumprimento celebrado entre o Estado Português, a Transtejo e a Empresa.

O resultado líquido negativo dos exercícios findos entre 31 de dezembro de 2012 e 2013, foram transferidos para a rubrica de "Resultados transitados" nos exercícios subsequentes, apesar das demonstrações financeiras dos exercícios findos naquelas datas não terem ainda sido objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

16. Subsídios do Governo

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios não afetos aos ILD:

2014					
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rédito do período	Rédito acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	8.263.221	2.679.659
FEDER-QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	40.195.911	14.332.463
	65.471.254	65.471.254	2.906.231	48.459.132	17.012.122

2013					
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rédito do período	Rédito acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	7.768.383	3.174.497
FEDER-QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	37.784.518	16.743.856
	65.471.254	65.471.254	2.906.232	45.552.901	19.918.353

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT, série complementar de 10 UT e PMO III.

17. Provisões e passivos contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

2014				
Provisões e Passivos contingentes	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	334.194	461.034	-	795.227
Juros a liquidar	10.999.739	30.394.346	-	41.394.085
Despesas com pessoal	142.971	-	-	142.971
	11.476.904	30.855.380	-	42.332.284
Outras provisões:				
Investimentos financeiros	1.819.593	-	1.816.143	3.450
Outras	15.705	13.394.217	8.788	13.401.133
	1.835.298	13.394.217	1.824.931	13.404.584
	13.312.202	44.249.596	1.824.931	55.736.867

2013				
Provisões e Passivos contingentes	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	100.007	334.192	100.005	334.194
Juros a liquidar	261.881	10.737.858	-	10.999.739
Despesas com pessoal	142.971	-	-	142.971
	504.859	11.072.050	100.005	11.476.904
Outras provisões:				
Investimentos financeiros	1.973	1.817.620	-	1.819.593
Outras	15.705	-	-	15.705
	17.678	1.817.620	-	1.835.298
	522.537	12.889.670	100.005	13.312.202

Em 31 de dezembro de 2014 a Empresa reconheceu na rubrica de "Provisões para riscos e encargos" o montante de 30.394.346 euros relativos aos juros vencidos e não pagos durante o ano de 2014 (10.737.858 euros em 31 de dezembro de 2013) à instituição financeira com quem foram contratados os dois instrumentos financeiros derivados associados, em consequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender os referidos pagamentos na sequência do processo que se encontra a decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado Português.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2014 o passivo vencido encontra-se refletido nas demonstrações financeiras, bem como, o montante das despesas que a Empresa irá incorrer com o processo caso o desfecho do mesmo lhe venha a ser favorável, cuja estimativa em 31 de dezembro de 2014 ascende a 545.226 euros e encontra-se refletida na rubrica de "Processos judiciais em curso".

O aumento registado na rubrica de "Outras provisões – outros" corresponde ao passivo reconhecido pela Empresa para fazer face às perdas acumuladas do TREM, o qual conforme referido na Nota 9, foi reconhecido no exercício de 2014 por contrapartida da rubrica de "Resultados transitados" na parte correspondente às perdas acumuladas pelo TREM com referência a 31 de dezembro de 2013 pelo montante de 11.875.855 euros e por contrapartida da rubrica de "Ganhos/perdas imputadas às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos" no montante de 1.518.362 euros (Nota 9).

A reversão verificada na rubrica de "Outras provisões – investimentos financeiros", no montante de 1.816.143 euros é relativa à provisão constituída pela Empresa em 31 de dezembro de 2013 para fazer face às perdas acumuladas naquele exercício e em exercícios anteriores, relativamente à participada GIL, conforme referido na Nota 9.

Handwritten marks: a large '2', a signature, and the letter 'A'.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2014, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 3.372.993 euros (2.078.851 euros em 31 de dezembro de 2013), os quais referem-se essencialmente, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras. Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2014 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço

a) Responsabilidades com saúde

A Empresa tem vindo a efetuar o pagamento de benefícios aos seus empregados ativos, relacionados com serviços de saúde e que lhes dá acesso a serviços médicos participados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram registados encargos de saúde no montante de 701.257 euros (Notas 3.15 e 28), correspondentes aos prémios do seguro de saúde pagos naquele exercício com ativos.

b) Compromissos com fornecedores de imobilizado

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa tinha assumido compromissos com fornecedores de imobilizado nos montantes de 46.859.685 e 59.386.085 euros (Nota 7 e 18), respetivamente. Estes compromissos relacionam-se basicamente com a expansão da rede. Adicionalmente, a Empresa assumiu também compromissos relacionados com dez contratos de locação operacional no montante de 219.035.255 euros (Nota 7).

18. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos afetos à atividade de exploração em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 detalha-se como segue:

Financiamentos	Entidade financiadora	2014			2013		
		Límite	Corrente	Não corrente	Límite	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:							
Empréstimos bancários:							
Emp. LP 100 M EUR	Goldman Sachs Bank	100.000.000	-	100.000.000	100.000.000	-	100.000.000
Emp. LP 50 M EUR	Goldman Sachs Bank	50.000.000	-	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000
Emp. CP/LP 50 M EUR	Deutsche Bank	50.000.000	-	-	50.000.000	50.000.000	-
Emp. LP 613,9 M EUR	D G T F 2011 (parte)	105.974.436	26.493.609	26.493.609	105.974.436	26.493.609	52.987.218
Emp. LP 648,6 M EUR	D G T F 2012 (parte)	410.833.969	102.708.492	205.416.984	410.833.969	102.708.492	308.125.476
Emp. LP 412,9 M EUR	D G T F 2013 (parte)	129.885.756	21.647.626	108.238.130	129.885.756	-	129.885.756
Total Empréstimos bancários			150.849.727	490.148.723		179.202.101	640.998.450
Locações financeiras:							
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export - Leasing						
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export - Leasing	13.383.727	13.383.727	-	18.946.700	5.562.973	13.383.727
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta	33.475.958	3.548.528	29.927.430	40.434.927	3.456.669	36.978.258
Emp. CP/LP M EUR	BMW Bank GmbH - Sucursal Portugal					4.458	
Total de Locações financeiras			16.932.255	29.927.430		9.024.101	50.361.984
Encargos financeiros			(7.107.200)			(11.348.761)	
Total instituições financeiras			160.674.782	520.076.153		176.877.441	691.360.435

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme referido na Nota 15, em consequência do despacho do Ministro das Finanças e Economia foi convertido em capital o montante de 129.202.102 euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 129.885.756 euros, estão associados a responsabilidades com a produção do transporte e cujo reembolso

será efetuado em 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a DGTf um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 410.833.969 euros, estão associados à gestão da Infraestrutura e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a DGTf um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 105.974.438 euros, estão associados à gestão da Infraestrutura e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2016	300.849.727
2017	124.356.118
2018	21.647.626
2019 e seguintes	43.295.252
	490.148.723

Em 29 de dezembro de 1995 e em 30 de dezembro de 1997, a Empresa celebrou com a DB EXPORT Leasing GmbH, dois contratos de *leasing*, relacionados com 17 e 14 unidades triplas de tração (UT), respetivamente. Em 31 de dezembro de 2014, as contas a pagar àquela entidade ascendiam a 13.383.727 euros.

Em 31 de dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 euros e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de janeiro de 1999. Em 31 de dezembro de 2014, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 33.475.958 euros.

Em 31 de dezembro de 2014 a Empresa utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tração, sendo que os compromissos assumidos com o pagamento de rendas de contratos de locação financeira é como segue:

2014	Corrente	Não corrente	Total
55 Unidades de tração (Nota 17)	16.932.255	29.927.430	46.859.685
	16.932.255	29.927.430	46.859.685

A parcela que classificada como não corrente tem o seguinte plano de reembolso:

Anos	Montante
2015	7.238.201
2016	7.430.547
2017	7.628.011
2018	7.630.670
	29.927.430

As rendas de locação financeira, vencem juros a taxas anuais que se situam entre -3,6796% e 3,0861%.

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, venceram juros anuais que se situam entre -3,6796% e 3,0861%.

A Empresa tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.



O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

De acordo com o orçamento da Empresa para 2015 aprovado pela Assembleia da República Portuguesa e considerado no orçamento de Estado para 2015, encontra-se previsto: (i) o recebimento de um empréstimo da DGTF no montante de 189.272.225 euros, com o propósito de proceder à liquidação dos juros que se irão vencer no decurso do exercício de 2015 e efetuar o reembolso de empréstimos contratados junto de entidades bancárias, estando previsto que este montante seja convertido num aumento de capital o qual à data de aprovação destas demonstrações financeiras já se encontra parcialmente concretizado, através do aumento de capital no montante de 29.000.000 euros (Nota 35); e (ii) a conversão de financiamentos concedidos pela DGTF em aumentos de capital no montante de 410.758.820 euros (Nota 35).

Em 31 de dezembro de 2014 os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

CONTRATO	Montante em Divida a 31.12.2014 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM/NÃO)	PARI PASSU (SIM / NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM / NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM / NÃO)	GROSS UP (SIM/NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMP. COSTO DO SELLO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 10 de Julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	100.000.000	10 de Julho 2016	SIM	SIM	Sim- Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Negative Pledge em termos semelhantes aos constantes do Anexo C infra / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 22 de Julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	50.000.000	24 de Julho de 2016	SIM	SIM	Sim- Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Negative Pledge em termos semelhantes aos constantes do Anexo C infra / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa

Anexo A - Cláusula 11.7. Enquanto as obrigações para si decorrentes do presente Contrato não se encontrarem integralmente satisfeitas, não dar em garantia ou por outra forma onerar quaisquer bens, com excepção das infra estruturas de longa duração (ILD's), que constam ou venham a constar do seu activo, desde que tal afecte significativamente o património da Mutuária ou a sua capacidade de cumprir com as obrigações decorrentes deste Contrato, excepto:

- a) Garantias constituídas com o acordo prévio, dado por escrito, do Banco, a qual deverá ser prestada no prazo de 5 dias úteis a contar da data da respectiva comunicação;
- b) Garantias prestadas no âmbito de operações de locação sobre material circulante, desde que essas garantias sejam constituídas a favor das entidades financiadoras dessas operações e garantam apenas o montante disponibilizado por essas entidades com vista ao financiamento das referidas operações;
- c) Garantias constituídas por exigência legal ou estatutária ou em virtude de regulamento ou licença relacionados com a actividade da Mutuária;
- d) Cessões de créditos de auxílios comunitários relacionados com projectos de investimento desenvolvidos pela Mutuária, desde que a referida cessão seja realizada a favor das entidades financiadoras desses projectos antes da concessão dos referidos auxílios e garanta apenas os montantes disponibilizados pelas referidas entidades financiadoras;
- e) Garantias constituídas sobre títulos de propriedade, apólices de seguro ou contratos de compra e venda relativos a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros constituídas no exercício da actividade comercial da Mutuária para garantir o preço de compra dos referidos bens;
- f) Qualquer garantia que seja constituída para substituir uma garantia existente previamente à data da celebração do presente Contrato ou para substituir qualquer uma das garantias permitidas nas termos da presente cláusula;
- g) Qualquer garantia que resulte de um direito de retenção relativo a qualquer bem ou activo adquirido pela ou fornecido à Mutuária no âmbito da sua actividade comercial regular;
- h) Garantias constituídas no âmbito de ou que resultem das operações referidas na alínea b).

Cláusula 11.8. Não vender, ceder ou por qualquer outro meio transmitir qualquer dos seus Activos, com excepção das Infra-estruturas de longa duração (ILD's), sem o consentimento prévio do Banco. Esta proibição não se aplica a qualquer venda, cessão, transmissão ou qualquer outra forma de disposição, se:

- a) Relativa a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros e efectuada no exercício de actividade comercial da Mutuária ou por exigência legal ou estatutária ou em virtude de regulamento ou licença relacionadas com a referida actividade;
- b) Constituir numa troca por outros Activos comparáveis ou superiores em tipo, valor e qualidade ou se a contrapartida auferida corresponder ao respectivo valor de mercado;
- c) For efectuada no âmbito de operações de locação estruturada e/ou de *sale and leaseback*, a favor das entidades financiadoras dessas operações com vista ao financiamento dos Activos em curso;
- d) O somatório do correspondente valor de mercado ou da contrapartida recebida, consoante o mais alto, e do valor de mercado ou da contrapartida recebida, consoante o mais alto, de qualquer outra venda, aluguer, transmissão ou outra forma de disposição (sem contar com as operações permitidas nas alíneas anteriores) não exceder em qualquer exercício o montante de 15.000.000 EUR (quinze milhões de euros).

Anexo B - A sociedade poderá, no entanto, sobre os bens móveis ou imóveis que constituem ou venham a constituir o seu activo, e sem prejuízo das obrigações identificadas no número um da presente cláusula, prestar:

- (i) Garantias com o acordo prévio, dado por escrito, do Banco, o qual deverá ser prestado no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da respectiva comunicação;
- (ii) Garantias no âmbito de operações de locação sobre material circulante, desde que essas garantias sejam constituídas a favor de entidades financiadoras dessas operações e garantam apenas o montante disponibilizado por essas entidades com vista ao financiamento das referidas operações bem como garantias conexas com aquelas obrigações que sejam exigidas como obrigações das Sociedades pelas entidades financiadoras daquelas operações;
- (iii) Garantias por exigência legal ou estatutária ou em virtude de instruções imperativas do Governo/Tutela no âmbito da actividade exercida pela Sociedade;
- (iv) Cessões de créditos de auxílios comunitários relacionados com projectos de investimento desenvolvidos pela Sociedade, desde que a referida cessão seja realizada a favor das entidades financiadoras desses projectos antes da concessão dos referidos auxílios e garanta apenas os montantes disponibilizados pelas referidas entidades financiadoras;
- (v) Garantias sobre títulos de propriedade, apólices de seguro ou contratos de compra e venda relativos a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros constituídas no exercício da actividade comercial da Sociedade para garantir o preço de compra dos referidos bens;
- (vi) Qualquer garantia que seja constituída para substituir uma garantia existente previamente à data de celebração do presente Contrato ou para substituir qualquer uma das garantias permitidas nos termos da presente cláusula;
- (vii) Qualquer garantia que vise obstar ao exercício de um direito de retenção relativo a qualquer bem ou activo adquirido pela ou fornecido à Sociedade no âmbito da sua actividade comercial regular.

O "downgrade" do rating da Empresa bem como de um banco internacional emissor de uma carta de crédito, colocaram o Metropolitano numa situação de incumprimento das cláusulas contratuais relativas às garantias das operações de "US Cross Border Lease", respeitantes ao financiamento do material circulante. Decorrente desta situação a Empresa no decurso no exercício de 2014 tinha concedido um colateral no montante de 22.559.473 euros (Nota 11).



19. Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

Conforme mencionado na nota 3.15, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2014, o número de empregados ativos e reformados /pensionistas ascendia a 1.050 e 1.412, respectivamente (1.068 e 1.425 em 31 de dezembro de 2013).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos de pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido a data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2014	2013
Trabalhadores activos	61.053.296	50.459.418
Reformados	186.048.877	166.527.727
	247.102.172	216.987.145

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2014 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Projected Unit Credit	2014	2013
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV73/77-1	TV73/77-1
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	2,00%	3,50%
Taxa de Crescimento Salarial 2015 e 2016	0,00%	
Taxa de Atualização Prestação PRT 2015 e 2016	0,00%	
Taxa de Atualização Prestação PRT após 2016	1,50%	
Taxa de Crescimento Salarial após os 55 anos		1,50%
Taxa de desconto	2,00%	3,50%
Taxa média anual de crescimento de pensões	0,00%	0,00%
Taxa média anual de actualização até à idade normal de reforma das prestações de pré-reforma	1,50%	1,50%

Com referência a 31 de dezembro de 2014, na quantificação das responsabilidades com benefícios pós-emprego foi tida em consideração: (i) a alteração introduzida pelo Orçamento de Estado de 2014, no que se refere à suspensão de pagamentos de complementos de reformas para as empresas públicas que apresentem prejuízos; e (ii) a alteração da idade de reforma de 65 para os 66 anos (em 2014 e 2015), sendo que após 2015 a idade normal de reforma varia em função da esperança média de vida aos 65 anos de idade conforme art.º 20º do Decreto-Lei n.º 167-E/2013.

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2014 e 2013 foi como se segue:

	2014	2013
Responsabilidades totais no início do período	216.987.145	262.739.100
Custos dos serviços correntes	2.383.411	2.302.813
Custo dos juros	7.594.550	9.852.716
Benefícios pagos no exercício	(279.486)	(13.563.235)
Ganhos / perdas atuariais do exercício	20.416.552	(44.344.250)
Responsabilidades totais no fim do período	247.102.172	216.987.145

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2014, nos montantes de 2.383.411 euros e 7.594.550 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos com o pessoal".

A redução verificada no exercício findo a 31 de dezembro de 2014, na rubrica de "Benefícios pagos no exercício" resultou da suspensão de complementos às pensões impostas pela Lei n.º 83-C/2013 do Orçamento de Estado 2014. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de 20.416.552 euros e (44.344.250) euros, respetivamente, relativo a ganhos/perdas atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de "Resultados transitados", conforme descrito na sua política contabilística (Nota 3.15).

Em 31 de dezembro de 2014, as perdas atuariais resultam, essencialmente, da alteração da taxa de desconto de 3,5% para 2%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as responsabilidades relativas ao pagamento de complementos de pensões no montante de 247.102.172 euros, encontram-se registadas no passivo na rubrica "Responsabilidades por benefícios pós emprego".

Em 31 de dezembro de 2014 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

20. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" em 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalha-se como segue:

Fornecedores	2014	2013
Companhia Carris de Ferro	11.262	64.378
Edp Comercial	761.779	840.714
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	24.600	29.021
Emel	-	1.170
Empresas do Grupo (Nota 32)	52.468	461.039
Eurest, S.A.	378	1.916
EPAL-Emp Portuguesa Aguas Livres,SA	18.841	6.613
Iberlin, S.A.	12.161	10.891
Optimus Comunicações, S.A.	-	1.720
Thyssenkrupp Elevadores, S.A.	-	42.818
Outros	488.980	155.986

21. Estado e outros entes públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos as taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2014		2013	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas:				
Pagamentos por conta	280.000	-	280.000	-
Estimativa de imposto	-	68.202	-	87.525
Retenções na fonte	1.626.411	-	2.103.321	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	821.597	-	1.082.278
Imposto sobre o valor acrescentado	4.025	97.663	1.255.287	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1.117.498	-	1.131.299
Outros Impostos	737.863	415.473	756.087	296.590
	2.648.299	2.520.432	4.394.694	2.597.692

Em 31 de dezembro de 2014, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e às contribuições para a Segurança Social, correspondem à retenção efetuada nos processamentos salariais de dezembro de 2014, os quais serão liquidados em janeiro de 2015.

22. Imposto sobre o rendimento

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2014 e em 2013 e detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	2014	2013
Imposto corrente	68.202	87.525
	68.202	87.525

Em consequência da alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, com efeitos a partir do exercício de 2012, a dedução de prejuízos fiscais a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75% e 70% do respetivo lucro tributável, em 2013 e 2014, respetivamente. Decorrente desta situação as autoridades tributárias poderão entender que os ajustamentos de transição para o SNC (reportados a 01 de Janeiro de 2010) no montante de, aproximadamente, 1.017.000.000 euros, poderiam ser relevantes para efeitos de cálculo do imposto sobre o rendimento do exercício.

É entendimento da Empresa que face à natureza dos ajustamentos de transição efetuados, os mesmos não deveriam concorrer para o apuramento do resultado tributável dos exercícios de 2013 e 2014, sendo assim intenção da Empresa solicitar às autoridades tributárias um pedido de informação vinculativa relativamente a este tema.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 613.179.594 euros e 706.933.656 euros, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas e conforme se segue:

Prejuízos fiscais	2014		2013	
	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização
Gerados em 2006				
Gerados em 2007				
Gerados em 2008			120.689.141	2014
Gerados em 2009	147.456.480	2015	147.456.480	2015
Gerados em 2010	155.633.266	2016	155.633.266	2016
Gerados em 2011	159.811.290	2017	159.811.290	2017
Gerados em 2012	90.695.009	2018	90.695.009	2018
Gerados em 2013	33.889.684	2019	32.648.471	2019
Gerados em 2014	25.693.866	2020		
	613.179.594		706.933.656	

23. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

Outras contas a pagar	2014	2013
Outros credores		
Parque Expo' 98 (Nota 13)	7.082.930	7.082.930
Pessoal	585.663	492.748
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais	6.404.787	7.198.543
Juros vincendos e não pagos	18.937.640	18.546.087
Credores por acréscimos de gastos	208.824	277.341
Fornecedores de investimentos	6.423.495	6.044.202
Outros	1.841.651	2.711.923
	41.484.990	42.353.773

O saldo da rubrica de “Credores por acréscimos de gastos” em 31 de dezembro de 2014 e 2013 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pela Empresa com investimentos realizados, relativamente aos quais à data do balanço ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.

O montante de 6.423.495 euros (6.044.200 euros 31 de dezembro 2013) relativo à rubrica de “Fornecedores de investimentos” respeita ao saldo a pagar a fornecedores, relativamente à aquisição de ativos fixos tangíveis, dos quais se destacam: (i) 1.300.017 euros a pagar à Câmara Municipal de Lisboa; (ii) 1.315.421 euros a pagar à CJC – Engenharia e Projetos; e (iii) 541.461 euros a pagar à Siemens.

24. Diferimentos passivos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos passivos	2014	2013
Leasings financeiros - mais valias diferidas	1.131.603	1.578.232
Receitas de tráfego	-	1.350.735
Rendimento de imóveis	358.681	2.035
	1.490.284	2.931.002

As mais-valias decorrentes dos contratos de *leasing* financeiro referentes às 14 UT e 24 UT encontram-se a ser diferidas pelos períodos de vigência dos mesmos (Nota 29).

25. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2014	2013
Vendas:		
Sucatas	24.488	90.937
Prestação de serviços:		
Receitas de tráfego	86.021.693	77.487.718
Serviços secundários	3.854.558	3.509.726
Outros	2	6
	89.900.742	81.088.387

O aumento verificado nas receitas em 2014 resulta, essencialmente, da atualização da chave de repartição entre operadores de transportes.

26. Subsídios à exploração

O detalhe dos subsídios à exploração recebidos pela Empresa em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

Subsídios à exploração	2014	2013
Indemnização compensatória	27.950.104	44.000.000
Passe 4_18	589.088	312.602
Passe Sub23	597.266	296.105
Paii-Programa Apoio Integrado a Idosos	20.690	305.482
Passe Social +	896.226	449.460
Outros recebimentos	4.825.000	
	34.878.374	45.363.649

Em 31 de dezembro de 2014 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, ascenderam a 29.627.110 euros (27.950.104 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2014 de 21 de agosto.

Em 31 de dezembro de 2013 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, ascenderam a 46.640.000 euros (44.000.000 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2013, de 4 de abril.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 foi ainda atribuída pelo Estado, uma compensação financeira, para o passe 4_18@escola.tp, e para o passe sub23@superior.tp no montante de 624.433 euros (589.088 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) e de 639.102 euros (597.266 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), respetivamente.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2014 foi atribuído pelo Estado uma compensação financeira no montante de 4.825.000 euros, para compensar a alteração à política remuneratória resultante da decisão do Tribunal Constitucional.

27. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2014	2013
Electricidade	7.593.732	8.148.655
Rendas e alugueres	7.948.785	7.918.023
Conservação e reparação	3.909.942	4.018.437
Limpeza, higiene e conforto	2.555.034	2.665.399
Vigilância e segurança	5.208.525	5.186.241
Trabalhos especializados	1.229.874	1.238.931
Outros	2.876.471	2.704.030
	31.322.364	31.879.716

A rubrica de "Rendas e alugueres" inclui, essencialmente, o montante de 7.904.947 euros relativo às rendas dos *leasings* operacionais (7.764.008 euros em 31 de dezembro de 2013). O aumento verificado face ao exercício de 2013 resulta do facto da componente variável que compõe a renda ter sofrido um acréscimo face ao exercício de 2013 em resultado do aumento da taxa de juro a que se encontra indexada esta renda.

28. Gastos com pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

Gastos com pessoal	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	149.968	187.688
Remunerações ao pessoal	44.533.047	46.425.805
Benefícios pós-emprego	279.486	12.595.465
Responsabilidades da empresa com pensões	9.977.961	12.155.529
Encargos sobre remunerações	10.196.978	10.007.051
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	622.095	575.435
Seguro de saúde (Nota 17)	701.257	730.688
Gastos de acção social	232.995	660.936
Outros	1.060.278	3.059.221
	67.754.065	86.397.818

A redução verificada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, na rubrica de "Remunerações ao pessoal" resultou, essencialmente, das medidas de contenção salarial impostas pela Lei n.º 83-C/2013 do Orçamento de Estado 2014.

A Empresa reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 as responsabilidades com pensões nesta rubrica, sendo a responsabilidade com os serviços correntes, no montante de 2.383.411 euros e o custo dos juros, no montante de 7.594.550 euros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número médio de trabalhadores foi de 1.439 e 1.490 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1.426 e 1.451 pessoas, respetivamente.

29. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme se segue:

Outros rendimentos e ganhos	2014	2013
Subsídio para investimentos (Nota 16)	2.906.231	2.906.231
Reconhecimento de mais-valias	446.629	446.629
Serviços sociais	1.289	150.738
Ganhos em inventários - sobras	4.341	181.581
Ganhos em SWAP (Nota 10)	-	24.527.071
Venda de energia	239.600	488.224
Juros de mora	1.496.073	-
Diferenças de câmbio	6.019.407	4.135
Rendas de imóveis (Nota 8)	24.753	22.925
Alienação - Investimento noutras empresas (Nota 9)	1	-
Outros	893.057	608.957
	12.031.380	29.336.492

O saldo da rubrica de "Reconhecimento de mais-valias" é relativo à amortização das mais-valias das 14 UT e 24 UT, cujo montante a 31 de dezembro de 2014 ascendeu 250.922 euros e 195.707 euros, respetivamente (Nota 24).

O saldo da rubrica de "Ganhos em Swap" reflete o diferencial entre o "marked-to-market" reportado a 31 de dezembro de 2012 e o montante pelo qual foi efetuado o cancelamento dos contratos de swap no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 10). As perdas apuradas com o cancelamento dos contratos de swap foram reconhecidas na rubrica de "Outros gastos e perdas" (Nota 30).

O saldo da rubrica de "Juros de mora" é relativo ao atraso de pagamento por parte da Transtejo, pela construção do Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

O saldo da rubrica "Diferenças de câmbio" é relativo à atualização de dois colaterais que a Empresa constitui em obrigações americanas (Nota 11).

30. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme se segue:

Outros gastos e perdas	2014	2013
Imposto municipal sobre imóveis	212.878	100.150
Quotizações	88.742	91.844
Perdas em inventários	206.095	55.912
Perdas em investimentos não financeiros	2.396.253	-
Perdas em SWAP (Nota 10)	-	9.104.821
Juros de mora	53.495	421.610
Outros	612.087	1.636.009
	3.569.549	11.410.347

O montante de 2.396.253 euros registado na rubrica de "Perdas em investimentos não financeiros" resulta dos abates de ativos fixos tangíveis efetuados no decurso do exercício (Nota 6).

O saldo da rubrica de "Perdas em Swap" reflete o diferencial entre o "marked-to-market" reportado a 31 de dezembro de 2012 e o montante pelo qual foi efetuado o cancelamento dos contratos de swap no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 10). Os ganhos apurados com o cancelamento dos contratos de swap foram reconhecidos na rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" (Nota 29).

A rubrica de "Juros de mora" em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respeita, essencialmente, a juros debitados pelos empreiteiros por atrasos no pagamento das faturas de investimento face ao que se encontrava contratualizado.

Handwritten signature and initials in blue ink.

31. Resultados financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados financeiros	2014	2013
Gastos e perdas:		
Juros suportados com financiamentos bancários	22.040.031	34.503.909
Loações financeiras	626.543	4.219.365
	22.666.574	38.723.274
Rendimentos de juros:		
Juros obtidos em aplicações financeiras	4.631	24.405
Outros	7.520.772	854.645
	7.525.403	879.050
Resultados financeiros	(15.141.171)	(37.844.224)

O montante de 626.543 euros, registado na rubrica de "Loações financeiras" respeita aos encargos financeiros suportados com os contratos de locação financeira celebrados pela Empresa (Nota 18).

32. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2014						
	Contas a receber				Contas a pagar		
	Cientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC - Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito liquido
Subsidiárias:							
Ferconsult, S.A.	-	-	79.675	388.968	-	538.037	(69.394)
Metrocom, S.A.	6.763	-	415.964	3.731	4.113	-	422.346
Associadas:							
Publimetro	1.389.299	-	-	-	-	-	1.389.299
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	85.450	-	96.915	(11.465)
Empreendimentos conjuntos:							
Otlis, A.C.E.	41.444	-	1.097	-	48.355	48.356	(54.170)
Empresas relacionadas:							
GIL, S.A.	-	-	-	-	-	-	-
	1.437.507	-	496.736	478.149	52.468	683.308	1.676.617

2013

Partes relacionadas	Contas a receber				Contas a pagar		
	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC - Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito líquido
Subsidiárias:							
Ferconsult, S.A.	-	-	79.675	223.540	-	194.379	108.836
Metrocom, S.A.	61.248	-	379.542	3.731	4.373	-	440.148
Associadas:							
Publimetro	2.281.624	-	-	-	-	-	2.281.624
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	85.450	-	97.384	(11.934)
Empreendimentos conjuntos:							
Otlis, A.C.E.	323.982	-	1.097	-	456.666	-	(131.587)
Empresas relacionadas:							
GIL, S.A.	-	19.143.134	-	-	-	-	19.143.134
	2.666.854	19.143.134	460.314	312.721	461.039	291.763	21.830.221

O saldo da rubrica "Outras contas a pagar", respeita aos saldos a pagar à Ferconsult em 31 de dezembro de 2014 e 2013, inclui o montante 43.037 euros e 194.379 euros, respetivamente, os quais encontram-se registadas na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração" (Nota 5.9).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2014

Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	1.792.836	11.199	83.626
Metrocom, S.A.	-	-	6.498	1.740.144
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	1.266.837
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	971.779	-	79.518	4.304.016
Empresas relacionadas:				
GIL, S.A.	-	-	303.981	-
	971.779	1.792.836	401.197	7.394.623

2013

Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	2.748.038	79.944	323.397
Metrocom, S.A.	-	-	8.411	1.189.829
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	1.141
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	120.011	8.040	1.271.139	2.881.903
Empresas relacionadas:				
GIL, S.A.	-	-	304.234	-
	120.011	2.756.079	1.663.727	4.396.270



33. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as garantias prestadas pela Empresa ascendiam a 60.139.747 euros e 61.157.244 euros, respetivamente, e estão essencialmente relacionadas com os contratos de financiamento e processos judiciais em curso.

O detalhe das responsabilidades assumidas pela Empresa relacionadas com garantias prestadas relativamente a processos judiciais em curso em 31 de dezembro de 2014, é como segue:

2014			
Entidade	Montante	Data Início	Beneficiário
Banco BPI	7.661	17-08-2011	Cm Lisboa
Banco BPI	13.087	30-03-2010	Edp - Serv.Universal, S.A.
Banco BPI	1.583	30-06-2010	Trib.Tribut.2ª.Inst.Lis
Banco BPI	95.482	11-05-2006	Finanças 4ºbairro Fiscal
Banco BPI	7.494	10-03-2006	Trib.Adm.F.Lx-2ªjuízo
Banco BPI	6.940	03-07-2006	Trib.Adm.F.Lx-2ªjuízo
Banco BPI	7.500	25-05-1994	Petrogal
	139.747		

34. Divulgações exigidas por diplomas legais

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 11.306 euros.

35. Acontecimentos após a data do balanço

Na sequência do despacho datado de 17 de fevereiro de 2015 e tendo por base os termos do n.º 2, do artigo 59º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 4º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, foi determinado aumentar o capital social da Empresa em 29.000.000 euros, a subscrever pelo Estado em numerário, até 20 de fevereiro de 2015 e a conversão de financiamentos concedidos pela DGTF em aumentos de capital no montante de 410.758.820 euros (Nota 35). À data da aprovação destas demonstrações financeiras o aumento de capital atrás referido encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo que foram alterados os estatutos em conformidade, passando o capital social da Empresa para 1.657.862.755,86 euros.

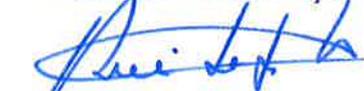
O Estado Português através da Resolução do Conselho de Ministros do dia 26 de fevereiro de 2015 lançou o concurso público internacional para a subconcessão dos serviços prestados pelo Metropolitano de Lisboa, no dia 23 de março de 2015.

O Técnico Oficial de Contas

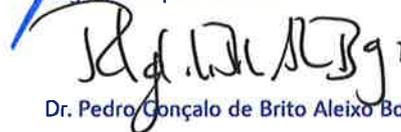


Dr. Carlos Emílio Ferreira Mota

O Conselho de Administração



Enq.º Rui Lopes Loureiro



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo



Dr. José Rui Roque

Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E. (ML)

EXERCÍCIO DE 2014 Contas individuais

1.Introdução

Cumprindo as funções que lhes estão consignadas na Lei e nos Estatutos da empresa, compete ao Conselho Fiscal (CF) da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., apreciar e emitir Parecer sobre o Relatório e Contas da responsabilidade do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o qual nos foi remetido por mail de 29 de abril de 2015.

Sendo a Metropolitano de Lisboa (ML) uma empresa pública, na qual estão envolvidos consideráveis recursos, importa reiterar que a sua gestão, sem perder de vista o serviço público de excelência que deve prestar, deve ser pautada por inequívocos critérios de rigor e transparência. Aliás, tal exigência decorre das disposições legais a que estão sujeitas estas empresas, devendo fundamentalmente a sua gestão ser enquadrada nas boas práticas de governo societário, consagrado no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Importa ainda referir, que no decurso do exercício agora em apreciação, a empresa observou também as orientações estatuídas, nomeadamente, as seguintes:

- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março – Estatuto do Gestor Público;
- RCM n.º 45/2011, de 13 de outubro, que definiu o plano estratégico para os transportes na qual foram definidos, para o sector, os princípios orientadores para o horizonte 2011-2015.

Saliente-se que a empresa é considerada, nos termos da Lei de Execução Orçamental, como “entidade pública reclassificada” integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública, cujas normas de procedimento administrativo tem de observar em cumprimento da Circular n.º 1.376 da Direção-Geral do Orçamento, de 18 de julho de 2014, bem como da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro).

O presente relatório e parecer referem-se às demonstrações financeiras da ML em termos individuais, nomeadamente o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o anexo às demonstrações financeiras. A Empresa irá apresentar, em separado, as demonstrações financeiras consolidadas nas quais serão consideradas as demonstrações das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão.



II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal

No cumprimento das atribuições no acompanhamento da gestão e da atividade da empresa, o órgão fiscalizador reuniu regularmente, tendo-se inteirado sistematicamente do conteúdo dos diversos documentos de trabalho emanados dos serviços operacionais, bem como, analisado regularmente as contas e a situação financeira e patrimonial da empresa e os respetivos instrumentos previsionais de gestão.

Nesta conformidade, o Conselho Fiscal, tomou conhecimento, de forma pormenorizada e sistemática, do conteúdo dos relatórios, atas e outros documentos de trabalho que o Conselho de Administração e as diversas áreas operativas lhe fizeram chegar. Ainda, sempre que julgou oportuno, alertou, formal ou informalmente, o Conselho de Administração para factos e situações julgadas pertinentes e a exigirem uma atenção especial por parte do órgão executivo.

No desenvolvimento da atividade deste órgão, foram estabelecidos contatos com o Revisor Oficial de Contas (ROC) e com os auditores externos da empresa, de cujo relatório anual nos foi dado conhecimento.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do nível de cumprimento das orientações legais por parte da sociedade, bem como do referido a este respeito pelo Conselho de Administração no Relatório Gestão, designadamente no que se refere aos objetivos de gestão, à gestão do risco financeiro e limites de endividamento, às recomendações do Estado, à contratação de pública, à racionalização da política de aprovisionamento de bens e serviços, ao princípio da igualdade de género, ao controlo de custos, ao princípio da unidade de tesouraria do Estado e à divulgação de informação.

Registando o cumprimento dos deveres anteriormente mencionados, o Conselho Fiscal reforça a necessidade de dar cumprimento integral ao disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), no que respeita nomeadamente às obrigações de reporte e de cálculo dos fundos disponíveis e dos compromissos futuros.

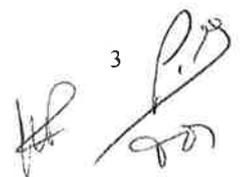
III. Apreciação do relatório de gestão

O Relatório de Gestão da responsabilidade do Conselho de Administração, refere com a necessária clareza a forma como decorreu a atividade da Metropolitano de Lisboa, durante o exercício de 2014. Do conteúdo desse documento, o qual foi elaborado em conformidade com o disposto no ofício circular n.º 1212, de 27 de fevereiro de 2015, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), considera o Conselho Fiscal que, pela sua importância no desempenho global da empresa, devem ser realçados, se bem que em síntese, os seguintes aspetos:

- Até final de 2014, o Conselho de Administração foi composto apenas por 3 vogais, com competências distribuídas por pelouros, tendo o seu presidente cessado funções em 7 de junho de 2013, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2013;

- Continuação do processo de integração operacional da ML com a CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., iniciado em 2012, bem como desenvolvimento de um conjunto de ações necessárias à abertura da gestão e das atuais concessões à iniciativa privada;
- Inversão da tendência da diminuição da procura, com maior evidência nos indicadores Passageiros com título pago calculados a partir das vendas e Passageiros apurados pelas validações do sistema de bilhética, com crescimentos de, respetivamente, 0,15% e 2,25%. No indicador Passageiro x km transportados, registou-se uma redução de apenas 0,49%, face à diminuição em 2013 de 9,0%;
- Acréscimo das receitas tarifárias em 9,4% face ao ano anterior, excluindo as participações do Estado referentes aos títulos “4-18/Sub23” e “Social +”, sendo de realçar as variações positivas de 6,5% e 12,2%, respetivamente, nos títulos ocasionais e nos passes;
- Ligeiro crescimento dos níveis de oferta (+1,8%), apesar da redução do efetivo de maquinistas em 11 elementos, desempenho alcançado através da reorganização de horários de trabalho e de expedição de comboios, permitindo uma otimização dos tempos de condução;
- Manutenção da redução do efetivo através de uma política de otimização dos recursos, sendo que no período de 2011/2014, face a 2010, a diminuição referida ascendeu a 246 colaboradores (-14,7%);
- Execução de inúmeros projetos internos, ao nível da gestão das infraestruturas existentes, bem como o lançamento de concursos públicos visando a introdução de melhorias nos equipamentos existentes;
- Início da campanha de reabilitação das galerias da rede, com conclusão das reparações da linha Azul;
- Forte crescimento das despesas de investimento (incluindo os encargos financeiros) que se situaram em 11,1 milhões de euros (+138% que em 2013);
- Aumento generalizado dos incidentes registados na rede da ML, tendo atingido a média final de 6,93 incidentes por milhão de passageiros transportados (+56% que no ano anterior);
- Repartição das receitas de passes intermodais, por determinação da tutela, passou a efetuar-se com base nos resultados do Inquérito à Mobilidade de 2007, contribuindo para um aumento das receitas;
- Redução dos gastos com Fornecimentos e serviços externos foi menor que a registada em anos anteriores, sendo inferior a 2%, situação decorrente de se terem atingido os resultados das medidas de racionalização implementadas que, desde 2010, geraram uma poupança global superior a 7 milhões de euros;
- Diminuição dos Gastos com o pessoal em 21,6%, devido essencialmente à suspensão do pagamento dos complementos de pensões decorrente do artigo 75º da Lei n.º 83-C/2013, de 31

3



de dezembro, sendo que a massa salarial decresceu 1,9 milhões de euros, em resultado da redução de efetivos;

- Redução do EBITDA diminuiu 11,7 milhões de euros (situando-se em 13,0 milhões de euros), decréscimo similar à que se verificou na indemnização compensatória do Estado (-11,2 milhões de euros);
- Resultados operacionais negativos em 35,6 milhões de euros, representando um agravamento de 58,3 milhões de euros face a 2013, em resultado do aumento dos gastos operacionais e da diminuição dos rendimentos operacionais. Esta evolução desfavorável justifica-se, em grande parte, por fatores não recorrentes relacionados participações sociais e contratos de derivados;
- Manutenção da política do acionista em apoiar financeiramente a empresa, através de aumentos de capital, por conversão de créditos e entradas de capital, que permitiram os fundos necessários para fazer face ao serviço da dívida.

IV. Avaliação do desempenho dos administradores

Nos termos do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, deve o Conselho Fiscal aferir sobre o cumprimento das boas práticas do governo societário.

Na avaliação dos membros do Conselho de Administração da ML, o Conselho Fiscal teve em conta que a gestão da empresa esteve até final do ano de 2014 atribuída a um Conselho de Administração sem presidente, composto apenas por três vogais.

Tendo em conta o modelo organizacional da ML, designadamente a presença do Conselho de Administração, como órgão colegial, na orientação estratégica e operacional da Empresa e na decisão e monitorização dos impactos das decisões, não é possível a avaliação individual do desempenho.

Importa salientar que os membros do Conselho de Administração não auferiram no exercício prémios de gestão, adotando procedimentos e ações suscetíveis de não criar eventuais conflitos de interesses no desempenho das suas atribuições.

Do relatório de boas práticas de governo societário, ainda a apresentar pela ML, deve constar informação, atual e completa, sobre todas as matérias referentes aos princípios do governo societário, conforme exigido pelo artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e de acordo com o modelo constante do anexo II, do mencionado ofício circular n.º 1212 da DGTF.

V. Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 2014 (em termos individuais), foram objeto de Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, assim como da revisão da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), a qual de acordo com as normas legais emitiu a competente Certificação Legal das Contas (CLC). Nestes documentos foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua totalidade, a concordância do Conselho Fiscal.

4



Na CLC, o ROC é de opinião que, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nas seguintes alíneas a), b) e c) e exceto quanto aos efeitos da situação descrita na seguinte alínea d), as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal:

- a) “Conforme divulgado nas Notas 3.2 e 5 do Anexo, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de Junho, foi assumido o princípio de que competia ao Estado financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Dado que, até à presente data, não foi ainda celebrado com o Estado um contrato definidor dos termos e condições que regem este relacionamento, o ML tem vindo a registar todos os fluxos associados a estes investimentos em contas de balanço denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de Dezembro de 2014, o ativo não corrente compreende o montante de 4.677.424.000 euros referente aos gastos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (deduzidos dos subsídios entretanto recebidos), sendo que parte desses gastos não está considerada como ativos fixos tangíveis ou intangíveis, mas como créditos a receber sobre o Estado; o passivo inclui o montante de 3.826.322.957 euros (do qual 3.485.256.785 euros classificado como não corrente), relacionado com os financiamentos e outras contas a pagar associados aos ILD. De salientar que em consequência da referida indefinição contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis que integram a conta ILD não se encontram a ser depreciados nem amortizados. Desta forma, face à referida falta de contratualização com o Estado, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo ML relativamente à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço”;
- b) “Conforme divulgado na Nota 14 do Anexo, o balanço inclui em 31 de Dezembro de 2014, na rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros”, o montante de 54.651.573 euros relativo a obras efetuadas pelo ML por conta de entidades do sector empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto à mensuração e ao momento de realização daqueles ativos”;
- c) “Em 31 de Dezembro de 2014 o balanço inclui uma participação financeira de 100% no capital da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A., mensurada pelo método de equivalência patrimonial, pelo montante de 2.936.887 euros. A Certificação Legal das Contas desta participada inclui uma ênfase relacionada com a continuidade das operações e quatro reservas por limitação de âmbito, cujo efeito global não foi possível quantificar. Desta forma, não

AP 5 P. 22

nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos destas situações nas demonstrações financeiras do ML em 31 de Dezembro de 2014”;

- d) “Em 31 de Dezembro de 2014 o balanço inclui duas participações financeiras nos ACE “TREM” e “TREM II”, mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, por montante nulo, os quais foram constituídos 2000 e 2001, respetivamente, em parceria com entidades bancárias para a aquisição e locação de equipamento ferroviário. Tal como referido na Nota 9, no exercício em apreço foi aceite a exoneração das duas entidades bancárias agrupadas no “TREM”, conforme previsto estatutariamente, tendo o ML, em consequência, passado a deter 100% deste ACE, 90% dos quais de forma direta. Não sendo de esperar uma reversão das perdas do referido ACE, foi decidido pelo ML reforçar em 13.393.153 euros (dos quais 11.875.856 euros por contrapartida de resultados transitados) a provisão de 5.869 euros transitada de 2013 para fazer face às responsabilidades assumidas pelo “TREM”. No que se refere ao “TREM II”, cujas demonstrações financeiras não auditadas evidenciam em 31 de Dezembro de 2014 a existência de capitais próprios negativos de 138.684.734 euros, possibilitando os seus estatutos, a exemplo do sucedido com o “TREM”, a exoneração dos seus membros com a consequente assunção de responsabilidades por parte do ML, não são conhecidas até à data deste relatório as intenções dos respetivos membros relativamente a esta matéria. Neste contexto, em nosso entender, o ML deveria ter reforçado, já no exercício em apreço, em aproximadamente 26.166.000 euros (dos quais 23.077.000 euros por contrapartida de resultados transitados) a provisão de 4.931 euros existente para fazer face às responsabilidades assumidas pelo “TREM II”, o que não sucedeu.

Adicionalmente, em nossa opinião, nos termos da NCRF 4, o ML deveria ter procedido à reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2013, em consequência das situações acima referenciadas relativas aos ACE’s “TREM” e “TREM II”.

Embora sem afetar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras, a SROC, na CLC, chama ainda a atenção para as seguintes situações:

- As demonstrações financeiras, “foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, embora, em 31 de Dezembro de 2014, os capitais próprios da Empresa se apresentem inferiores a metade do capital social (não considerando os eventuais efeitos referidos nos parágrafos 7 a 9 e os efeitos referidos no parágrafo 10), situação que determina a aplicação das disposições previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Acresce que as operações da Empresa têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Estado Português através de indemnizações compensatórias e de dotações de capital, para além de que o ativo corrente é substancialmente inferior ao passivo corrente. Consequentemente, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus ativos e a liquidação dos seus passivos está dependente da manutenção do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia a adotar para o sector dos transportes e do êxito a obter pelo ML nas operações a realizar no futuro”;

6



- “As rubricas do passivo não corrente ‘Investimentos de infraestruturas de longa duração’ e ‘Provisões’ em 31 de Dezembro de 2014 incluem os montantes de 38.219.570 euros e 41.132.204 euros, respetivamente, relativos aos juros vencidos e não pagos desde Setembro de 2013 de quatro “swaps” contratados com uma instituição financeira. Esta situação decorre de orientações dadas pela tutela e pelo Estado Português para suspensão dos referidos pagamentos, na sequência do processo que se encontra em curso em tribunal internacional (Londres) entre o Estado Português e o Banco contraparte (vide Notas 5.4.1 e 17 do Anexo)”;
- “Conforme divulgado na Nota 1 do Anexo, as demonstrações financeiras do ML relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2013, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas Tutelas financeira e sectorial. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas”;
- “O nosso exame não abrangeu as demonstrações financeiras do ML em 31 de Dezembro de 2013, apresentadas para efeitos comparativos. Estas demonstrações financeiras foram examinadas por outra sociedade de revisores oficiais de contas, cuja certificação legal das contas, datada de 24 de Julho de 2014, incluía cinco reservas por limitação de âmbito, das quais três relacionadas com os assuntos descritos nos parágrafos 7 a 9 e duas que deixaram de ser aplicáveis às demonstrações financeiras do ML em 31 de Dezembro de 2014”.

VI. Situação económica e financeira

De acordo com a demonstração de resultados a empresa apresentou em 2014 um resultado líquido negativo de 50,8 milhões de euros, representando um agravamento de 35,5 milhões de euros face ao prejuízo de 15,3 milhões de euros registado em 2013, resultando da conjugação da evolução desfavorável dos resultados operacionais em 58,3 milhões de euros (passando de 22,6 milhões de euros positivos para 35,6 milhões de euros negativos), com a melhoria dos resultados financeiros em 22,7 milhões de euros (embora continuando negativos, passaram de 37,8 milhões de euros para 15,1 milhões de euros).

O agravamento dos resultados operacionais decorreu essencialmente da conjugação dos seguintes fatores:

- Diminuição das receitas de serviço público em cerca de 2,0 milhões de euros, pelo efeito conjugado do aumento dos proveitos referentes a passes e bilhetes (+9,5 milhões de euros) e da diminuição da indemnização compensatória e reforço orçamental (-11,2 milhões de euros);
- Redução dos rendimentos associados aos contratos de derivados em cerca de 25,0 milhões de euros, resultando de dois fatores: (i) o valor da carteira de derivados, embora mantendo a tendência de crescimento, teve uma variação inferior a 2013 de 41,3% (-9,6 milhões de euros);

7



e (ii) os ganhos de 15,4 milhões de euros registados em 2013 com o cancelamento antecipado dos contratos de derivados;

- Decréscimo dos gastos diretamente associados à produção do serviço de transporte (Pessoal e Fornecimentos e serviços externos) em cerca de 19,2 milhões de euros, em resultado das medidas de racionalização e contenção implementadas;
- Reconhecimento em 2014 de perdas no valor de 18,9 milhões de euros, resultantes da alteração da participação social da ML nas participadas GIL – Gare Intermodal de Lisboa, SA e TREM, ACE;
- Reforço de provisões associadas ao reconhecimento de variações no património da ML, em 30,5 milhões de euros;
- Registo de imparidades resultantes da reavaliação e imóveis, em 4,6 milhões de euros.

Neste contexto, o EBITDA evoluiu negativamente, passando de 24,6 milhões de euros em 2013 para 13,0 milhões de euros em 2014. Contudo, expurgando o efeito de fatores não recorrentes, nomeadamente os ganhos de 15,4 milhões de euros registados em 2013 com o cancelamento antecipado dos contratos de derivados e o reconhecimento em 2014 de perdas no valor de 18,9 milhões de euros resultantes da alteração da participação social da ML nas participadas GIL, SA e TREM, ACE, o EBITDA corrigido apresenta um crescimento de 215,8%, traduzindo uma melhoria do desempenho operacional.

Relativamente aos resultados financeiros a evolução favorável decorreu, quer do aumento dos rendimentos financeiros em 6,6 milhões de euros, quer da redução dos encargos financeiros em 16,1 milhões de euros (-41,5%), em consequência da ML estar a ser financiada pelo Estado Português.

Apesar do agravamento dos resultados, a situação financeira da ML melhorou, passando os capitais próprios negativos de 454,2 milhões de euros, em 31/12/2013, para capitais próprios positivos de 9,4 milhões de euros, sobretudo por via dos aumentos de capital ocorridos no exercício.

Apesar daquela evolução positiva, os capitais próprios da ML continuam manifestamente inferiores ao capital social, o que poderá colocar em causa a sustentabilidade da empresa no longo prazo, tornando premente a manutenção das medidas de racionalização económica e financeira tomadas nos últimos anos, com vista ao aumento das receitas e à redução dos gastos operacionais.

Em 2014, o Estado Português alterou a política de financiamento às empresas públicas reclassificadas, substituindo a concessão de empréstimos por dotações de capital sempre que os fundos se destinam ao serviço da dívida ou investimento. De igual modo, o pagamento de juros e o reembolso de empréstimos do Tesouro foram convertidos em capital.

VII. Parecer

Atento ao exposto nos pontos anteriores, e às considerações enunciadas nos documentos citados, relativas à atividade da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., durante o exercício de 2014, o Conselho Fiscal é de Parecer que:

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

1. O Relatório do Conselho de Administração encontra-se corretamente elaborado, respeitando as orientações legais e estatutárias, evidenciando com clareza e rigor os aspetos mais relevantes ocorridos na gestão da empresa durante o exercício;
2. Durante o exercício, a empresa desenvolveu as ações necessárias para o cumprimento das boas práticas do governo societário nos termos do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Deste modo, no âmbito do modelo de governo do setor empresarial do Estado, durante a gestão de 2014 a ML, atuou num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade de serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas;
3. O Relatório menciona o regime jurídico aplicado em matéria de aquisição de bens e serviços;
4. Sujeito ao efeito das Reservas expressas na Certificação Legal das Contas, o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o anexo às demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., em 31 de dezembro de 2014.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., emite formalmente **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação do Relatório do Conselho de Administração, e das demonstrações financeiras e respetivo anexo respeitantes ao exercício de 2014, concordando, também, com a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal, regista ainda com muito apreço a colaboração e a atenção dispensada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade sempre demonstrada, não só pelos responsáveis pelas Direções e Serviços, como pela generalidade dos colaboradores da ML, que teve necessidade de contactar, no desempenho das suas atribuições.

Lisboa, 26 de junho de 2015,

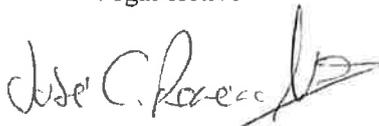
O Conselho Fiscal

Presidente



(José Emilio Castel-Branco)

Vogal efetivo



(José Carlos Pereira Nunes)

Vogal efetiva



(Maria Onilda Sousa)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Metropolitano de Lisboa, E.P.E.**, (ML) as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 5.065.159.040 euros e um total de capital próprio de 9.400.113 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 50.837.743 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como o Anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do ML, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto às limitações mencionadas nos parágrafos 7 a 9, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



AC

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Conforme divulgado nas Notas 3.2 e 5 do Anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de Junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afectos às suas actividades. Dado que até à presente data não foi ainda celebrado com o Estado Português um contrato definidor dos termos e condições que regem este relacionamento, o ML tem vindo a registar todos os fluxos resultantes desta actividade em rubricas de balanço denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no activo e no passivo. Assim, em 31 de Dezembro de 2014, o activo não corrente compreende o montante de 4.677.424.000 euros referente aos gastos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (deduzidos dos subsídios entretanto recebidos),



AC

sendo que parte desses gastos não se classifica como activos fixos tangíveis ou intangíveis mas como créditos a receber sobre o Estado; o passivo inclui o montante de 3.826.322.957 euros (do qual 3.485.256.785 euros classificado como não corrente), relacionado com os respectivos financiamentos e outras contas a pagar. De salientar que em consequência da referida indefinição contratual, os activos fixos tangíveis e intangíveis não se encontram a ser depreciados e amortizados. Desta forma, face à referida inexistência de contratualização com o Estado Português, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adoptada pelo ML relativa à administração das actividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço.

8. Conforme divulgado na Nota 14 do Anexo, o balanço inclui em 31 de Dezembro de 2014, na rubrica “Diferimentos activos – trabalhos por conta de terceiros”, o montante de 54.651.573 euros relativo a obras efectuadas pelo ML por conta de entidades do sector empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a facturar e as respectivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à mensuração daqueles activos.
9. Em 31 de Dezembro de 2014 o balanço inclui uma participação financeira de 100% no capital da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A., mensurada pelo método de equivalência patrimonial, pelo montante de 2.936.887 euros. A Certificação Legal das Contas desta participada inclui uma ênfase relacionada com a continuidade das operações e quatro reservas por limitação de âmbito, cujo efeito global não foi possível quantificar. Desta forma, não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos destas situações nas demonstrações financeiras do ML em 31 de Dezembro de 2014.
10. Em 31 de Dezembro de 2014 o balanço inclui duas participações financeiras nos ACE’s “TREM” e “TREM II”, mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, por montante nulo, os quais foram constituídos em parceria com entidades bancárias para a aquisição e



AC

locação de equipamento ferroviário. Tal como referido na Nota 9, no exercício em apreço foi aceite a exoneração das duas entidades bancárias agrupadas no "TREM", conforme previsto estatutariamente, tendo o ML, em consequência, passado a deter 100% deste ACE, 90% dos quais de forma directa. Não sendo de esperar uma reversão das perdas, foi decidido reforçar em 13.393.153 euros (dos quais 11.875.856 euros por contrapartida de resultados transitados) a provisão constituída para fazer face às responsabilidades assumidas pelo "TREM". No que se refere ao "TREM II", cujas demonstrações financeiras não auditadas evidenciam em 31 de Dezembro de 2014 capitais próprios negativos de 138.684.734 euros, possibilitando os seus estatutos, a exemplo do sucedido com o "TREM", a exoneração dos seus membros com a consequente assunção de responsabilidades por parte do ML, não são conhecidas até à data deste relatório as intenções dos respectivos membros relativamente a esta matéria. Neste contexto, em nosso entender, o ML deveria ter reforçado no exercício em apreço em aproximadamente 26.166.000 euros (dos quais 23.077.000 euros por contrapartida de resultados transitados) a provisão constituída para fazer face às responsabilidades assumidas pelo "TREM II".

Adicionalmente, em nossa opinião, nos termos da NCRF 4, o ML deveria ter procedido à reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2013, em consequência das situações acima referenciadas relativas aos ACE's "TREM" e "TREM II".

Opinião

11. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 e excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo 10, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



Relato sobre outros requisitos legais

12. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

13. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos 11 e 12, chamamos a atenção para as seguintes situações:

13.1. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, embora, em 31 de Dezembro de 2014, os capitais próprios da Empresa se apresentem inferiores a metade do capital social (não considerando os eventuais efeitos referidos nos parágrafos 7 a 9 e os efeitos referidos no parágrafo 10), situação que determina a aplicação das disposições previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Acresce que as operações da Empresa têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Estado Português através de indemnizações compensatórias e de dotações de capital, para além de que o activo corrente é substancialmente inferior ao passivo corrente. Consequentemente, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos está dependente da manutenção do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o sector dos transportes e do êxito a obter pelo ML nas operações a realizar no futuro.

13.2. As rubricas do passivo não corrente 'Investimentos de infraestruturas de longa duração' e 'Provisões' em 31 de Dezembro de 2014 incluem os montantes de 38.219.570 euros e 41.132.204 euros, respectivamente, relativos aos juros vencidos e não pagos desde Setembro de 2013 de quatro "swaps" contratados com uma instituição financeira. Esta situação decorre de orientações dadas pela tutela e pelo Estado Português para suspensão dos referidos pagamentos, na sequência do processo que se encontra em curso em tribunal internacional (Londres) entre o Estado Português e o Banco contraparte (vide Notas 5.4.1 e 17 do Anexo).

13.3. Conforme divulgado na Nota 1 do Anexo, as demonstrações financeiras do ML relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2013, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas Tutelas financeira e sectorial. O Conselho de



Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respectivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

13.4. O nosso exame não abrangeu as demonstrações financeiras do ML em 31 de Dezembro de 2013, apresentadas para efeitos comparativos. Estas demonstrações financeiras foram examinadas por outra sociedade de revisores oficiais de contas, cuja certificação legal das contas, datada de 24 de Julho de 2014, incluía cinco reservas por limitação de âmbito, das quais três relacionadas com os assuntos descritos nos parágrafos 7 a 9 e duas que deixaram de ser aplicáveis às demonstrações financeiras do ML em 31 de Dezembro de 2014.

Lisboa, 29 de Maio de 2015

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha



Certificação legal de contas







Siglas e Acrónimos

Sigla / Acrónimo	Significado
AE	Acordo de empresa
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AMT	Associação Mobilidade e Transportes
ANA	ANA Aeroportos de Portugal
APEL	Associação Portuguesa de Editores e Livreiros
AVAC	Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado
CA	Conselho de Administração
CASA	Centro de Apoio ao Sem-Abrigo
CCDTML	Centro cultural e desportivo dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa
CCP	Código dos contratos públicos
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMVMC	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
CO ₂	Dióxido de carbono
CP	Comboios de Portugal
CPC	Conselho de prevenção de corrupção
DC	Despacho conjunto
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
EBITDA	Resultado operacional sem amortizações e provisões (e ajustamentos, caso existam)
ECSI	European Customer Satisfaction Index
EDP	Eletricidade de Portugal
EGP	Estatuto de Gestor Público
EMEF	Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário
EMEL	Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, e.m. sa.
EPAL	Empresa Pública de Águas de Lisboa
EPE	Entidade pública empresarial
EPR	Entidade pública reclassificada
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IGRF	Instrumentos de gestão de risco financeiro
ILD	Infraestrutura de longa duração
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituições particulares de solidariedade social
ISC	Índice de satisfação do cliente
ISCTE	Instituto universitário de Lisboa
IUTP	União Internacional dos Transportes Públicos
KPI	Indicador chave de desempenho
kWh	Quilowatt-hora
LCPA	Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso
MAVT	Máquinas de Venda Automática
MK	Missão Kanimambo
MKBF	Quilometragem média entre falhas (<i>Mean kilometre between failures</i>)
ML	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
ML 90/95/97/99	Material circulante das séries de 1979, 1990, 1995 e 1999, respetivamente
MTBF	Tempo médio entre falhas (<i>Mean time between failures</i>)
NP / NP EN	Normas portuguesas
O.G.E.	Orçamento Geral do Estado
O/D	Origem / Destino
OCS's	Órgãos de Comunicação Social
ODS	Substâncias que empobrecem a camada de ozono (<i>Ozone Depleting Substances</i>)
OPRLO	Opção pela Remuneração do Lugar de Origem
OS	Órgãos sociais
OSIRIS	Projeto europeu para a melhoria da gestão de crises ambientais
PBG	Princípios de Bom Governo
PDE	Procedimento dos défices excessivos
PDF	Portable Document Format

Sigla / Acrónimo	Significado
PIB	Produto interno bruto
PLAGO	Sistema de planeamento e gestão de pessoal, de horários e de material circulante
PMO	Parque de material e oficinas
PMP	Prazo médio de pagamentos
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
POC	Plano oficial de contabilidade
POCP	Plano oficial de contabilidade pública
POGSE	Plano de organização e gestão da segurança da empresa
PPRCIC	Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PSG	Programa de Gestão do Sistema
RCC	Regulamento de circulação de comboios
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REN	Rede Elétrica Nacional
ROC	Revisor Oficial de Contas
RS	Regulamento de sinalização
RSPVE	Regulamento de segurança de pessoal nas vias eletrificadas
RURT	Regulamento de utilização das redes de telecomunicações
SADI	Sistema Automático de Detecção de Incêndios
SAP BW	Módulo do sistema SAP - Business Warehouse
SAP PM	Módulo do sistema SAP - Programa da manutenção
SAP R/3	Sistema que oferece um conjunto de módulos com diversas aplicações de negócio
SEE	Setor empresarial do Estado
SEOPTC	Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações
SETF	Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
SFA	Serviços e fundos autónomos
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SGQA	Sistema de Gestão da Qualidade e do Ambiente
SIMAS	Serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos Municípios de Oeiras e Amadora
SIRIEF	Recolha de Informação Económica e Financeira
SNC	Sistema de normalização contabilística
SROC	Sociedade de Revisores Oficial de Contas
SSIT	Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas
SWOT	Forças (<i>Strengths</i>) / Fraquezas (<i>Weaknesses</i>) / Oportunidades (<i>Opportunities</i>) / Ameaças (<i>Threats</i>)
TC	Tribunal de Contas
ton.	tonelada
TSU	Taxa Social Única
UT	Unidades triplas
V.A.R.S.P.	Valor atual das responsabilidades com serviços passados
VA	Vista Alegre Atlantis